

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

Enfoque: Os Afrodescendentes e o Desenvolvimento



VOLUME 28

NÚMERO 1

2 0 0 7

A Fundação Interamericana (IAF) é um organismo autônomo de ajuda externa do Governo dos Estados Unidos, criado em 1969 para promover o desenvolvimento de auto-ajuda mediante a concessão de doações diretamente a organizações da América Latina e do Caribe. Seu orçamento operacional consiste de alocações do Congresso dos Estados Unidos e de recursos provenientes do Fundo Fiduciário de Progresso Social.

O Escritório de Relações Exteriores da IAF publica a revista *Desenvolvimento de Base* em inglês e espanhol. Pode também ser lida no Website da Fundação na Internet—www.iaf.gov—em inglês, espanhol e português em formato de gráficos ou somente de texto. O material original produzido pela IAF e publicado na revista é de domínio público e pode ser livremente reproduzido. No entanto, certos materiais foram proporcionados por outras fontes e poderão ter direitos autorais. A reprodução desse material poderá requerer autorização prévia do detentor de direitos autorais. A IAF solicita notificação de qualquer reprodução e menção da fonte. *Desenvolvimento de Base* aparece no catálogo do *Standard Periodical Directory*, no *Public Affairs Information Service Bulletin*, no *Hispanic American Periodical Index* (HAPI) e no banco de dados de *Agricultural Online Access* (WORLD). Números anteriores, em microfilme, podem ser obtidos da University Microfilms International, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, Michigan 48106, USA. Para receber a revista, favor enviar um e-mail a publications@iaf.gov ou carta ao seguinte endereço:

Desenvolvimento de Base
Inter-American Foundation
901 North Stuart St. 10th Floor
Arlington, VA 22203

O propósito da revista é compartilhar experiências em desenvolvimento de base com uma variedade de leitores. A diretora incentiva o envio de artigos sobre temas relevantes que tratem, embora sem exclusividade, dos seguintes temas:

- como a população de baixa renda da América Latina e do Caribe se organiza e trabalha para melhorar as suas condições de vida;
- problemas e tendências da comunidade em desenvolvimento; e
- como as instituições colaboram para promover o desenvolvimento da região.

Para obter informações mais detalhadas, favor dirigir-se por correio a Paula Durbin ao endereço acima indicado ou por e-mail a pdurbin@iaf.gov.

Foto da capa: Sean Sprague. Quilombo Santana, Brasil
Foto da página dianteira: Cortesia PRODES. Celebração dos congos.

Impressão em papel reciclado, com tinta derivada da soia.



Fundação Interamericana

Larry L. Palmer, Presidente

Conselho Diretor

Roger Wallace, Presidente
Jack Vaughn, Vice-Presidente
Kay Kelley Arnold
Gary Bryner
Thomas Dodd
Hector Morales
John Salazar
Thomas A. Shannon

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

Diretora de Redação: Paula Durbin

Fotografia: Mark Caicedo

Chefe de tradução: Darío Elías

Revisoras: Hilary Brand (inglês),

Anna Greenston (português)

Desenho e impressão: U.S. Government

Printing Office

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

VOLUME 28

NÚMERO 1

2 0 0 7



Sumário

Cartas de nossos leitores ii

Enfoque: Afrodescendentes e o desenvolvimento

A luta dos afro-latinos pela igualdade e reconhecimento
Robert J. Cottrol 2

As lições dos idosos:
Juan García e a tradição oral dos afro-equatorianos
Patrick Breslin 6

Mais opções em Esmeraldas
Marnie Schilken 14

Terras e autonomia em Quilombo Santana
Miriam Euclides Brandao 16

Portobelo, Panamá: Excursões, artesanato e Congos
Paula Durbin 21

Afro-Paraguaios: Identidade, sinergia e censo
Paula Durbin 26

Organizações da Mundo Afro do Uruguai
Paula Durbin 30

Epsy Campbell: Sua apaixonada luta pela inclusão
Darío Elías 38

Soluções e estratégias

Uma trilha na floresta: Gestão florestal comunitária no México
David Bray 40

Desenvolvimento e herança em Cusco, Peru
Patrick Breslin 48

Na IAF

Relembrando a IAF: Lições sobre valor
Deborah Szekely 52

A Marcha do Desenvolvimento. 57

Resenha-Ensaio: O que falta a Sachs
Patrick Breslin 62

Recursos 66

In Memoriam. 76

Cartas de nossos leitores

É para mim uma satisfação poder, uma vez mais, utilizar a estratégia da IAF em minhas aulas com um novo grupo de profissionais de microfinanciamento da América Central e República Dominicana. Começamos cada sessão semestral com discussões animadas sobre metáforas do desenvolvimento tiradas das novas ciências, apresentadas em *Desenvolvimento de Base* de 2004.

O valor desta nova perspectiva é confirmado por estes profissionais. Além disso, em nossas discussões, tornou-se claro que o papel das novas tecnologias—especialmente os impressionantes avanços relacionados com a Internet nos últimos anos—complementa o impacto potencial tanto regional como internacional de um enfoque no desenvolvimento como o da IAF.

Nossa pergunta: Há publicações disponíveis, em inglês ou em espanhol, que tratem o tema da Internet e suas repercussões no desenvolvimento de base e por ter um efeito multiplicador além da esfera local? Este tema mereceria mais estudo? Tenho em mente algo mais fundamental do que o óbvio aumento da divulgação de informações ou a criação de parcerias. Há alguém que esteja procurando novos modelos de negócios no setor das ONGs—especialmente com orientação para o desenvolvimento de base—alguém que esteja procurando o equivalente a novos modelos de negócios de “conteúdo gerado pelo usuário”, “suprimento interno”, “cadeia de fornecimento” e “longa duração”, encontrados atualmente no setor privado?

Obrigado por seu excelente trabalho.

Richard Harris

*California State Polytechnic University
Universidade de Pomona*

Obrigado pelo número de *Desenvolvimento de Base* de 2006 sobre o desenvolvimento transnacional. Ele reúne uma coleção de artigos e informações penetrantes do pessoal da IAF, seus donatários e suas redes, que merecem a mais ampla divulgação possível. Eu as usarei em minhas aulas.

Minhas felicitações a Pat Breslin pelo artigo de 2004 “Pensando fora do âmbito linear de Newton: Metáforas para o desenvolvimento de base”. Há dois anos vem estimulando alguns dos debates mais interessantes e as análises mais sérias de meu curso de pós-graduação intitulado “A sociedade civil, o desenvolvimento e a promoção da paz”. Continuem oferecendo estas metáforas!

Charlie Reilly

*Institute for Peace and Justice
Universidade de San Diego*

Estou fazendo o curso para o doutorado em Desenvolvimento Rural. Sua revista tem sido para mim um recurso muito útil e relevante para ampliar meus conhecimentos e espero encontrar ali um tema para minha dissertação de doutorado. Peço-lhe que me incluam em sua mala direta de *Desenvolvimento de Base*.

Febie N. Penaflo

Benguet, Filipinas

Acabo de ler o artigo de Kevin Healy na revista *Desenvolvimento de Base* 2006; é um artigo excelente que me trouxe agradáveis lembranças.

Foi para mim um grande prazer ver a foto de alguém que me deixou uma impressão indelével quando trabalhei no escritório do Corpo de Paz em Lima. Aquiles Lanao me guiou quando dei meus primeiros passos inseguros em meu treinamento no escritório de Lima antes de passar para o escritório de Cusco como voluntária do Corpo de Paz. Comunicamo-nos por rádio de ondas curtas durante meus dois anos lá e ele me ajudou a resolver muitos dos problemas dos voluntários no altiplano.

Se vocês estiverem em contato com ele, peço-lhes o favor de enviar minhas saudações e abraços. Gente maravilhosa como Aquiles me orientaram para uma carreira como assessora e às vezes (quando tenho sorte) como mentora de alunos que se dedicam a estudos latino-americanos.

Shirley Kregar

*Center for Latin-American Studies
Universidade de Pittsburgh*

Folheando a publicação mais recente da IAF, encontrei o artigo sobre Aquiles Lanao. A sua avaliação da experiência da FINCA na Bolívia é exatamente como eu me lembro. Eu mantive contato diário com aquelas pessoas, assistindo a muitas de suas reuniões e ouvindo o que estava acontecendo. Como se indica, havia algumas boas idéias e alguns erros, especialmente no enfoque em espécie. Aprendi muito de Aquiles. Eu me lembro também de suas filhas inteligentes e cheias de energia. Nunca tive a oportunidade de conhecer Morena. Que mulher fantástica. Parabéns pelo artigo e muito obrigado por compartilhá-lo.

Curt Schaeffer

La Paz, Bolivia

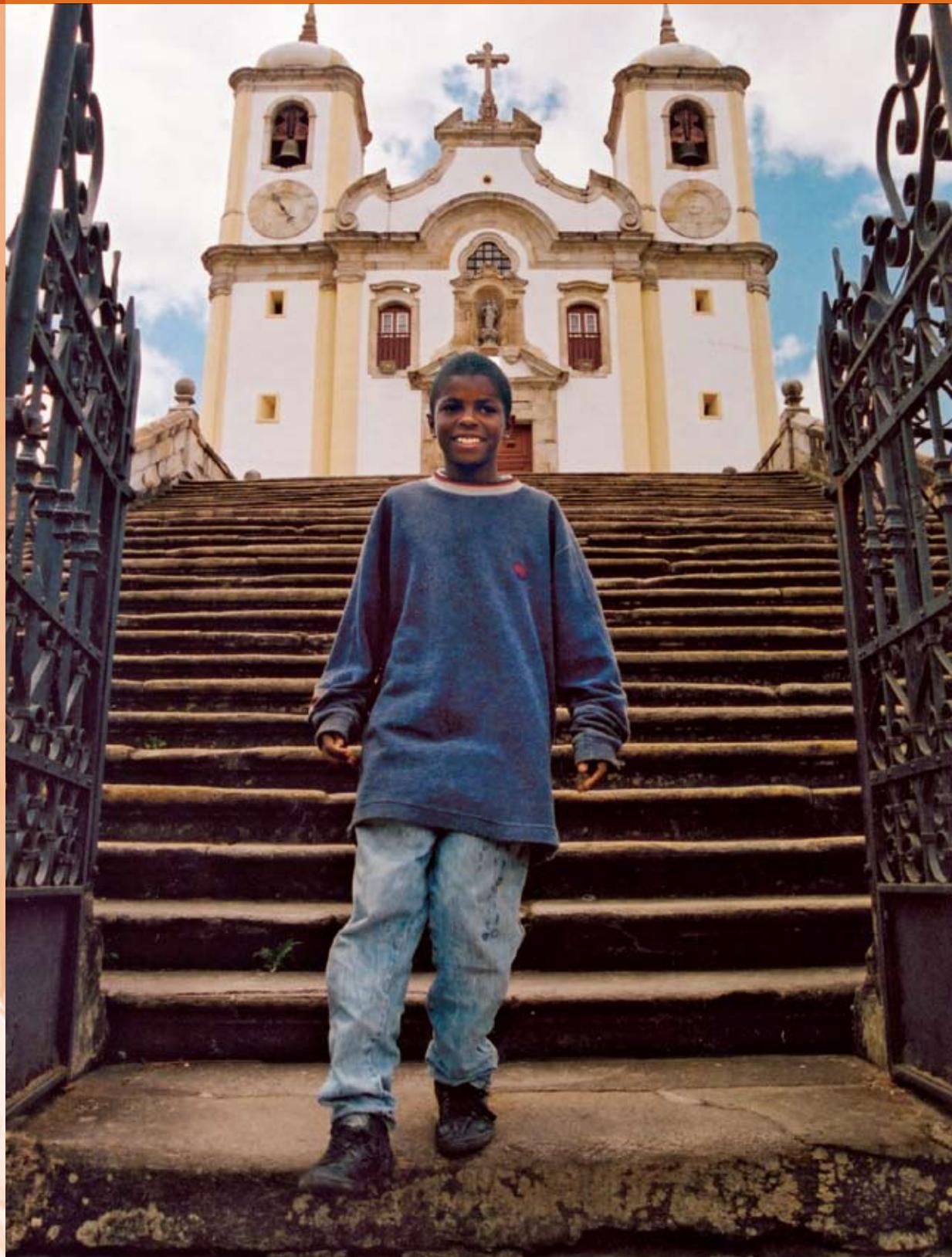
Gurus do microcrédito

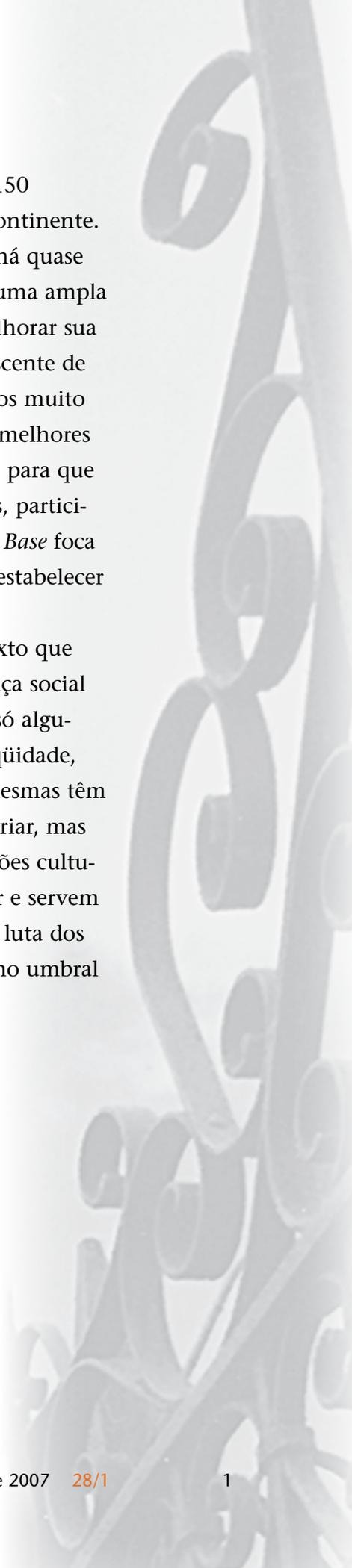


A partir da esquerda: Viviana Salinas Lanao, John Hatch, Mimi Hatch, o laureado com o Prêmio Nobel Muhammad Yunus e Iris Lanao. Yunus compartilhou o Prêmio Nobel da Paz de 2006 com Grameen Bank, a instituição de microcrédito que desenvolveu em Bangladesh. Lanao, da FINCA-PERU, donatária da IAF pioneira em microcrédito, foi descrita, juntamente com John Hatch, no artigo de Kevin Healy "A Superpoupança de Ayacucho" publicado em *Desenvolvimento de Base* de 2006. Ao anunciar a concessão do prêmio, a Comissão Nobel disse: "A paz duradoura não pode ser alcançada, a não ser que grandes grupos da população encontrem meios de sair da pobreza. O microcrédito é um desses meios."



Enfoque: Os afrodescendentes e o desenvolvimento





Os latino-americanos de ascendência africana—cerca de 150 milhões de pessoas—estão entre os mais pobres deste continente. Como tais, estão bem representados na carteira da IAF há quase quatro décadas, principalmente como beneficiários de uma ampla gama de donatários que buscam de diversas formas melhorar sua vida. Ultimamente, a IAF tem respondido a propostas de um número crescente de grupos organizados de afrodescendentes, alguns bem estabelecidos e outros muito mais recentes, os quais têm assumido um papel de liderança na busca de melhores condições na respectiva comunidade. A IAF também apóia oportunidades para que os indivíduos possam desenvolver redes de contatos, defender suas causas, participar de diálogos e procurar novas idéias. Esta edição de *Desenvolvimento de Base* foca os êxitos e desafios dos donatários da IAF em seus esforços para definir e estabelecer seu próprio lugar na América Latina contemporânea.

Em um artigo eloqüente e profundo, Robert J. Cottrol analisa o contexto que enquadra ao tema que orienta a luta atual dos afrodescendentes pela justiça social e econômica. Os perfis de donatários anteriores e atuais da IAF mostram só algumas das faces da esperança e as vozes da mudança no movimento pela equidade, reconhecimento cultural e participação plena nas sociedades que em si mesmas têm sido formadas e sustentadas por seus cidadãos negros. O enfoque pode variar, mas em todas as partes a meta final é superar a pobreza, com poderosas tradições culturais que, como sempre fizeram, proporcionam o incentivo para prevalecer e servem como o tecido que liga a comunidade. Cumulativamente, estes relatos de luta dos donatários e seus êxitos são um testamento de um indomável espírito e, no umbral do século XXI, um horizonte em expansão.

Santa Efigênia dos Pretos é um monumento à organização, criatividade e trabalho árduo de afrodescendentes escravizados e livres que viveram em Ouro Preto, Brasil, no século XVIII. Uma das muitas igrejas de Ouro Preto da era barroca construída por mão-de-obra escrava, Santa Efigênia é excepcional por ter sido construída pelos afrodescendentes para seu próprio uso, depois de labutarem em outros edifícios e nas minas que financiaram o esplendor arquitetônico de Ouro Preto. De acordo com a lenda, o pó de ouro dos cabelos e unhas dos mineiros custeou as despesas. A construção levou de 1733 a 1745. Adornada com gravuras feitas por um artesão-mestre e equipada com um jogo completo de tambores de caixa, a igreja continua a servir fiéis afro-brasileiros.

A luta dos afro-latinos pela igualdade e reconhecimento

De Robert J. Cottrol

A maioria dos norte-americanos tem pelo menos uma vaga idéia dos afro-americanos na história dos Estados Unidos. O relato épico da escravidão, a Guerra Civil e a emancipação, Jim Crow, a luta pelos direitos civis e o movimento do Poder Negro transformaram-se em parte de nossa herança comum. Mas nem sempre foi assim. Há algumas décadas, a história dos norte-americanos afrodescendentes era bastante desconhecida mesmo entre os norte-americanos de raça negra. O tema era do domínio de uns poucos especialistas, mas não parte de nossa educação geral ou cultura popular. O movimento em prol dos direitos civis e a procura de uma história mais inclusiva ajudaram a mudar essa situação, despertando uma maior consciência do papel dos afro-americanos na história dos Estados Unidos.

Mesmo assim, muito poucos norte-americanos sabem que a experiência afro-americana nos Estados Unidos é apenas uma pequena parte de uma história hemisférica muito maior. Somente cerca de 6% dos africanos trazidos para a América chegaram ao que são atualmente os Estados Unidos. Hoje, provavelmente menos de um terço dos afro-americanos do Hemisfério estão nos Estados Unidos. A escravidão na América Latina durou mais tempo e foi mais intensa que sua contraparte nos Estados Unidos. Os portugueses e os espanhóis começaram a escravizar africanos no início do século XV, antes das viagens de Colombo à América. A escravidão finalmente terminaria no Hemisfério quando Cuba e o Brasil a aboliram no final da década de 1880.

Os historiadores da América Latina vêm estudando há muito a escravidão na época colonial. Porém muito pouco se conhece a respeito dos afrodescendentes latino-americanos após a independência. Há em toda a região populações consideráveis de afro-americanos, embora alguns não queiram reconhecê-lo. Durante todo o século XX a Argentina, o Uruguai e o Chile insistiram em que eram nações brancas com poucos ou nenhum cidadão afrodescendente. Na última década, principalmente devido à insistência dos ativistas afro-americanos locais, houve um maior reconhecimento de que os afrodes-

centes não são apenas parte da história destes países, mas também parte dos mesmos, embora em números reduzidos. O Peru e o México inclinaram-se a dar ênfase à linhagem espanhola e indígena, ignorando a substancial herança africana. Na República Dominicana, as pessoas visivelmente afrodescendentes são a maioria, mas a ascendência africana é um estigma e muitas vezes é negada, embora seja evidente. Em todos estes países, ativistas afro-latinos estão mudando o diálogo nacional ao insistirem em que se reconheça a contribuição africana e afro-latina à cultura nacional.

A última década tem presenciado o nascimento de um movimento em defesa dos direitos civis dos afro-latinos. Tem dois objetivos primários. O primeiro é a luta contra as desigualdades raciais significativas existentes em toda a América Latina. Cumpre admitir que muitas das desigualdades são estruturais, uma consequência da restrição de oportunidades às pessoas de baixa renda e da classe operária. Outras são claramente uma consequência do racismo, da discriminação e de atitudes negativas cujo resultado são menos possibilidades de emprego e educação e pior tratamento por parte da polícia e dos funcionários públicos. Além da luta contra a desigualdade e a discriminação, a contenda contemporânea dos ativistas afro-latinos é também, em grande parte, uma demanda de reconhecimento. O racismo e as ideologias racistas muitas vezes têm marginalizado os afrodescendentes na América Latina. Os brancos têm sido apreciados como membros de uma raça superior e portadores de uma cultura superior. As populações indígenas, com frequência, são idealizadas como os lembranças de um passado pré-colombiano nobre, embora, deve-se acrescentar, hoje sejam vítimas de uma discriminação feroz. Mas os afro-americanos continuam marginalizados e sem reconhecimento histórico, exceto como elemento exótico da cultura nacional.

Os ativistas afro-latinos enfrentam desafios assustadores e talvez, o que é mais importante, uma falta de informações básicas sobre as populações afro-americanas. Com frequência é difícil, se não impossível,

encontrar no censo e em outros registros oficiais um quadro fiel das circunstâncias sociais e econômicas dos diferentes grupos raciais. Apesar de haver um número substancial de afrodescendentes em toda a América Latina, frequentemente sua história não é muito conhecida, nem mesmo entre os especialistas regionais. As classificações raciais complicam mais a tarefa. Não é muito claro quem deveria ou não deveria ser considerado afro-brasileiro, afro-colombiano ou afro-mexicano e esse assunto é, com frequência, controverso. Nos Estados Unidos os estudiosos da raça examinam uma sociedade cuja cultura e leis têm tradicionalmente determinado que todas as pessoas às quais se possa atribuir ascendência africana pertencem a um único grupo com diversos nomes—pessoas de cor, negro, afro-americano, norte-americano africano—mas mesmo assim parte de um grupo unificado. Ocasionalmente se reconhece que alguns indivíduos de ascendência mista são diferenciados; termos como mulato, quadrarão e oitavão eram utilizados no passado e atualmente se discutem propostas para usar no censo categorias como birracial e multirracial. Mas o reconhecimento dessa mistura racial não alterou o consenso de enquadrar em um único grupo as pessoas a quem se pode atribuir ascendência africana.

Tal consenso não existe na América Latina. Se a definição da raça é uma convenção social, é muitas vezes um conceito de difícil compreensão tanto para os latino-americanos como para os forasteiros. Os espanhóis e os portugueses têm um vocabulário que descreve meticulosamente toda combinação concebível, real ou imaginária. O léxico latino-americano inclui termos como negro, preto, pardo, moreno, mulato, triguenho, zambo e outros que detalham os supostos graus de misturas de africanos, europeus e indígenas. Tradicionalmente os indivíduos de ascendência africana parcial têm rejeitado serem identificados como negros, uma rejeição apoiada pela cultura dominante. Alguns indivíduos de reconhecida ascendência africana são aceitos como brancos. Na América Latina a identidade racial é com frequência uma complexa negociação que envolve os antepassados, as características físicas e psicológicas, o status social e as conexões familiares. A classificação é parte do contexto. Certamente existe uma hierarquia e esta valoriza mais a ascendência e a aparência européia do que a africana. No entanto, às vezes os brancos permitem aos afro-latinos proclamarem um status mais branco do que poderiam determinar as características físicas e psicológicas e a linhagem, parte como cortesia e em parte porque isto confirma a idéia de muitos brancos de que eles vivem em sociedades essencial-

mente brancas. Apesar disso, os indivíduos de visível ascendência africana que se podem fazer passar por brancos muitas vezes são vítimas de exclusão com base na raça e na cor da pele. Este quadro complica-se mais quando os indivíduos que parecem ser brancos ou quase brancos se identificam com os afro-americanos por razões familiares ou culturais.

Esta noção de fluidez racial tem criado dificuldades tanto para os acadêmicos que pesquisam os afro-latinos como para os ativistas afro-latinos que procuram mobilizar os membros de seu grupo. De muitas maneiras importantes a discriminação racial legal nos Estados Unidos ajudou a unificar o grupo. Na América Latina, a multiplicidade de categorias de raça e cor, juntamente com as ideologias de mestiçagem e branqueamento que excluía os afro-americanos da história e da cultura serviram para enfraquecer o desenvolvimento da identidade e a consciência de grupo dos afro-americanos. Isto ocorreu mais ainda em áreas onde os indivíduos de visível ascendência africana enfrentavam uma considerável discriminação racial. Mas embora a consciência de grupo e a ação concertada tenham sido difíceis, a América Latina tem uma história de ativismo político e social dos afro-americanos que tem superado as barreiras de classe e cor. Este tema foi explorado, entre outros, por George Reid Andrews em seu livro *Afro-Latin America, 1800-2000* (América Afro-latina, 1800-2000). A luta dos afro-latinos contra a subordinação racial começou durante a escravidão. A América Latina colonial estava salpicada de assentamentos *cimarrones* ou escravos foragidos que desafiavam ser recapturados. Seus descendentes ainda podem ser encontrados nos quilombos do Brasil e em enclaves semelhantes em todo o Hemisfério.

As comunidades de *cimarrones* rebeldes foram uma das muitas formas assumidas pela resistência dos escravos na América Latina onde os escravos desempenharam papel crucial na própria libertação. Alguns compraram a si mesmos ou a seus familiares. Outros fugiram e misturaram-se com populações de gente livre. A luta pela liberdade teve êxito não só onde a manutenção de escravos era relativamente benigna, mas também em regiões onde a vida dos escravos podia ser infernal e breve. Este é o caso do Brasil, país que recebeu mais cativos africanos do que qualquer outra sociedade americana. A escravidão ali era brutal e muitas vezes mortal. Mas o Brasil também tinha uma grande população de afro-brasileiros livres que oficialmente tinham igualdade de direitos com os brancos. Alguns eram funcionários públicos e pertenciam às camadas superiores da sociedade brasileira.

O começo do século XIX trouxe novos desafios para os sistemas escravagistas do Novo Mundo. O iluminismo e as revoluções que inspirou—a dos Estados Unidos, a revolução francesa, a do Haiti e as guerras da independência contra a Espanha—criaram problemas. A Guerra de Secessão nos Estados Unidos trouxe a emancipação dos estados do norte e ajudou a criar um mal estar nacional com relação à escravidão. A revolução do Haiti pôs fim ao sistema escravagista mais lucrativo do continente. A emancipação foi também resultado das guerras dos hispano-americanos pela independência e não simplesmente consequência da influência do iluminismo. A contribuição afro-americana para a independência teve um papel crítico que acelerou o fim da escravidão. O recém-independente império do Brasil continuaria participante ativo no comércio de escravos até quase o fim da década de 1880. Finalmente, em 1871, influenciado pelo exemplo da abolição nos Estados Unidos e pelo agudo sentimento contra a escravidão reinante na Europa e especialmente na França, o país proclamou a Lei do Vente Livre, dando a liberdade aos filhos de mães escravas a partir daquele ano. No Brasil, o final da escravidão ocorreu em 1888 durante o governo do Imperador Dom Pedro II. As duas últimas colônias espanholas na América, Cuba e Porto Rico, foram os últimos territórios de língua espanhola que mantiveram a escravidão. O surto da produção de açúcar que transformou Cuba em um dos grandes centros do tráfico de escravos africanos no século XIX, também levou a economia da ilha a ser uma das economias escravagistas mais vigorosas do continente, o que trouxe novas restrições aos direitos dos afro-cubanos livres. A abolição viria finalmente em 1886. Posteriormente, os afro-cubanos participariam de forma destacada na luta pela independência, mas as fortes divisões raciais permaneceriam nas primeiras décadas do século XX, um legado da economia açucareira e dos escravos.

O racismo prevaleceu em todo o Hemisfério. As novas ideologias de princípios do século XX ajudaram a impelir ainda mais os povos afro-americanos e indígenas da América Latina para a margem das sociedades e culturas desses países. Para os estudiosos da história dos Estados Unidos, é bem conhecido o papel do racismo científico e do darwinismo social ao proporcionar as bases intelectuais para Jim Crow e a privação de direitos. Estas forças também influenciaram o pensamento na América Latina, porém de maneira diferente. As elites da América Latina encararam o problema não tanto em termos de proteger seus privilégios e situação, mas de conseguir a maioria branca que, segundo criam, seria necessária

para o progresso e a modernização. Neste sentido, incentivou-se uma imigração em massa de europeus, muitas vezes com generosas recompensas em terras. Isto transformaria a Argentina, o Uruguai e o sul do Brasil. Outros países receberiam muito menos europeus, mas seu forte desejo de branqueamento marginou ainda mais os afro-latinos. A dinâmica cultural da era da escravidão desde muito antes tinha determinado que o indivíduo deveria aspirar à mobilidade social por meio de uma classificação racial de pele mais clara. Se o etos nacional impunha que o país fosse branco, o mais prudente para as pessoas de ascendência mista seria não declarar sua herança africana. Portanto, tanto a mestiçagem como o branqueamento contribuíram para que muitos afro-latinos tivessem uma acentuada falta de disposição de se identificar como tais, embora o fenótipo tornasse inevitável tal identificação e a consequente discriminação.

Mesmo assim, no início do século XX havia uma relação freqüentemente simbiótica entre as formas de expressão cultural derivadas dos africanos – entre as quais figuram a *santería* em Cuba e o candomblé no Brasil—e a formação das identidades e estratégias afro-americanas para resistir à discriminação. Em certas oportunidades, essas estratégias incluíram a formação de partidos políticos e grupos afro-americanos de protesto. Em outras ocasiões assumiram a forma de apoio a líderes políticos populistas, como o costarriquenho José Figueres e o venezuelano Rómulo Betancourt, de esquerda, ou o brasileiro Getúlio Vargas e o argentino Juan Perón, de direita. Se o ativismo político e social ajudou a frustrar o esforço de marginalizar totalmente os afro-americanos, a demografia também impossibilitou ignorar sua presença em muitas sociedades. A magnitude de tal presença no Brasil, Colômbia, Cuba e Venezuela levou alguns líderes latino-americanos a reconsiderar a idéia de que, em última análise, os afrodescendentes desapareceriam. Pelo contrário, convenceram-se de que sua presença era permanente, impossível de ignorar e parte inevitável da identidade nacional. Na América Central, o tema complicou-se ainda mais com a imigração dos caribenhos de língua inglesa no século XX. Levados ao Panamá para a construção do Canal ou à Costa Rica para trabalhar nas estradas de ferro, portos e plantações de banana, os imigrantes muitas vezes acrescentavam uma nota de dissonância tanto cultural quanto racial às sociedades cuja auto-imagem era de preferência ser racialmente branco e culturalmente hispânico.

Posteriormente no século XX, a luta dos afro-americanos contra a desigualdade adquiriu uma

maior significado. Dizia respeito ao modo como as nações eram percebidas no exterior e como se percebiam a si mesmas. A preocupação pela imagem internacional do país e a luta contra a lei Jim Crow é um terreno familiar para os estudantes da história dos Estados Unidos de meados do século XX. As elites da América Latina também tinham essa preocupação. Tanto a crescente rejeição do racismo científico no mundo ocidental como o convencimento de que os afro-americanos não desapareceriam contribuíram para uma nova visão: a idéia da democracia racial. As elites latino-americanas começaram a proclamar que seus países eram exemplo de igualdade racial e de harmonia, com o Brasil à frente, ajudado pelo governo e por cientistas sociais nacionalistas, como Gilberto Freire.

Este novo pensamento era mais convincente pelo contraste entre a segregação legal existente no sul dos Estados Unidos e a ausência de discriminação oficial na América Latina. A tese da democracia racial e a idéia de que os norte-americanos poderiam tomar lições de harmonia racial foram divulgadas nos Estados Unidos por meio das obras de Frank Tannenbaum e outros. Embora agora seja comum desacreditar este critério qualificando-o de mito, não se pode negar que muito antes da Segunda Guerra Mundial os latino-americanos de reconhecida ascendência africana tinham a possibilidade de ter acesso a setores da sociedade inconcebíveis nos Estados Unidos. No século XIX, o México e a Argentina elegeram presidentes que, segundo se cria, tinham ascendência africana. Em meados do século XX, Cuba e a Venezuela tinham presidentes afro-americanos, Fulgencio Batista e Rómulo Betancourt, respectivamente. Outros países tinham ministros do governo e militares de alta patente afrodescendentes. A tese da democracia racial era menos um mito do que um exagero.

Mas esse exagero ajudava a mascarar um racismo e uma desigualdade racial tremendos. Se a fluidez da interação racial na América Latina nas décadas de 1940 e 1950 contrastava com a rigidez de um país formalmente segregado como os Estados Unidos, esse tipo de comparação tem sido menos fácil desde a década de 1960. A partir da eliminação da lei Jim Crow, os ativistas afro-americanos têm comparado o êxito do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos com sua própria exclusão. Nas últimas décadas os ativistas afro-latino-americanos têm-se inclinado a contrastar o maior acesso dos negros dos Estados Unidos à mobilidade educacional e ocupacional com a relativa ausência de tais possibilidades na própria sociedade.

Nas duas últimas décadas, a luta dos afro-latino-americanos contra a discriminação e em prol de uma maior inclusão tem tido certo êxito. Todos os países da América Latina têm incorporado medidas contra a discriminação em suas leis e constituições. Além disso, assinaram protocolos internacionais contra a discriminação. Observadores bem informados notam que essas medidas legais, embora importantes como normas, muitas vezes têm resultados ambíguos ao serem aplicadas na prática. Alguns países têm ido mais longe em seu esforço para atacar a discriminação. Começando em 2001, o Brasil começou a dar alguns passos preliminares, embora contestados, no sentido da ação afirmativa ou cotas de inscrição na universidade e contratação para cargos públicos. Por lei, o Brasil, Colômbia, Nicarágua e Honduras reconhecem os direitos de propriedade das terras das comunidades negras fundadas por escravos fugitivos.

Embora não haja dúvidas de que os estereótipos negativos ainda existem, os ativistas afro-americanos parecem ter conseguido certos ganhos em sua busca de maior reconhecimento. Por lei, o Brasil agora exige o ensino de história afro-brasileira nas escolas de primeiro e segundo graus. Em número cada vez maior aparecem jornalistas negros nos noticiários da televisão. No México parece haver um maior desejo de reconhecer “a terceira raiz”, ou seja, o componente africano e afro-mexicano da história e cultura do país. Parece haver um aumento do interesse no tocante ao passado e presente dos afro-argentinos; livros e filmes recentes examinam este tema e o governo fez um censo dos argentinos de ascendência africana.

Estes avanços são o resultado do árduo trabalho e da dedicação de membros de um movimento afro-latino-americano emergente que, em si mesmo, é parte de um esforço maior destinado a reexaminar o papel da raça na vida latino-americana. É um processo que está apenas começando.

Robert J. Cottrol ocupa a cátedra Harold Paul Green como Professor e Pesquisador em Direito e Professor de História e Sociologia na George Washington University. É autor de várias publicações, figurando entre elas: Brown v. Board of Education: Caste, Culture and the Constitution (Brown contra o Departamento de Educação: Casta, Cultura e a Constituição) (University of Kansas Press: 2003). Está atualmente escrevendo um livro que examina o papel da lei na construção de hierarquias e culturas raciais na América. O artigo do Dr. Cottrol para Desenvolvimento de Base é tirado de sua resenha de Afro-Latin America, 1800-2000, encontrado na edição de junho de 2005 da American Quarterly publicada pela The Johns Hopkins University Press.



As lições dos idosos: Juan García e a tradição verbal dos afro-equatorianos

De Patrick Breslin

*Juan García conta a Karen
Rocío Barnasa Arboleda
uma história da sabedoria
popular afro-equatoriana.*

Quando o Museu Nacional da História e a Cultura Afro-Americana for inaugurado no Mall (esplanada central) na cidade de Washington, D.C. em 20015, entre os milhares de artefatos provenientes da experiência africana em toda a América haverá um pequeno tamborete talhado em uma madeira tropical clara com gravados com o desenho de uma teia de aranha. A forma do tamborete foi concebida para caber na canoa estreita que transportava Deborah Azareno pelos rios da província equatoriana de Esmeraldas há mais de 60 anos. Depois de ancorar a canoa nas margens lamacentas perto do local onde o rio Santiago desemboca no Oceano Pacífico, a mulher levava o tamborete para casa e se sentava nele ao contar histórias a seu neto. Em 2005, muito antes de se começar a construir o edifício do museu em Washington, seu tamborete foi a primeira aquisição oficial do museu. Esta é a história de como isso aconteceu.

Cerca de 350.000 equatorianos afrodescendentes vivem nas planícies da costa do Pacífico na Província de Esmeraldas. Desde o século XVI seus ancestrais começaram a chegar a essa terra como escravos, como fugitivos procedentes da Colômbia ou como sobreviventes de naufrágios. Limpavam terras e exploraram minas de ouro à força e, quando podiam, fugiam para a selva tropical para formar *palenques* ou comunidades negras com governo próprio; raramente enfrentavam as comunidades indígenas locais, com as quais viviam em paz a maior parte do tempo. Lutaram com Bolívar pela independência sul-americana no início do século XIX, mas só conseguiram a própria liberdade décadas mais tarde e, em muitos casos, só a conseguiram no papel. Tal como ocorreu no sul dos Estados Unidos, novas formas de exploração baldaram suas esperanças de emancipação. Salvo quando necessários para engrossar as fileiras dos exércitos revolucionários, em geral viviam bastante isolados e ignorados pelos centros econômicos e políticos situados a 3.000 metros de altura, nas nuvens dos Andes. Não tinham praticamente expressão no diálogo nacional equatoriano.

Juan García Salazar mudou tudo isso com um gravador. García é um homem extremamente magro, de estatura mediana, nascido em 1944 e ainda é tão ágil como um bailarino. A magreza parece alongar seus membros; seus dedos, que estendem para gesticular enquanto fala, poderiam ter saído de uma pintura de Oswaldo Guayasamín, o artista mais conhecido do Equador. Tem o rosto expressivo de um ator. Suas sobrancelhas e as rugas da testa se movem em curvas concêntricas de admiração ao contar uma história. Praticamente sem instrução formal, García transformou-se em um conhecido colecionador e preservador das tradições orais dos afro-equatorianos. O passado deles e talvez a chave de seu futuro estejam armazenados nas fitas dos milhares de cassetes que García gravou durante três décadas.

No ano passado, como parte de uma pesquisa sobre líderes de base na América Latina, eu passei uma semana com Juan García em Esmeraldas. Eu o conheci pela primeira vez em Quito e tinha escrito sobre ele há mais de 20 anos. Agora eu queria entrevistá-lo sobre a obra de toda a sua vida e determinar como esta se relacionava com o crescimento do movimento afro-equatoriano de Esmeraldas. Ele fora convidado para falar em uma paróquia de San Lorenzo no dia seguinte e me propôs que o acompanhasse.

Contratamos um automóvel com um motorista chamado Paco Ortiz, que nos disse que vivia a poucas quadras de Juan, em um bairro nos arredores de Esmeraldas. Juan sentou-se na frente. Passamos pelo aeroporto e continuamos pela esburacada rodovia costeira, ao norte, em direção à fronteira com a Colômbia. Caminhões carregados de eucaliptos das montanhas destinados às fábricas de papel do Japão avançavam ruidosamente para o sul. Nos buracos mais antigos o mato crescia. O cinto de segurança pressionava nosso peito quando o veículo sacudia ao passar sobre eles. Juan iniciou nosso bate-papo com algumas perguntas sobre os pais de Paco e se animou quando percebeu que o pai de Paco, que era professor do ensino de primeiro grau, tinha sido seu professor na terceira ou quarta série em Limones. A tia de Paco não era por acaso proprietária de uma padaria de que Juan se lembrava? Paco confirmou que sim. A conversa continuou enquanto montavam as respectivas árvores genealógicas.

O pai de García era médico e fugiu da ditadura de Franco após a guerra civil espanhola; sua mãe, Juana Salazar, nasceu em Esmeraldas. “Lá em baixo, na costa, a gente absorve a cultura com o leite materno”, Juan me disse uma vez. A família vivia perto da desembocadura do rio Santiago em El Cuerval, lugar chamado assim por causa dos corvos que se juntam



García em 1986, cinco anos depois de iniciar a tarefa de gravar a história, as lendas e a poesia afro-equatoriana.

nos galhos mortos das árvores no rio. Zenón Salazar, seu avô materno, sustentou a família com cultivos de subsistência e peixe e vendia cana-de-açúcar a um engenho próximo. Posteriormente a área foi terraplanada para a construção de viveiros de camarões. Estes fracassaram e agora somente se ouvem os ruídos dos corvos.

García recorda como seu pai maldizia Franco. Queria que seus filhos estudassem e falava de voltar um dia para a Europa. Havia um pequeno grupo de exilados espanhóis na área. “A maioria dos europeus que veio para cá morreu de nostalgia,” disse García. Quanto ele tinha seis anos, seu pai morreu de ataque cardíaco e sua mãe o mandou viver com amigos e estudar em uma escola de Limones. Terminou o ensino de primeiro grau e com isso a educação formal de sua infância. Em um instituto técnico dirigido

pela igreja aprendeu carpintaria.

Os rios eram as rotas de Esmeraldas e a corrente de Humboldt que vem desde a Antártica era sua estrada interestadual. García os conhecia bem desde pequeno. “Somos gente do mar”, diz ele. Lembra-se de que ajudava a remar canoas com flutuadores nas ondas do mar na desembocadura do rio até chegar a altura do encontro com a corrente de Humboldt, levantavam a vela feita de sacos de cereais costurados e velejavam rio “abaixo” pela corrente até Temuco, a cidade colombiana ao norte do Equador, para vender seus produtos. A viagem pelos rios internos era mais plácida e as canoas deslizavam pelo reflexo de luz solar que se espalhava sobre a superfície da água, lisa como o

vidro, passando às vezes frente às casas de madeira e taquara sombreadas por coqueiros usados como varal para secar a roupa.

García viajava muito e chegou a administrar uma pequena fábrica em Bogotá. Ali frequentou aulas na universidade. As discussões com os estudantes o levaram a refletir sobre o Equador e Esmeraldas. Começou a perguntar a si mesmo por que não havia monumentos a negros no Equador. Voltou para casa para cuidar de seu avô gravemente enfermo, uma dedicação que durou dois anos e que mudou sua vida. A memória do ancião era uma verdadeira mina de história e sabedoria populares. “Algumas pessoas da comunidade me diziam: ‘Olhe, Juan: Don Zenón não vai morrer por muitos anos, porque sabe magia e quando a gente sabe magia o corpo pode morrer, mas a cabeça não. Você precisa deixar que ele transfira a você esse peso que carrega’”. García escutava enquanto seu avô vertia

seus conhecimentos. Quando o ancião mencionou um parente em Playa de Oro que sabia outras coisas, García tomou emprestado um gravador grande e viajou para lá para fazer suas primeiras gravações.

“Era a década de 1970 e me preocupava a questão de minha identidade—ainda não era um sentido exato de identidade cultural, mas eu sabia que me faltava alguma coisa, que tinha um vazio. Ocorreu ao mesmo tempo que a saúde de meu avô se deteriorava, uma época muito importante para mim. Era um regresso, depois de um período de andar ao léu, de uma vida de vagabundo por Guayaquil, Quevedo e Colômbia. Um retorno aos ancestrais, às minhas raízes culturais. Os velhos dizem que é preciso enviar os jovens a uma viagem para trabalhar e se formar. Para aprender coisas práticas, manejar canoas, velas, conhecer as ondas, as árvores, a distinguir a terra boa da má. Tudo esse foi muito útil para mim”.

Mas a Esmeraldas a que regressou era pobre. “Nesses dias todos tínhamos o desenvolvimento na cabeça, a idéia de formar organizações para melhorar a vida em termos econômicos. E para mim envolver-me no desenvolvimento foi descobrir a cultura, descobrir o que me faltava”.

De 1972 a 1978, Juan trabalhou como organizador de cooperativas. “Depois dos primeiros três anos, comecei a perceber que este tipo de organização era alheio à gente daqui. Nós nos reuníamos com técnicos de cooperativas de Israel, da Alemanha ou das montanhas do Equador. Vi que eles não tinham afinidade conosco e que o projeto que nos descreviam tampouco tinha afinidade alguma com o que realmente éramos. Eu sabia que tínhamos de incluir algo mais nesse trabalho com as pessoas”.

Como as cooperativas tinham créditos do Banco Central do Equador, os funcionários do banco conheciam o trabalho de García. Por volta de 1978 ofereceram-lhe a organização de um trabalho na comunidade de La Tolita, um pequeno povoado ribeirinho construído sobre um tesouro arqueológico de argolas de nariz e brincos de ouro, máscaras diminutas e figuras humanas e de animais em cerâmica. O banco proporcionaria os créditos e Juan ensinaria à comunidade alternativas econômicas à venda das peças pré-históricas que encontrava, salvaguardando assim o patrimônio cultural do Equador.

“E ali”, diz García, “eu me deparei com a questão do que é a cultura nacional. Porque o povo de La Tolita, os *guaqueros* (descobridores de artefatos) que

desenterravam essas peças, consideravam as coisas com mais clareza que eu. Estas peças não vêm de nós, diziam. Não têm nada a ver conosco. E eu percebi que se tratava de preservar um patrimônio nacional no qual nós não estávamos incluídos. Não deveríamos beneficiar-nos desses vestígios. A gente também me fez ver que, enquanto o banco estava pagando meio milhão ou talvez um milhão de sucres aos peritos técnicos e aos estrangeiros que participavam do projeto arqueológico, destinava talvez 10.000 ou 5.000 sucres às organizações comunitárias. Em breve eu decidi renunciar a meu trabalho com o banco para trabalhar por conta do meu próprio sentido de preservação cultural”.

Nas palestras sobre Esmeraldas que dava em Quito, García conheceu Chuck Kley Meyer, na época Representante da Fundação Interamericana para o Equador. Com base em suas conversações, García preparou uma proposta na qual pedia apoio para um esforço sistemático destinado a registrar tudo o que fosse possível da tradição oral afro-equatoriana. Ele já percebia que essa tradição começava a desaparecer à medida que os anciões morriam e a geração mais jovem, atraída para as cidades como Guayaquil, perdia seus vínculos com os rios e as selvas e uma forma de vida de séculos. Ao mesmo tempo, García e alguns colegas com interesses semelhantes organizaram o Centro Cultural Afro-Equatoriano em Quito, como local de reflexão sobre a experiência de seu povo. Ali estavam expressas todas as correntes do pensamento afro-equatoriano, desde a revolucionária até a puramente econômica. E uma corrente concentrava-se na cultura e no sentido de identidade africanos.

A IAF começou a apoiar o trabalho de García em 1981 com doações para o Programa de Antropologia para o Equador que pagavam o custo de motores do lado de fora da embarcação, despesas de viagem, gravadores, cassetes e salários de García e sua equipe de ajudantes, constituída por membros do Centro com interesse na cultura. Começaram a trabalhar tanto em Esmeraldas como no vale do Chota, área do país onde vivia a outra concentração de afro-equatorianos. “Foi no processo de gravação que na realidade começamos a educar a nós mesmos. No início não pensávamos que a identidade, o território e a tradição oral fossem conhecimentos. Simplesmente queríamos recuperar tudo o que estivesse na memória para não se perder.



Patrick Breslin

Benildo Torres Riasco, o poeta de décimas.

“A primeira lição—e para mim a mais importante—foi que éramos completamente ignorantes. Os anciães nos falavam e nós quase nada sabíamos. Não entendíamos. Nossa principal pergunta se referia ao passado. Queríamos que os anciães nos contassem o que se lembravam de como era a vida antes. Somente de maneira gradual reconhecemos o papel que cada um deles tinha desempenhado na cultura; que eram especialistas, com diversas habilidades, com diversa sabedoria. Por exemplo, nós entrevistamos Benildo Torres, o homem com quem estou trabalhando agora, há anos e só tínhamos duas cassetes com umas tantas décimas (uma forma complexa de poesia medieval espanhola que se tinha arraigado entre os africanos das colônias espanholas na América). Somente agora, 20 anos depois, eu me pergunto por que não o fizemos, que quando fomos vê-lo não tínhamos o entendimento suficiente de que ele era realmente um grande decimero (poeta de décimas). Não entendíamos a importância para sua cultura. E isso aconteceu com muita gente”.

Mesmo assim, eles aprendiam todos os dias e os gravadores continuavam girando enquanto aumentava a número de baterias dos cassetes. “Quando o projeto terminou, senti que acabava de sair da universidade”, diz García. Depois, os pesquisadores partiram para diversos rumos: os que vinham de Chota regressaram para trabalhar no vale. “E aqui, em Esmeraldas, nós nos dividimos em três grupos com uma responsabilidade coletiva; os que decidiram fazer trabalho político, os que se concentraram no desenvolvimento econômico e no projeto cultural, o que eu basicamente fazia; mas os outros me disseram: ‘você é o custódio de tudo o que temos feito, das fotos, dos cassetes, de toda a memória’”.

Como seu avô, García tinha assumido a responsabilidade pela tradição oral de sua gente. Assim, teve de encontrar formas de proteger o material. O Banco Central o ajudou a fazer cópias e armazenou parte do material, o mesmo fazendo o Museu Esmeraldas. Mas armazenar não bastava. Periodicamente, era necessário passar as fitas—que se conservavam em salas com ar condicionado para protegê-las contra a umidade do pântano de Esmeraldas—por uma máquina e rebobiná-las. E enquanto Juan se concentrava nesses detalhes, os afro-equatorianos de Esmeraldas tinham outra preocupação. “A gente me dizia: ‘Juan: tudo isso de cultura, todo esse conhecimento, para que servem se nos estão tirando nossa terra?’ Então comecei a perceber as novas realidades. Eles me fizeram ver que toda essa bagagem na cabeça não servia se não houvesse um espaço territorial, não servia sem um projeto que pusesse comida na mesa, não servia a menos que a gente tivesse uma casa para morar. ‘Sem território, como preservamos a cultura?’, perguntavam. E no início eu lhes respondia: ‘bem, nos cassetes’. Mas eles diziam: ‘não, onde preservamos a criação da cultura? Os rios nos foram tirados. O antigo cemitério foi destruído para fazer uma estrada. Aí foram embora nossas memórias. O que fazemos agora?’”

A perda de terra era um refrão em Esmeraldas. Os viveiros de camarão que tinham destruído os mangues e as terras agrícolas ao redor do lugar natal de Juan eram apenas um dos muitos planos com os quais os forasteiros pretendiam tirar proveito do que consideravam uma selva improdutivo. Invariavelmente, as novas empresas eram enclaves que produziam para os mercados estrangeiros e ofe-

reciam uma quantidade limitada de emprego para a população local. Décadas antes, grandes extensões do território de Esmeraldas fora destruído para produzir banana. Hoje, regimentos de palmeira africana cobrem a paisagem e ocupam dezenas de milhares de hectares. Com frequência os grupos indígenas e de afrodescendentes, que tradicionalmente reivindicavam a posse da terra, eram deixados de lado.

Pouco depois de terminar o projeto com a IAF, Juan se matriculou na universidade Johns Hopkins, onde escreveu uma tese sobre Alonso Sebastião de Illesca, o mais famoso dos líderes *cimarrones* de Esmeraldas, visitado pelo pirata inglês Francis Drake. A esposa de Illesca era indígena e alguns de seus filhos se casaram com membros das famílias de líderes indígenas, consolidando assim seu controle da região. Seu êxito e muitos outros exemplos de autonomia africana em Esmeraldas inspiraram as idéias de Juan sobre a necessidade dos afro-equatorianos serem auto-suficientes na própria terra. “Eu utilizo o passado para ilustrar que existe uma fonte de pensamento, de filosofia e de experiência à qual podemos regressar. Houve épocas em que fomos auto-suficientes. Não tínhamos muito, mas não necessitávamos mais. E essas épocas eram melhores do que o presente, em que estamos incluídos no projeto de outros. Porque quando se está incluído, é difícil ser o próprio. O poder e a hegemonia pertencem a quem o inclui. Por isso afirmo que tudo era melhor quando éramos livres em nossa própria realidade cultural, quando manejávamos nossos próprios recursos com nossa própria filosofia. E por isso insisto em que a comunidade africana utilize o que aprendeu do passado como ponto de partida para integrar-se no presente”.

Ao regressar ao Equador, Juan trabalhou por um tempo em projetos de desenvolvimento financiados pela IAF e às vezes compartilhava com outros as lições da gravação e a preservação da tradição oral de Esmeraldas. Depois, mudou-se para o povoado de Maldonado para administrar um projeto financiado pela Conservation International, cujo objetivo era preservar a selva e aumentar a renda da população mediante a produção de artigos úteis e decorativos, tais como botões para roupa feitos de *tagua*, a amêndoa de uma palmeira que tem a cor e as características do marfim. Juan tinha sugerido esse projeto porque, em sua compreensão emergente do desenvolvimento, parecia lógico.

“Era alimentado pela cultura. Eu pensava que, para reduzir o impacto sobre o meio ambiente e especialmente sobre a selva, um projeto tinha de ser tradicional no sentido de utilizar um produto tradicional, que a gente entenda e no qual tenha experiência e com um mercado para gerar renda. A *tagua* cai das árvores. Na década de 1920, quando os alemães vinham comprá-la, houve uma espécie de bonança econômica. Na tradição oral, a gente fala da ‘era da *tagua*’. E existem muitas histórias sobre a ida à selva para recolher as amêndoas. O objetivo de nosso projeto era revitalizar o mercado e aumentar os preços. Como neste caso estávamos em uma zona sem eletricidade, o trabalho tinha de ser feito com ferramentas manuais. Tivemos êxito na procura de mercados e isso reanimou o cultivo da palma de *tagua*. Os visitantes sempre nos encorajavam a conseguir geradores e motores elétricos, mas eu insistia em que não precisávamos. Na forma como trabalhávamos, a gente mantinha a própria autonomia. Bastava apenas ir à selva, recolher as amêndoas, fazer os botões ou as peças de xadrez e vendê-los. Chegamos mesmo a vender para lugares longínquos como Nova York. Pela primeira vez tínhamos vinculado a cultura a um projeto de comercialização orientado para o desenvolvimento.

“Mas na região havia um problema importante: a terra. Eu trabalhava com 32 comunidades. O benefício de todos os projetos que empreendi é o fato de eu sempre estar me movimentando, visitando comunidades e ouvindo as pessoas. E o que eu ouvia o tempo todo o tempo era que estávamos perdendo nossas terras. Apesar de tudo o que se dizia sobre o ambientalismo, o governo estava abrindo mais e mais terras agrícolas para montar enormes plantações de palma africana. E havia uma pressão constante dos agricultores que migravam para Esmeraldas de outras partes do Equador. Era urgente a necessidade de organizar a comunidade”.

A oportunidade surgiu em 1995 quando Juan ganhou uma bolsa de estudos Ashoka, de quatro anos, com sua proposta para desenvolver um modo de articular o debate sobre os assuntos que afetam aos afrodescendentes de Esmeraldas e que pudesse ajudar as comunidades a defender seus direitos e especialmente seu direito à terra. A Ashoka é uma ONG com sede nos Estados Unidos que apóia “empreendedores sociais” de todo o mundo e lhes permite trabalhar em tempo integral em suas idéias para a mudança e



O efeito cascata de um projeto

“E sempre, quando a gente me pergunta onde tudo começou, digo que começou com o Centro Cultural Afro-Equatoriano que fundamos em Quito e com a ajuda da Fundação Interamericana. O projeto permitiu a um grupo de jovens de Chota, Esmeraldas e Guayaquil viajar por todo o país falando de nós mesmos, de nossa gente. Era a primeira vez que alguém financiava a palavra falada. A primeira vez que alguém dava dinheiro para que as pessoas pudessem falar sobre si mesmas. Você percebe a importância disso? Que fundação dos Estados Unidos nos doaria dinheiro para termos tempo de conversar sobre nós mesmos? Que idéia tão bonita! Alguém financiar para você falar com os idosos, para aprender, para recuperar. Para mim essa foi a coisa mais simbólica deste projeto, a coisa mais linda. O que se gerou ali ainda não se pode medir, porque as ondas que criou ainda não pararam. E foram muitas ondas”. *Juan García referindo-se às origens dos artigos 83 e 84 da Constituição equatoriana que consagram os direitos dos afro-equatorianos.*

García com o tamborete que Deborah Azareno usava quando viajava pelos rios da província de Esmeraldas e que se transformou na primeira aquisição oficial do Museu Nacional da História e a Cultura Afro-Americana, cuja abertura está prevista para 2015.

Patrick Breslin

o desenvolvimento. Para iniciar seu trabalho político Juan voltou às suas gravações. “Tiramos as vozes dos ancestrais dos cassetes e as colocamos sobre a mesa para os debates políticos”. Visitou grupos comunitários, cooperativas, centros de capacitação e grupos apoiados pela igreja. “Eu lhes disse: ‘escutem o que dizem os ancestrais sobre a terra, os rios, as colheitas e a nossa presença aqui’. E a gente escutava e dizia: ‘já não me lembro há quanto tempo vivemos nesta região, seria... 1670?’ E outra pessoa perguntava: ‘E o Equador já existia?’ ‘Não, não existia’. ‘Estávamos aqui antes de existir o Equador?’ ‘Quando o Equador ainda não existia nós já estávamos aqui e possuíamos terras?’”

Uma vez iniciado o debate, os cassetes não foram apenas o eco do passado. Agora, complementados com as experiências prévias de Juan, proporcionavam idéias para o futuro. “Comecei a usar a tradição oral para elaborar um discurso político baseado no que eu tinha estudado na universidade, na história local que tinha aprendido, em meus conhecimentos sobre as comunidades, no projeto da *tagua* e nas cooperativas. Era a soma de tudo o que tinha feito antes. Trabalhei com as organizações, propondo que usássemos nossas tradições, por exemplo, que em vez de chamar-nos

“associações cooperativas” usássemos o termo *palenque* (influência), que adquire muitos significados. Além do território físico, representa um espaço cultural, um refúgio seguro e um enclave de resistência às ameaças externas”.

O trabalho político de Juan coincidiu com as mudanças políticas no Equador. “Se compararmos a situação atual com a da década de 1970, é incalculável o quanto avançamos. Estamos na Constituição. O termo afro-equatoriano está escrito na Constituição da República do Equador. Para mim, isso é como o reconhecimento oficial do nascimento da comunidade negra no mundo político e social daqui. Quando estavam redigindo a Constituição, três de nós estávamos do lado de fora, o tempo todo, falando, lutando e finalmente conseguimos que pusessem o termo na Constituição. E agora se ouve falar dos artigos 83 e 84, sobre direitos coletivos. Você não faz idéia da frequência com que as pessoas se referem a esses artigos”.

Os mencionados direitos referem-se à preservação e ao desenvolvimento da identidade cultural e das tradições culturais e sociais, entre as quais figuram as formas de organizar-se e de administrar justiça; à propriedade não-transferível das terras comunitá-

rias ancestrais; e ao uso compartilhado dos recursos naturais renováveis e direito de ser consultados sobre projetos destinados a explorá-los. Estes direitos tornaram possível a formação em Esmeraldas de novas organizações afro-equatorianas que se inspiraram nas próprias tradições. “As comunidades”, diz Juan, “formaram seus *palenques* territoriais, alguns deles de até 30 comunidades, com personalidade jurídica e com os próprios estatutos. Agora há seis *palenques*, um com 62.000 hectares. E outros se formaram sem nenhuma terra; 40 grupos culturais de Guayaquil, por exemplo, decidiram formar um *palénque*”.

Não se sabe com certeza para onde vai este processo de organização, mas Juan segue adiante. Dedicou seus quatro anos com a Ashoka ao apoio da organização política: “os melhores quatro anos de minha vida”, afirma. Mas já não considera a organização política como seu principal projeto. “Agora há centros que podem capacitar os líderes do futuro. Agora vou dedicar-me a escrever”.

Tem três metas importantes e planeja passar quatro anos alcançando cada uma: a primeira é completar uma série de publicações baseadas nas gravações e em suas constantes pesquisas. A segunda meta parte das publicações. Quer que os materiais sobre a história e a cultura afro-equatoriana entrem no sistema escolar para que a educação em Esmeraldas seja menos alienante. Embora essa seja uma meta de longo prazo, Juan aproveita toda oportunidade para avançar no sentido de alcançá-la. Pode-se ver um exemplo do que tem em mente quando cerca de 40 pessoas se reuniram em *Casa Palenque*, um centro de reuniões da cidade de Esmeraldas que conta com o apoio da igreja. Estavam presentes professores, algumas freiras, sacerdotes e dois ex-membros de quadrilhas, que tinham assistido ao workshop de Juan sobre a tradição oral. O tema era o rio. Juan trouxe uma série de leituras curtas extraídas de conversas com diversas pessoas sobre sua vida nos rios de Esmeraldas, gravadas nas três últimas décadas. Queria pôr em dúvida o argumento freqüente de alguns professores que dizem que gostariam de ensinar a história e a cultura afro-equatorianas, mas não dispunham de materiais para fazê-lo.

Juan passou as folhas e pediu aos participantes que as lessem. Houve observações sobre como os rios se estão poluindo cada vez mais, como os colonos de outras regiões estão tomando terras ao longo dos rios,

sobre o contraste entre viajar por rodovia e viajar por rio. Quando depois de dois ou três parágrafos Juan interrompeu a leitura para pedir reflexões, todos os temas que afetam a Esmeraldas começaram a surgir como um manancial. Começou uma discussão sobre sistemas de água potável. Alguém disse que o governo cobra das comunidades a tubulação e os poços. Mas nas leituras os anciões entrevistados por Juan lembravam-se da época em que os rios eram limpos. É justo que as pessoas que não contaminaram os rios tenham de pagar agora pela água potável? Por que o governo não pode simplesmente manter os rios limpos? A última leitura era uma descrição lírica da beleza da luz sobre o rio, semelhante a diamantes que flutuam sobre a superfície. Uma discussão animada de 90 minutos abrangendo os temas da história, política, economia, meio ambiente e literatura tinha surgido de umas passagens de apenas 10 minutos das milhares de horas que Juan tinha gravado.

O terceiro plano de quatro anos de Juan—ele parece pensar em episódios de quatro anos—é ligar todo o seu trabalho com uma exploração das conexões entre a cultura africana e a afro-equatoriana que chegue até às raízes. Já está trabalhando em três histórias que, segundo crê, demonstram as conexões: uma de Esmeraldas, uma do vale do Chota e uma da África Ocidental que ele traduziu do francês. De certo modo, ele já fez essa conexão em 2005, quando trouxe o tamborete com o desenho de teias de aranha—a figura de *anansi*, da África Ocidental—que sua avó usava na canoa, para os escritórios de Lonnie Bunch III, Diretora do Museu Nacional da História e Cultura Afro-Americana, e de John W. Franklin, funcionário da Smithsonian Institution que o aceitou como a primeira aquisição oficial do museu. *Anansi*, segundo a sabedoria popular da África Ocidental, foi o primeiro a trazer histórias para o mundo. O presente ao museu era digno de um homem que tem impedido que tantas histórias desapareçam.

Patrick Breslin aposentou-se em março, depois de 22 anos de serviços na IAF. Seu último cargo foi o de Vice-Presidente de Relações Externas.

Mais opções em Esmeraldas

De Marnie Schilken

Os afrodescendentes de Esmeraldas receberam como herança terras na parte mais remota da província, onde seus ancestrais encontraram abrigo. Mas o isolamento contínuo leva os afro-equatorianos muitas vezes a não terem acesso à infra-estrutura básica, serviços públicos, cuidados da saúde, escolas e oportunidades econômicas. A taxa de desemprego na zona rural de Esmeraldas tem atingido 70%, forçando muitos a saírem para as áreas urbanas em busca de trabalho. Um estudo realizado em 1995 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento destaca que esta migração se reflete no crescente número de afro-equatorianos que vivem na maior pobreza na periferia e nos arredores da cidade de Esmeraldas, capital provincial.

A Fundación para la Tecnología y el Desarrollo Latino-Americano-Ecuatoriano (FTDE), uma pequena ONG de Quito, vem ajudando mais de 30 comunidades rurais de Esmeraldas a enfrentar sua extrema pobreza. Em 2003 e 2004, a FTDE possibilitou a realização de reuniões comunitárias nas quais 540 residentes procuraram soluções para os problemas locais. Os participantes pediram à FTDE para ajudá-los a transformar seus planos em ações concretas e, em setembro de 2005, a FTDE recebeu uma doação de US\$220.030 da IAF para proporcionar capacitação em práticas agrícolas alternativas e realizar atividades que melhorassem o desenvolvimento de redes de contatos, organização, coesão social e solução coletiva de problemas.

Os afrodescendentes apoiados pela FTDE, tal como a maioria dos afro-equatorianos, estão lutando para que suas necessidades básicas sejam reconhecidas e atendidas pelas autoridades locais, regionais e nacionais. Os poucos programas que poderiam ajudá-los não atingem muitos por diversas razões, entre as quais figuram a distância, os preços de inscrição proibitivos e a falta de conscientização a respeito da existência de tais programas. Os afro-equatorianos que procuram ter acesso aos serviços não dispõem de tempo suficiente para dedicar-se à participação cívica, nem da energia para lutar contra o preconceito racial.

A FTDE começou reunindo um grupo de 10 indivíduos ou “promotores primários da comunidade”, selecionados por seus vizinhos para identificar as necessidades da comunidade e delinear o plano de trabalho. Com a ajuda desses promotores, a FTDE identificou outros 40 promotores secundários da comunidade, os quais durante 12 semanas foram treinados em liderança, organização comunitária, técnicas agrícolas e administração e comercialização microempresarial. Esses homens e mulheres, de 13 a 70 anos de idade, freqüentemente caminham três ou quatro horas, ou viajam em balsas quando não se pode passar pelas estradas, para chegar às comunidades onde transmitem seu treinamento e educação e onde ajudam a orientar as discussões sobre as necessidades comunitárias. Os promotores aprenderam a ser criativos. As pessoas normalmente trabalham a maior parte do dia isoladamente, em suas pequenas propriedades agrícolas e desejam ter contato social. Assim, as sessões de treinamento muitas vezes terminam com um evento recreativo, jogando futebol ou bingo, o que incentiva uma maior participação, cria um sentido de comunidade e oferece um fórum para discussões. “Como motivação, isto é algo novo, pelo menos no Equador”, afirma Freddy Marín, fundador e Diretor da FTDE.

Um fator importante no êxito da FTDE é sua disposição para ouvir as preocupações da comunidade. Por exemplo, quando os residentes pediram para se reunirem no local onde vivem em vez de terem de viajar a um ponto distante, a FTDE ajudou os promotores a estabelecerem centros comunitários muito básicos nos domicílios, levando os livros e materiais necessários. A ONG também tem incentivado o espírito empreendedor de seus beneficiários. Descontentes com os preços baixos pagos pelos intermediários, os quais, por sua vez, tinham lucros consideráveis, os agricultores pediram à FTDE que os ajudasse a vender em maior escala diretamente aos níveis mais altos da cadeia de distribuição. Sugeriram um estudo de mercado para suas colheitas que lhes oferecesse informações sobre oferta e procura, locais de venda e práticas de controle da qualidade. A FTDE fez o estudo

Esmeraldas

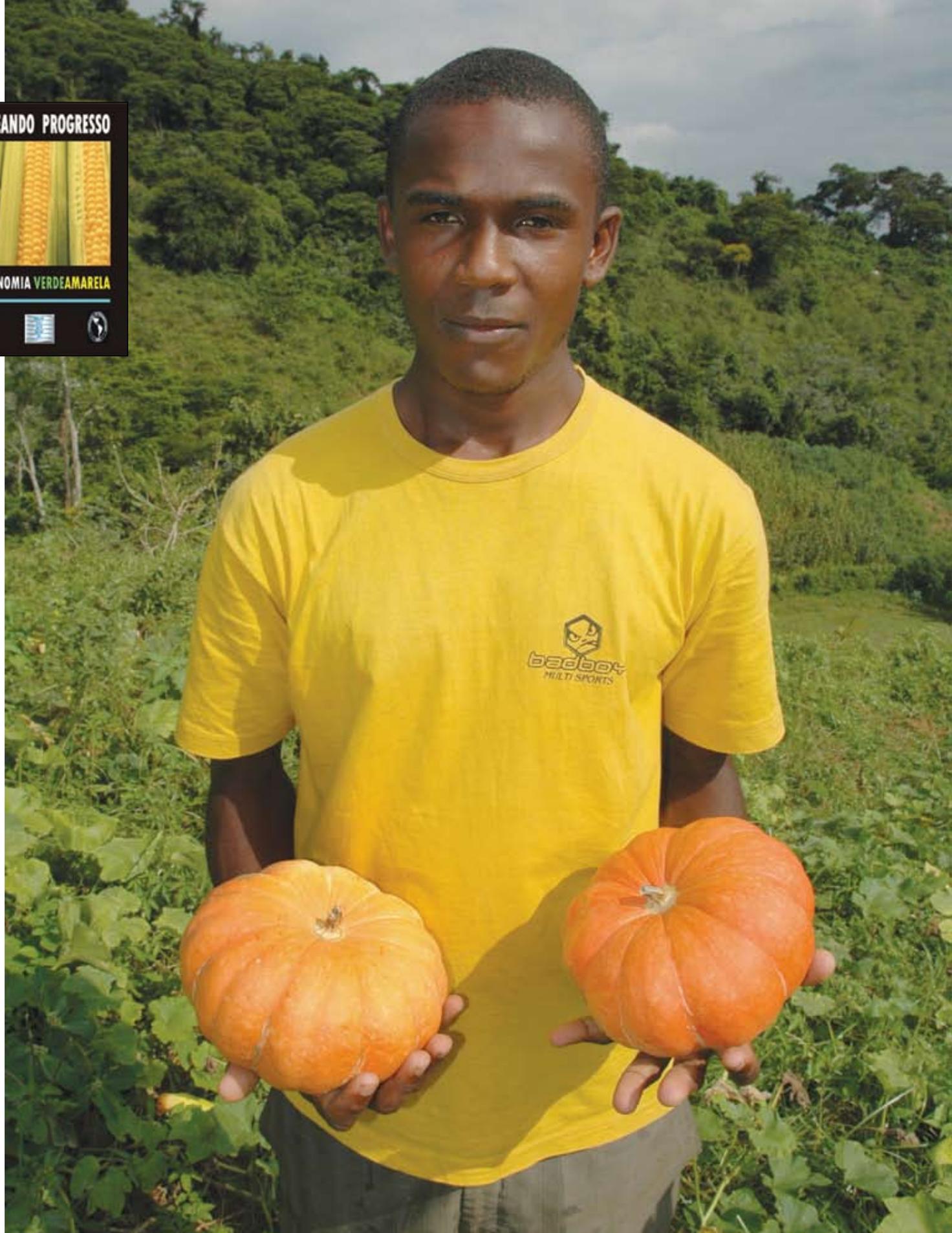
EQUADOR

e compilou os resultados em um guia de fácil leitura. Conhecido como as “Páginas Amarelas”, contém os nomes e as informações para entrar em contato com os principais exportadores de mais de uma dezena de produtos locais. O pessoal da FTDE e os promotores também ofereceram aos agricultores treinamento em técnicas de negociação empresarial em preparação para reuniões individuais com clientes.

Desde então os agricultores têm contatado independentemente exportadores de Guayaquil e Manta, organizado os encontros com eles e negociado transações em termos mutuamente aceitáveis. Santos e José Anchico, dois dos primeiros usuários da guia, disseram que a experiência de sair da respectiva comunidade para reunir-se com o exportador de cacau de Guayaquil os fez sentir pela primeira vez na vida que eram eles e não os intermediários que controlavam os próprios negócios. Este tipo de iniciativa ajuda muito a refutar os estereótipos negativos que têm sido um obstáculo para o desenvolvimento.

Os resultados do projeto têm excedido todas as expectativas. Entre os efeitos tangíveis figuram a melhoria nos níveis de educação dos promotores e beneficiários e o maior acesso aos exportadores, embora talvez os aspectos mais importantes sejam intangíveis. Como afirmou Carmelita Cuzme, promotora da comunidade de *La Colorada*, “antes da capacitação, eu me intimidava com a idéia de ir ao município e falar com as autoridades. Mas agora eu sei que posso ir e negociar”. Assim, o projeto tem motivado os indivíduos a trabalhar para conseguir mudanças de curto e longo prazo para si mesmos e sua comunidade. “É uma satisfação oferecer opções às pessoas excluídas durante tanto tempo”, afirma Freddy Marín. Tanto ele como seu pessoal continuarão denunciando a discriminação e trabalhando com as comunidades rurais de Esmeraldas para construir os fundamentos de um futuro melhor.

Marnie Schilken é Representante da IAF para o Equador



O objetivo de Santana de "Autonomia Verde e Amarela" depende do resultado de um júízo sobre o título da terra.

Terras e autonomia em Quilombo Santana

De Miriam Euclides Brandão

Fotografias: Sean Sprague

Santana, uma comunidade de afrodescendentes que compartilham uma história, herança e território comuns, é uma das 25 comunidades quilombolas no estado do Rio de Janeiro. Fica apenas a 145 quilômetros da capital do Estado, mas seus residentes, como muitos de outros quilombos em todo o Brasil, vivem na pobreza extrema, marginalizada da economia e das sociedades locais e têm escasso acesso à saúde, educação e outros serviços comumente recebidos pelos cidadãos brasileiros.

As 20 famílias de Santana, 97 pessoas no total, descendem dos escravos liberados que ficaram na Fazenda da Gramma depois da morte dos proprietários anteriores. Foram-lhes prometido os 828 hectares de campo em troca de seu compromisso de enterrar os membros da família dos donos à medida que fossem morrendo. A última da descendência, Maria

Isabel de Carvalho, está enterrada com seu marido na capela da fazenda, construída pelos escravos em 1867. Segundo os residentes de Santana, ela cumpriu a promessa de sua família e registrou oficialmente a transferência antes de morrer, em 1903. Infelizmente, os documentos relevantes “desapareceram” do escritório que tem jurisdição e outros agricultores reclamam a terra.

A estrada de terra batida, de 15 quilômetros, que liga Santana a Quatis, a cidade mais próxima, foi construída em meados da década de 1980. Quando chove, somente um veículo de tração nas quatro rodas pode passar nos últimos 3 quilômetros até a comunidade. A escola primária, inaugurada há cerca de 10 anos, oferece instrução somente até a quarta série; as crianças mais velhas precisam caminhar 3 quilômetros morro acima para tomar o ônibus que



Miguel Francisco e Petra da Silva, à direita, trabalharam em seu projeto com a representante de FIRJAN Ana Carolina Vieira.



O novo sistema de água de Santana abastece as casas e os campos a um custo mínimo. É acionado por energia de um rio próximo, o que faz girar a roda e ativa a bomba sem a contaminação de combustível diesel. O sistema requer poucas peças de reposição vindas de fora da comunidade. Os residentes cultivam abóbora, cebola, abobrinha e tomate em suas hortas, graças à abundância de água.





as leva à escola em Quatis. A eletricidade também chegou há 10 anos, mas serve somente às casas situadas perto da escola e à capela e não chega a cerca de 30% dos residentes do quilombo. As famílias vivem sobretudo da agricultura de subsistência, do emprego sazonal nas propriedades agrícolas próximas e da criação de pequenos animais. Duas casas de tijolo estão atualmente em construção, mas o restante são feitas de adubo e têm piso de terra. As famílias cozinham em fogões a lenha; não há água corrente nem tratada; os latrinas fora de casa são a norma.

Mas, em 2004, um grupo de adultos e jovens, 21 pessoas no total, aprenderam a ler e escrever com o programa Brasil Alfabetizado, do governo federal, posto em prática no Estado do Rio de Janeiro pelo Serviço Social da Indústria (SESI-RJ). Os cursos de alfabetização expuseram a comunidade ao mundo exterior, animando os residentes a procurarem ajuda para solucionar sua necessidade maior: a geração de renda. Trabalhando com a SESI-RJ, os residentes da comunidade, chefiados por Miguel Francisco da Silva, presidente de sua associação e incansável defensor da

comunidade, desenvolveram uma idéia para um projeto. Foram aconselhados pelo falecido ativista afro-brasileiro Osvaldo dos Santos Neves, do Círculo Olympio Marques (COLYMAR), ex-donatário da IAF, e por Ruth Pinheiro, sua esposa, que chefia o Centro de Apoio ao Desenvolvimento (CAD), outro ex-donatário que trabalha há quase 20 anos no apoio aos afro-descendentes. Eles chamaram o projeto de “Plantando Progresso Autonomia Verde e Amarela”. O nome—abrange as metas fundamentais de Santana, progresso mediante a plantação de milho e autonomia para a comunidade e seu patriotismo, com a referência às cores nacionais do Brasil. Osvaldo dos Santos Neves incorporou as palavras e os conceitos em seu desenho do logotipo do projeto.

O projeto recebeu apoio do Fundo de Desenvolvimento Social, foi co-financiado desde 2002 pela Fundação Interamericana e pela Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), cujo escritório de responsabilidade social o administra. O objetivo de FIRJAN é aumentar o investimento social corporativo no estado, unindo ONGs e

indústrias em sociedades que apóiam a geração de renda, a criação de trabalho e o desenvolvimento local. Para serem considerados para receber financiamento, os projetos devem ser apresentados por uma empresa em parceria com uma ONG e a empresa deve proporcionar pelo menos 50% do financiamento. O enfoque do Fundo em parcerias com ONGs tem criado muita sinergia entre as ONGs do Rio de Janeiro, bem como no setor empresarial. Devido a seu êxito e reputação em promover a responsabilidade social corporativa, a FIRJAN foi convidada a compartilhar seu enfoque com federações industriais semelhantes empenhadas em promover esse ideal nos Estados do Piauí, Espírito Santo e Paraná.

As atividades do projeto em Santana focaram o treinamento, para os homens, em aptidões no setor da construção, tais como carpintaria, alvenaria, instalação elétrica e hidráulica, bem como na produção de milho, feijão, abóbora, mandioca e quiabo; na produção e venda de artesanato de folhas de banana fabricado pelas mulheres; em esportes e atividades culturais para as crianças e adolescentes; e em



Escolares

serviços de cuidados da saúde para todos. A comunidade utilizou fundos do projeto para construir um depósito e um escritório para sua associação e para comprar um moinho de farinha e uma roda d'água para a irrigação em pequena escala. Os membros da comunidade também estão aplicando as aptidões adquiridas no projeto para reconstruir e melhorar seus domicílios, melhorar a dieta e aumentar a renda por meio da venda do excesso de produção no mercado de Quatis.

Santana foi a primeira comunidade quilombola no Estado do Rio de Janeiro em obter ajuda para um projeto de desenvolvimento. Os residentes requerem muito mais investimento em sua comunidade, mas primeiro devem lutar para estabelecer um claro título de sua terra.

Embora o artigo 68 da Constituição do Brasil de 1988 reconheça as reivindicações das terras de quilombo e requer que o Governo brasileiro emita documentos de título às comunidades quilombola, poucas demandas de quilombo têm sido resolvidas completamente nos últimos 19 anos, porque o âmbito legal e normativo continua sendo inadequado. Em 1999, a comunidade de Santana recebeu

oficialmente títulos de sua terra, mas os agricultores ocupantes apresentaram recursos legais imediatamente, o que tem evitado que a comunidade registre os títulos como é devido.

A propriedade da terra é claramente a mais alta prioridade para os residentes de Santana, uma vez que não podem subsistir do cultivo dos quatro hectares de terra de lavoura de que agora dispõem—apenas 1% da propriedade agrícola original—nem podem melhorar sua condição socioeconômica. Embora a maior parte de sua energia se concentre nesta luta crucial, continuam buscando parceiros dispostos a investir em seu desenvolvimento.

Miriam E. Brandão é Representante da IAF para o Brasil.



Cortesia: PRODES

Portobelo, Panamá:

Excursões, artesanato e congos

De Paula Durbin



Sebastian Albot

Inola Mapp, Diretora do PRODES.

Portobelo, aninhado entre uma baía que é uma jóia e colinas de exuberante vegetação florestal na costa do Mar Caribe do Panamá, orgulha-se de uma história tão espetacular como o local onde está. Descoberto e supostamente assim batizado por Colombo, reinou durante um século como porto importante, onde o ouro do

Peru e a prata do México erram carregados em galeões com destino à Sevilla. Foi também o ponto de entrada de carga humana da África, oferecida para a venda, juntamente com outras importações, nas célebres feiras do porto para distribuição por todo o território das Américas. Dada sua fabulosa riqueza, Portobelo era fortemente protegido por muralhas, embora isso tenha surtido pouco efeito. Os piratas e bucaneiros saqueavam à vontade. Diz-se que os restos mortais de Sir Francis Drake jazem a certa distância da costa. Uma vez Henry Morgan manteve todo o povo como refém.

No início do século XVIII já tinha terminado o apogeu de Portobelo como ponto de intercâmbio comercial. “Empobrecido” é a descrição atual dos guias turísticos sobre o povoado, cuja rua principal é

um trajeto letárgico de modestas edificações cercadas de antigos canhões e muralhas cobertas de musgo em desmoronamento. Mas o Portobelo contemporâneo está ainda saturado de mística, em grande parte profundamente arraigada na herança de seus residentes na maioria “afro-coloniais”, cujos antepassados passaram há séculos pela recém-restaurada casa da alfândega. Essa designação distingue estes povos costeiros dos panamenhos “afro-caribenhos”, descendentes de operários contratados que chegaram das Antilhas, muito depois da abolição da escravidão, para construir a ferrovia e o Canal do Panamá. Em 21 de outubro, data em que o povo comemora a festa do Cristo Negro, uma figura de tamanho natural envolvida na lenda e venerada na Igreja de San Felipe, milhares de peregrinos de todo o Panamá fazem uma penosa caminhada ou uma lenta marcha de joelhos a Portobelo para a celebração da missa e parada de sabor africano. Fora isso, o local esteve surpreendentemente em abandono como ponto de destino turístico. “Este distrito tem recursos”, disse Inola Mapp, Diretora Executiva do *Centro de Estudio para el Desarrollo* (PRODES), donatário da IAF, “mas se tem mantido subdesenvolvido, talvez por fatores com impacto negativo sobre a auto-estima dos moradores”.

As estimativas da proporção de afrodescendentes panamenhos variam de 14% a 33% da população. Historicamente, afirma Agatha Williams, acadêmica afro-panamenha, todos eles têm lutado contra o preconceito e até recentemente se negavam tanto sua presença como suas realizações. Não há informações demográficas detalhadas sobre os dois grupos distintos de afrodescendentes no Panamá, que são muito diferentes. Os operários do Canal trabalhavam em



“Perguntaram-me se eu queria aparecer em um programa para conhecer minha comunidade, o que lhe aconteceu e por que há aqui estas ruínas”, Antonio Olivero, de 14 anos (à esquerda), explicando sua participação no programa do PRODES para guias turísticos de Portobelo depois das aulas e nos fins de semana. “Recebemos treinamento de pessoas que sabiam tudo isso”, disse seu companheiro Angel Algandona, de 15 anos.

condições perigosas, viviam em casarões assolados por doenças e estavam sujeitos a ultrajes que incluíam remuneração desigual, segundo Williams. No entanto, um trabalho fixo, um salário regular e domínio do inglês eram para muitos os primeiros degraus da escada de ascensão social, algo a que não podiam aspirar os afro-colônias. Hoje em dia, os filhos e netos dos operários do Canal, que estão comparativamente acomodados, queixam-se sobretudo da discriminação por sua cor, que conduz à exclusão dos empregos de colarinho branco. Os grupos de direitos humanos têm focado a prática de exigir uma fotografia como parte de uma solicitação de emprego e estão empenhados em declará-la ilegal.

Inola Mapp cresceu na Cidade do Panamá e tem uma história de êxito prototípica dos afro-caribenhos, que destaca a condição dos afro-colônias. Os afro-antilhanos da geração do pai de Mapp, estofador na Zona do Canal, insistiam em que seus filhos

crescessem bilíngües e até mesmo os enviaram ao jardim da infância onde a língua inglesa se arraigava profundamente antes que os alunos comessem a primeira série. O domínio do inglês permitiu à Mapp conseguir um estágio remunerado na Zona do Canal, que a ajudou a manter-se enquanto estudava para obter um diploma em economia na Universidade do Panamá. Como funcionária pública bem remunerada, sofreu menos do que a maioria das pessoas quando ocorreu a crise financeira de 1988 no país, mas o sofrimento que observou a seu redor mudou sua vida. “Decidi que tinha de ajudar, pensando que algum dia isso poderia acontecer também comigo”, lembra-se ela. Assim, em 1989, renunciou a seu emprego para fundar o PRODES, uma organização não-governamental com um quadro de pessoal constituído por ela e uma secretária.

Em seu primeiro decênio de operações, os clientes do PRODES provieram das comunidades indígenas e mestiças do Panamá. “Eu não me tinha concentrado na diferença entre os dois grupos de afrodescendentes do Panamá e na forma como os afro-colônias tinham ficado para trás”, reconhece Mapp hoje. Em 1999 solicitou à Fundação Interamericana uma doação para seu projeto “Desenvolvimento turístico do município de Portobelo”, cujo objetivo era ampliar a participação dos residentes de Portobelo em uma economia turística ampliada. Os seis anos seguintes foram tanto difíceis como gratificantes. Um êxito retumbante foi a formação de um grupo de guias adolescentes entusiastas, que ganhavam dinheiro para pequenos gastos conduzindo excursões depois das aulas e nos fins de semana. Além de seus aspectos práticos, o treinamento ampliou o horizonte dos estudantes e os levou a conhecer outros locais culturais e a Universidade do Panamá. O PRODES também ampliou um programa de incentivo à leitura e redação criativa para crianças de 7 a 12 anos. O resultado foi a distribuição de um livro na comunidade e um convite aos autores jovens a compartilharem sua experiência em um workshop na feira nacional do livro na cidade do Panamá.

O prefeito de Portobelo tinha oferecido ao PRODES um local para uma biblioteca no edifício municipal e seu sucessor cumpriu esse compromisso. O PRODES aproveitou sua ampla experiência com costureiras indígenas ajudando a organizar e a treinar os artesãos de Portobelo. Mas conseguir um local para comercializar o trabalho com conchas marinhas, talhas de madeira e têxteis feito por artesãs quase se transformou em uma amarga desilusão, como sucedeu com o fundo de empréstimos do projeto. O PRODES trabalhou com a comunidade para formar um grupo que assumisse a propriedade e a gestão da loja construída para esse fim pelo Instituto Panameño de Turismo. Infelizmente, a fundadora do grupo e o local



Enriquecimento lingüístico para os estudantes do primeiro grau.



Treinamento na fabricação de artesanato.

A temporada de festividades dos Congos começa em 20 de janeiro com o içamento de sua bandeira e termina na Quarta-Feira de Cinzas com o batismo do diabo que, para alguns, simboliza o mal e, para outros, representa os espanhóis que impuseram a escravidão.



As figuras dos Congos incluem a rainha, seu esposo, a minina ou princesa e o pajarito, que tem o papel de mensageiro, guarda e guia. Esta peça de teatro requer vários tamborileiros e três cantores que possam dirigir a chamada e a resposta.



Artesanato de Portobelo.

passaram para um inquilino comercial; a loja fechou em seguida e permanece vazia. O programa de microcrédito focou o desenvolvimento e a concessão de empréstimos às empresas existentes. No entanto, na maior parte do ano, os clientes trabalhavam somente nos fins de semana e em pouco tempo houve grandes atrasos na amortização dos empréstimos. Quando o financiamento da IAF terminou em 2005, estes problemas ainda representavam um desafio intimidante, mas em breve foi resolvido. Em vez de desistir, o PRODES reestruturou os empréstimos. E graças ao hábil trabalho de criação de redes, em agosto de 2006 os artesãos se transportaram a um local oferecido pelo escritório local do *Centro de Facilidades Turísticas e Interpretación* (CEFATI) do Governo do Panamá no edifício restaurado do século XVIII que ocupa hoje em dia.

Um resultado tangível das atividades do PRODES é o renovado interesse em Portobelo como centro da tradição complexa e colorida dos Congos no Panamá que, segundo Arturo Lindsay, pintor panamenho especializado em história da arte, atualmente em residência no Spellman College de Atlanta, surgiu em princípio para expressar resistência à escravidão e floresceu nas comunidades de *cimarrones*, ou seja, escravos fugitivos. O legado dos Congos foi desaparecendo e, em 1999, Mapp e outros grupos interessados decidiram tentar resgatá-lo. Desde então, em anos alternados, diversas organizações surgidas das ati-

vidades iniciadas pelo PRODES com seu projeto da IAF têm organizado o Festival de Congos e Diablos. “O folclore panamenho se tem reduzido à *pollera* e ao *montuno*”, afirmou Mapp, ao referir-se ao traje nacional da mulher e dos homens. “Mas nosso projeto financiado pela IAF conseguiu reconhecimento nacional para os Congos. Hoje em dia, os estudantes aprendem sobre eles e os programas folclóricos incluem peças de teatro dos Congos apresentando episódios da história afro-colonial”.

Com frequência cada vez maior, os visitantes são atraídos para os rituais. Lindsay reconhece que esse tem sido bom para os residentes afro-coloniais de Portobelo e não apenas sob o ponto de vista econômico. “A cidade fica cheia durante o Carnaval”, afirmou. “Quando alguém olha algo que a gente faz e o aprecia, a gente vê os próprios tesouros com outra perspectiva”. Isso é o que queria Mapp para Portobelo. “Quando os seres humanos sentem que seus esforços são valorizados, promoverão mudanças que melhorem a qualidade de vida”, afirmou. ✨

Afro-Paraguaios: Identidade, sinergia e censo

De Paula Durbin

Quem pensaria que o Paraguai é o país natal de afrodescendentes? Em um recente estudo financiado pelo Banco Mundial sobre a situação econômica do país incluem-se debates das minorias étnicas, que abrangem desde a comunidade menonita até cidadãos de ascendência japonesa, mas se omite toda referência aos afro-paraguaios. A escassa literatura que chega a mencioná-los refere-se invariavelmente à sua invisibilidade. Na maioria, os paraguaios se surpreenderiam ao inteirar-se da existência de comunidades de afrodescendentes em seu meio, apesar das vivas demonstrações de dança de origem africana, das realizações públicas de São Baltazar e das inegáveis referências históricas. Muitos afrodescendentes desconhecem a própria herança e suas origens.

Esta situação estaria prestes a mudar? A *Asociación Afro Paraguaya Kamba Cua* (AAPKC), um grupo de afrodescendentes que sempre tem tido um profundo sentido de identidade, recebeu recentemente uma doação da IAF para estudar as condições existentes em três comunidades paraguaias de afrodescendentes. A AAPKC fica em Kamba Cua, um bairro situado a 24 quilômetros do centro de Assunção, onde a maioria dos residentes descende de escravos e negros livres que serviram sob o General José Artigas durante a luta do Uruguai pela independência da Espanha. Na década de 1820, estas tropas leais e alguns familiares seguiram Artigas ao exílio no Paraguai, onde o governo lhes deu sementes, animais e 100 hectares de terrenos de primeira qualidade para cultivá-los, o que eles e seus descendentes fizeram por mais de um século.

“Naquela época, minha gente vivia bem,” disse José Carlos Medina, que cresceu em Kamba Cua e coordena o projeto da AAPKC financiado pela IAF. Se quase todas as pessoas mencionadas no presente artigo têm o sobrenome Medina, é porque pertencem a uma só família. O Governo do Paraguai condicionou a doação da terra a uma ordem de abster-se de socializar com a população local, de maneira que os residentes de Kamba Cua rapidamente estabeleceram relações de parentesco por casamento. No entanto, com o correr do tempo, afirmou José Carlos Medina, tiveram de procurar esposas fora de



José Carlos Medina, de 28 anos e seu avô, Santiago Medina, de 89 anos, em casa em Kamba Cua.

sua comunidade, de maneira que as gerações recentes se orgulham de ter uma herança mista. Tal como a maioria dos paraguaios, a população de Kamba Cua passa sem esforço algum do espanhol para o guarani.

“Semeamos milho, mandioca, cana-de-açúcar, tabaco, melancia e grão-de-bico”, recorda Eulalia

Medina, tia de José Carlos. “Todos nós tínhamos um lote”. Mas ninguém da comunidade tinha título livre da propriedade da terra cultivada e os ditadores militares Higinio Morínigo, no decênio de 1940, e Alfredo Stroessner, em 1967, transferiram a maior parte dessa propriedade para o Estado ou para particulares; a faculdade nacional de medicina está situada atualmente em parte dela. Eulalia Medina, que tinha 12 anos durante o regime de expropriação de Stroessner, lembra-se vividamente da resistência da comunidade quando chegaram os soldados para expulsar fisicamente os residentes. Permitiram que permanecessem nos poucos hectares que restavam em Kamba Cua, mas seus meios de subsistência desapareceram. Tal como tantas outras mulheres paraguaias, Eulalia Medina foi para Buenos Aires para sustentar sua família trabalhando como empregada doméstica. O mesmo fez a mãe de José Carlos Medina, cujos sacrifícios o ajudaram a comprar uma casa atraente e a pagar os estudos universitários de seu filho.

Os residentes de Kamba Cua nunca aceitaram a perda de sua terra. Depois da queda do governo de Stroessner em 1989, os jovens uniram-se ao redor deste assunto e, em 1999, formaram a AAPKC. Em 12 de outubro de 1999, coordenaram uma ocupação em massa da zona que consideravam seu patrimônio. O governo respondeu com um show de força, mas devolveu um hectare e meio, com a expedição, em 21 de setembro de 2006, de todos os documentos importantes de transferência da escritura de propriedade. Isso fez renascer as esperanças e agora Kamba Cua está fazendo uma demanda judicial para obter a escritura legal de propriedade de uma zona mais extensa. “Sem a terra, nossa comunidade vai desaparecer,” explicou José Carlos Medina. Basta perguntar-lhe sobre a discriminação e ele assinala imediatamente a expropriação, mas também o preocupa o controle policial com tendenciosidade racista, a prática de exigir fotografias com as solicitações de emprego e a admissão aos lugares de entretenimento baseada na raça das pessoas. Afirma que uma longa história de indiferença oficial é confirmada pela falta de dados sobre as condições dos afro-paraguaios. “Só agora pavimentaram a nossa rua”, acrescentou. “Temos menos acesso e menos oportunidades”.

A AAPKC está sediada em uma edificação de dois compartimentos que os membros da comunidade acrescentaram à escola primária de Kamba Cua com ajuda de um organismo de ajuda externa da Alemanha e de Aleya Horn, afro-americana do Corpo Voluntários da Paz dos Estados Unidos. A escola em si tinha sido construída apenas há alguns anos, segundo Horn. A comunidade a tinha cons-



Estudante de Emboscada, onde possivelmente reside a maior concentração de afro-paraguaios.

truído com apoio municipal, depois de que a AAPKC convenceu as autoridades municipais a respeito da necessidade de ter uma escola. A educação começava a partir do zero, acrescentando-se uma série por ano. “Meu trabalho teve êxito”, afirmou Horn, porque a AAPKC estava muito organizada. Tinha uma missão”.

Essa missão ampliou-se para abranger a promoção da igualdade racial, direitos humanos e desenvolvimento econômico para todos os afro-paraguaios que, juntamente com os povos indígenas, se classificam como os paraguaios mais pobres, segundo um relatório do *Minority Rights Group International of the United Kingdom* (Grupo Internacional sobre os Direitos das Minorias do Reino Unido). Mas, como se pode conseguir apoio das pessoas a que se deseja beneficiar quando elas têm tão pouco sentido de identidade? A AAPKC começou compartilhando as tradições preservadas em Kamba Cua com a esperança de proporcionar aos afrodescendentes um ponto de referência que os ajude a unir-se ao redor de sua identidade e a organizar-se para conseguir um melhor futuro. Sua atração estelar é o balé Kamba Cua, composto de cerca de 60 bailarinos acompanhados de músicos que tocam sete ritmos distintamente afro-paraguaios em tambores feitos sob a supervisão de Dionisio Medina, fabricante mestre de tambores. Com os termos “cultura, identidade e sinergia,” Lázaro Medina, diretor do balé e atual presidente de Kamba Cua, descreve o plano.

Por meio de Laurence Crockett, outro afro-americano do Corpo Voluntários da Paz dos Estados Unidos,



Lázaro Medina.



Claudio de la Cruz, de 43 anos e pai de quatro filhos, tem vivido mais do que o trabalhador comum das pedreiras porque usa máscara e não fuma.



Fotos: Sebastian Albot

"Por meio dos tambores de Kamba Cua começamos a conhecer os escravos africanos e nós somos seus descendentes", disse Silvia Galeano, de Paraguari.

a AAPKC estabeleceu contato com uma comunidade mais numerosa de afrodescendentes em Emboscada, um povoado situado a cerca de 36 quilômetros de Assunção. Crockett, que falou com *Desenvolvimento de Base* da cidade de Nova York, seu atual lugar de residência, disse que logo de início ficou cativado pelo entusiasmo de Patricio Zárate de la Cruz e de outros jovens afro-paraguaios desejosos de descobrir suas raízes. “Sabiam que havia uma história”, afirmou. “Simplesmente não sabiam onde começar. Começamos entrevistando aos anciões residentes em Emboscada e, em seguida, fomos aos arquivos”. Todos atribuem o mérito a Crockett pela forma como dirigiu esta pesquisa até chegar aos escravos que tinham construído um porto no rio próximo. “Descobrimos que nossa comunidade data de 1740, de muito antes do que nos tinham dito”, afirmou Zárate de la Cruz, atual coordenador do grupo organizado para enfatizar esta identidade recém-descoberta. O grupo, que trabalhará com a AAPKC no estudo, tem sua sede no terreno da escola primária de Emboscada e diversos professores participam de suas atividades.

Os professores e Zárate estão entre os poucos afrodescendentes de Emboscada que tiveram acesso à educação superior. Para a maioria dos homens afrodescendentes de lá, a única opção é a pedreira, onde o trabalho é perigoso e a remuneração costuma ser inferior ao salário mínimo. Segundo José Carlos Medina, muitos morrem antes dos 40 anos de problemas respiratórios causados pela inalação do pó grosso produzido ao triturar as pedras em pequenos pedaços. Segundo um recente artigo publicado no *ABC Digital* de Assunção, esses óbitos elevam-se a um total de 8 a 10 por ano. O uso de dinamite danifica o ouvido e causa acidentes graves e, às vezes, mortais. Medina espera que a organização da comunidade leve as autoridades municipais a regulamentarem o local, recomendarem o uso de máscaras e desencorajarem o tabagismo, bem como a conseguirem uma melhor remuneração. “Se os pedreiros formarem uma cooperativa e comprarem um carro”, acrescentou, “teriam uma renda três a quatro vezes superior à atual”.

A AAPKC também estudará aos afrodescendentes de Paraguarí, situada a cerca de 60 quilômetros de Assunção em sentido contrário, onde Susana Arce, professora de escola primária, chefia a *Comisión Afro Americana Cambacaué*. “Estamos aqui há 200 anos”, afirmou ao referir-se às 50 famílias da comunidade. “Nossos antepassados foram escravos dos Jesuítas. Construíram o edifício do governo e terminaram a igreja em 1862, um ano antes da abolição da escravidão”. Arce está preocupada com o fato de os afro-paraguaios locais desconhecerem ou não



Susana Arce, de Paraguarí.

reconhecerem suas raízes africanas e abriga grandes esperanças a respeito do estudo. “Por meio do censo”, afirmou, “saberemos quem somos, quantas famílias temos na comunidade, como ganham a vida e em que trabalham, quantas crianças estão fora da escola e como se aborda esse problema”.

O trabalho do estudo começou em julho de 2006 e deve terminar em julho de 2007. Os residentes das três comunidades terminaram de preencher o questionário e aprenderam a coletar e processar os dados brutos sobre os domicílios visitados. São parceiros das três comunidades as *Organizaciones Mundo Afro*, com sede em Montevidéu, Uruguai, a *Universidad Nacional de Asunción* e a Direção Geral de Estatística, Pesquisas e Censos do Governo paraguaio. O resultado imediato previsto é um perfil de cada comunidade que mostre a composição do domicílio, propriedade e condições da habitação, emprego, educação, bem-estar físico, o uso de serviços de saúde, nutrição, renda e informações demográficas sobre migração, raça e identidade. Horn considera a pesquisa vital. “Uma das experiências mais perturbadoras que tive como voluntária do Corpo de Paz foi ouvir as autoridades dizerem que não havia afro-paraguaios”, afirmou. “Os dados ajudarão aos afro-paraguaios a manterem um diálogo com o governo sobre políticas e programas públicos e sobre o componente de etnicidade do censo nacional. Informações socioeconômicas exatas serão a base para o desenvolvimento futuro”, declarou José Carlos Medina.

Para os resultados deste estudo, favor contatar gboyer@iaf.gov.

Organizações da Mundo Afro do Uruguai

De Paula Durbin

Fotografias de Sebastian Alood

Em 1996, o Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai registrou os afrodescendentes do país em 5,9% da população. Hoje, o número atinge 9,1%, segundo a pesquisa de domicílios, em andamento, realizada pelo Instituto. A diferença parece ser a consequência de uma grande mudança de atitude. “A palavra ‘afrodescendente’ entrou definitivamente no vocabulário uruguaio”, disse Alexander Silveyra que coordena a política social da Organizaciones Mundo Afro, donatária da IAF. Essa ONG não assume o crédito pela disposição de mais afro-uruguaio de se identificarem a si mesmos como tais. Mas dado seu enfoque em aumentar a visibilidade de seus membros e sua participação na vida pública, poderia haver uma conexão. Nascida da Asociación Cultural y Social del Uruguai (ACSU), a Mundo Afro evoluiu desde 1988 de seu improvável princípio, como revista a uma rede reconhecida em todo o mundo por sua eficácia—no nível de base e com o governo em todos os níveis—e sua visão regional—decorrente do Instituto Superior de Formación Afro (ISFA) da organização, um programa de treinamento em liderança que conta com 155 membros em 10 países. Réplica é um termo usado livremente ao falar sobre desenvolvimento, mas adquire um significado real à luz dos novos afiliados da Mundo Afro em Rivera e Artigas, na fronteira do Uruguai com Brasil. Desde 2000, a organização

tem intensificado sua promoção comunitária aos afro-descendentes de Assunção, Paraguai e Santa Fe, Argentina.

Orlando Rivero, Coordenador do ISFA, considera-se uma “enciclopédia” no que diz respeito às formas de discriminação em seu país. “Os afro-descendentes constituem 9,1% da população uruguaia, mas são 90% dos pobres e somente 0,01% das inscrições na universidade, cerca de 100 de uma população total de estudantes de 60.000. Estão escassamente representados nas profissões ou ofícios. O requisito de apresentar uma foto com as solicitações de emprego limita suas oportunidades de obter trabalho de escritório ou outros empregos que requeiram contato com o público. Queremos mais informações sobre sua taxa de encarceramento, mas já sabemos que a maioria dos réus afro-uruguaio não pode pagar um advogado”.

A exposição “Afro-uruguaio e sua história”, na sede de Mundo Afro, em Montevidéu, é, afirma Rivero, “um remédio para o hiato no currículo escolar” que mal-e-mal menciona a presença africana no Uruguai. Até esta data, 20.000 estudantes visitaram a exposição. Nela tomam conhecimento da chegada a Montevidéu, em 1608, de “30 peças” de carga africana. Embora o Uruguai colonial não tenha sido uma economia de plantação, em 1808 tinha 40.000 negros. Trabalhavam com couro e charque,



Pessoal da Mundo Afro, Montevidéu: Fila de trás, da esquerda: Miguel Pereira, Jeannine Vera, Alicia García, Luisa Casalet, Mário Silva; fila da frente: Alexander Silveira Correa, Orlando Rivero.



Juan Pedro Machado.

carne seca exportada para alimentar escravos em outros países, e como lavadeiras e em outras tarefas domésticas, trabalhos que ainda fazem. Em 1842, o Uruguai aboliu a escravidão e transformou-

se em refúgio para os fugitivos brasileiros. Hoje, seus afrodescendentes concentram-se em Montevidéu e ao longo da fronteira brasileira.

Entre os 20 membros fundadores da Mundo Afro figura Romero Rodríguez, a quem o Presidente Tabaré Vázquez nomeou como um de seus assessores em 2006. Segundo sua esposa, Luisa Casalet, coordenadora do programa da Mundo Afro, Rodríguez pertence à geração formada pelo idealismo da década de 1960. Desde que fundou a Mundo Afro, Rodríguez e outros desenvolveram estratégias calculadas para um impacto máximo, simbólico e substantivo. Em 1992, a Mundo Afro aproveitou os preparativos para o quinto centenário da descoberta da América (o Dia da Raça) para programar uma contra-celebração “do último dia de liberdade”, em 11 de outubro. Cerca de 10.000 pessoas participaram da passeata, a qual agora é um evento anual em Montevidéu e em outras

idades. Os líderes da Mundo Afro decidiram então começar um diálogo com o maior município do país, Montevidéu, que representa 50% da população do Uruguai e uma parcela significativa do orçamento do país para serviços sociais. Um dos resultados foi o empréstimo de espaço para a sede da Mundo Afro por 20 anos.

Em 1999, a Mundo Afro confrontou a diplomáticos uruguaios em uma sessão da Comissão das Nações Unidas para Pôr Fim à Discriminação Racial, realizada em Genebra. Ironicamente, isto levou ao desenvolvimento de seu aliado mais forte no Governo uruguaio, o elitista Ministério das Relações Exteriores. Para contradizer a versão oficial das relações raciais no Uruguai, que omitia o componente afrodescendente, Rodríguez e Juan Pedro Machado apresentaram o próprio “relatório fantasma” e ofereceram-se como exemplos. As recomendações da Comissão da ONU ao Governo uruguaio incluíram a identificação dos dados estatísticos por raça e o governo cumpriu essa recomendação. “Isso nos pôs em contato com o Instituto de Estatística”, diz Machado, “o qual sempre tinha tido uma desculpa para não incluir a raça e a pertinência étnica em suas pesquisas. Agora, o orçamento para o censo nacional de 2010 permite sua incorporação.” O Ministério das Relações Exteriores incluiu a Mundo

*A mamãe velha” pela artista
Mary Porto Casas.*

Afro na delegação para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Todas as Formas Conexas de Intolerância, realizada em 2001 em Durban, África do Sul e a ONG foi representada de forma destacada em intercâmbios posteriores.



A Mundo Afro, enfatiza seu pessoal, não é partidária. Na campanha presidencial de 2004, a meta da Mundo Afro foi negociar “inserções” na nova administração. Os resultados incluíram um cargo para Machado no Ministério da Educação e Cultura e a nomeação de outros 13 afro-uruguaios para cargos ministeriais, incluindo a Secretaria de Mulheres Afrodescendentes, um escritório do Instituto para a Mulher do Ministério de Desenvolvimento Social, um escritório criado por insistência da Mundo Afro. Os funcionários reúnem-se regularmente para tratar de prioridades, tais como orçamento, um programa de ação afirmativa e um órgão do governo para coordenar esforços em benefício dos afrodescendentes. A Mundo Afro identificou preocupações a serem encaradas em cada ministério: HIV/AIDS e anemia celular falciforme, por exemplo, encabeçam a lista de assuntos a serem tratados pelo Ministério da Saúde Pública. “Tentamos determinar a melhor maneira de conectar com o ministério e ir com um pacote”, diz Machado. “O ministério de Economia é órgão impulsor do governo, mas mantemos contato com todos os ministérios”.

Tudo isso constitui uma “mudança política qualitativa”, explica Luisa. “A Mundo Afro passou de trabalhar com a sociedade civil para trabalhar com o governo”. E cita o caso de Alicia García que recentemente se mudou para um edifício de apartamentos de 36 unidades, reformado graças às negociações da Mundo Afro, em 1998, com o Governo uruguaio, o qual financiou a reparação do imóvel doado pela cidade de Montevideu. Os futuros moradores contribuíram com seu tempo e mão-de-obra. Os novos domicílios, diz Machado, são um primeiro passo para compensar as 500 famílias, na maioria chefiadas por mulheres solteiras, deslocadas, na década de 1970, dos *conventillos* ou casas de inquilinato, quando o governo militar do Uruguai declarou que as habitações eram



deficientes, destruiu os edifícios e transportou os residentes para depósitos e fábricas abandonados, onde as condições eram muito piores.

Alicia, que dirige as gestões da Mundo Afro em assuntos relacionados com gênero e etnicidade, trabalha com o Sindicato de Empleados Domésticos Afrodescendientes (SEDA), que representa 42% das domésticas afro-uruguaias. A maioria ganha o que o patrão deseja pagar, disse ela, independentemente das leis sobre salários e horas de trabalho constantes dos livros e isso faz parte do “pacote” dirigido ao Ministério do Trabalho. García é bailarina e participa também de programas de candombe da Mundo Afro, a tradição de raízes africanas realizada de dezembro a março. Auspiciada pela Fédéracion Regales de Musiciens Français, ela e o professor tamborileiro Sergio Ortuño, cuja *comparsa* ou banda encabeça o desfile de Carnaval de Montevideu a convite do município, estão entre um grupo que recentemente percorreram escolas e centros musicais da França. Ao

regressar, fizeram demonstrações de candombe, em escolas locais.

“O tambor é nossa principal ferramenta, o símbolo da comunidade negra no Uruguai”, explicou Miguel Pereira, Diretor da Mundo Afro.

“É a herança dos escravos e representa sua comunidade e resistência. A fabricação de tambores resulta em cooperação no local de trabalho, identidade cultural e coesão de grupo”. Juan Carlos Rodríguez é o artesão-mestre que ensina para a Mundo Afro. Pereira espera que as crianças em seus workshops façam não só os próprios tambores, mas também outros para vender no Uruguai e no exterior.

Mary Porto Casas coordena uma cooperativa artesanal organizada há um ano e situada na sede da Mundo Afro, em Montevideú. Com a doação da IAF, a Mundo Afro oferece treinamento a artesãs que reciclam lixo e o transformam em jóias, cartões postais, pinturas a óleo, velas, figuras de gesso, artigos em crochê, couro e pele e agora querem começar microempresas. Querem vender suas mercadorias aos passageiros que visitam Montevideú, quando os cruzeiros atracam.

O fato de o artesanato levar ao desenvolvimento de microempresas é fundamental para o trabalho de base da Mundo Afro com seus afiliados e no Paraguai, onde a fabricação de tambores para 20 jovens afro-paraguaios catalisou o vínculo entre a Asociación Afroparaguaya Kamba Cuá (AAPKC) e Emboscada e Paraguairí. “Trata-se de um trabalho positivo, um compromisso que se tem transformado em ação,” disse Pereira. “Precisamos consolidar os movimentos de afrodescendentes em todas as partes como meio de irmos adiante”.



Milton Gómez e María del Carmen Saldivia demonstrando candombe para crianças escolares.

Além de Montevideú

Mundo Afro Rivera

Rivera, a sete horas de ônibus de Montevideú, como a zona livre a seu redor, estende-se a ambos os lados do Uruguai e do Brasil. À frente do programa da Mundo Afro no lado uruguaio está Adán Parreño, um veterano com 26 anos na força policial que atribui seu ativismo ao tratamento desigual que tem experimentado desde sua infância. “Eu sabia que devia ter outros preocupados com isso,” disse. Em sua mesa estava um recente artigo de imprensa que recordava um incidente envolvendo a legendária cantora afro-uruguaia Lágrima Rios, a “pérola negra do tango” e Presidente Honorária da Mundo Afro. Quando a delegação de que ela fazia parte visitou uma embaixada uruguaia na Europa, pediu-se a Rios que usasse a entrada de serviço.

Parreño instituiu um programa de esportes, “Driblando a Violência”, que consiste em três meses de treinamento e jogos, para 200 jovens de 12 a 18 anos, os quais, do contrário, poderiam sucumbir ao crime e às drogas. A maioria provém de domicílios chefiados por mães solteiras. Alguns vivem na rua para evitar a violência em casa ou nos bairros. “Nenhuma instituição quer trabalhar nesta área”, explicou Parreño. O evento final do programa é uma entrega de prêmios, financiada por empresas locais e prêmios doados pelo município. “O ideal seria oferecer este programa todo o ano”, acrescentou.

A Mundo Afro Rivera também patrocina uma escola de candombe onde os estudantes aprendem a fazer tambores à mão e a tocá-los usando a técnica local. Graças à escola, Rivera tem uma *comparsa* e bailarinos. “O som está muito bem desenvolvido; as pessoas pensam que temos mais tambores do que realmente temos”, acrescenta Parreño. Quando da visita de Desenvolvimento de Base, a *comparsa* apresentou na Escuela Santa Isabel uma tradição musical que remonta à escravidão. Dançando no papel do jovem *escobero*, girando o bastão, estava Fabián Borges. María del Carmen Saldivia era a mamãe velha que afasta os maus espíritos, e Milton Gómez a acompanhava como o *gramillero*, o escravo preferido, vestido com as finas roupas do amo. “Queríamos viver nossa herança como descendentes africanos;

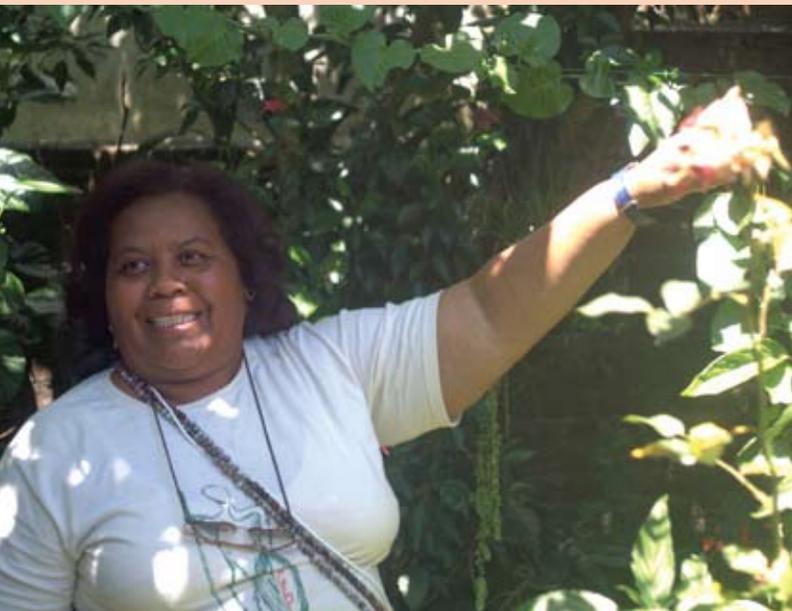
tudo o que necessitávamos era alguém que nos ensinasse”, afirmou Gómez. “Desde que fiz o curso, há dois anos, tenho dançado como *gramillero*.”

Para Adán Parreño expor esta tradição é importante. Ele espera que a Mundo Afro Rivera possa auto-financiar-se, aproveitando sua localização em uma zona livre. Uma idéia para proporcionar aos turistas uma experiência da etnicidade afro-uruguaia foi bem recebida pelo Ministério de Turismo. “Estamos permanentemente lidando com as autoridades, seguindo o exemplo de Montevideú”, disse.

Centro Cultural Zumbi dos Palmares

A umas poucas quadras, Enilda Cruz Martins, professora, dirige o Centro Cultural Zumbi dos Palmares que em o nome do legendário quilombo que durante décadas prosperou no nordeste brasileiro até as autoridades capturarem os residentes ou os forçarem a fugir. “Eu quero que a minha gente negra tenha um lugar melhor neste país”, disse ela, referindo-se ao Brasil. “Sou ativista há 30 anos”, disse Cruz Martins. “Venho de uma família com 17 filhos. Minha mãe era cozinheira e eu era sua ajudante. Sofri a discriminação pela primeira vez quando tinha 10 anos, na igreja onde me ofereci como voluntária. Um dia, o sacerdote me mandou embora porque estava esperando gente branca com dinheiro e elas não queriam ver a uma negrinha fazendo a limpeza”. Hoje, indicou, seu bispo é negro.

Criada na cultura afro-brasileira, Cruz Martins cultiva um exuberante jardim para obter os tradicionais remédios africanos. Palmares trabalha com a Mundo Afro desde 1994. A relação se intensificou desde 2003 com o projeto da Mundo Afro financiado pela IAF para lançar microempresas e ensinar afrodescendentes a trabalhar em temas relacionados com gênero, saúde e educação. Além de seu esforço para manter as crianças fora das ruas, Palmares ajuda mães solteiras a desenvolver uma fonte de renda, mediante aulas de computação, reciclando garrafas e jornais em artesanato e cerâmica. Uma doação da IAF à Mundo Afro financiará a publicação do livro de Cruz Martins sobre a história e cultura dos afro-brasileiros.



María del Rosário Ferreira.



Monica Gómez e Luisa Casalet com autoridades de Artigas.

Mundo Afro Artigas

Um contato inicial com Adán Parreño, um programa de conscientização nas escolas e uma marcha em 11 de outubro de 2004, que atraiu 5.000 pessoas, levaram à fundação de Mundo Afro em Artigas. Anteriormente, o grupo impressionou toda a população quando organizou um seminário que atraiu não somente a ajuda do Ministério do Interior do Uruguai, mas também a participação do Ministro. “Ninguém pensou que ele viria e isso atraiu atenção”, afirmou Mónica Gómez, coordenadora local. Na mais recente campanha municipal, a Mundo Afro convidou todos os candidatos a uma reunião; todos prometeram trabalhar com a organização. Julio Silveira, o vencedor, cumpriu suas promessas que incluíam o empréstimo de La Casona, uma casa atraiente de propriedade do município e situada em seu parque bem mantido, por um período de cinco anos, renovável, e oportunidades para a Mundo Afro capacitar funcionários municipais e a Polícia. “Ele ou seu representante estão em todos nossos eventos”, disse Gómez. “Esta é uma cidade pequena. Nós o vemos diariamente”.

“Estas são pessoas de nossa comunidade, a quem conhecemos e nas quais confiamos” esclareceu o funcionário municipal Blas Abel Mello. “Contribuem para nossa sociedade culturalmente e ao atenderem a uma necessidade social em uma área de baixa renda. Os objetivos da Mundo Afro coincidem com nossos objetivos.” Abel referia-se aos programas da Mundo Afro para os jovens aprenderem a fabricar tambores



Mónica Gómez e Gustavo García de Mundo Afro, defronte a La Casona.

para vendê-los nas lojas da zona livre de Artigas e à capoeira. Aulas na arte marcial afro-brasileira, oferecidas pelo *mestre cabeça* Jorge Barrientos – que ensina os movimentos acompanhado de tambores, versos e música do birimbau – atraem 30 estudantes, muitos deles considerados em risco. Barrientos chama o treinamento de “um meio de autodefesa e uma forma de expressão que desenvolve a confiança em si mesmo e autodisciplina”.

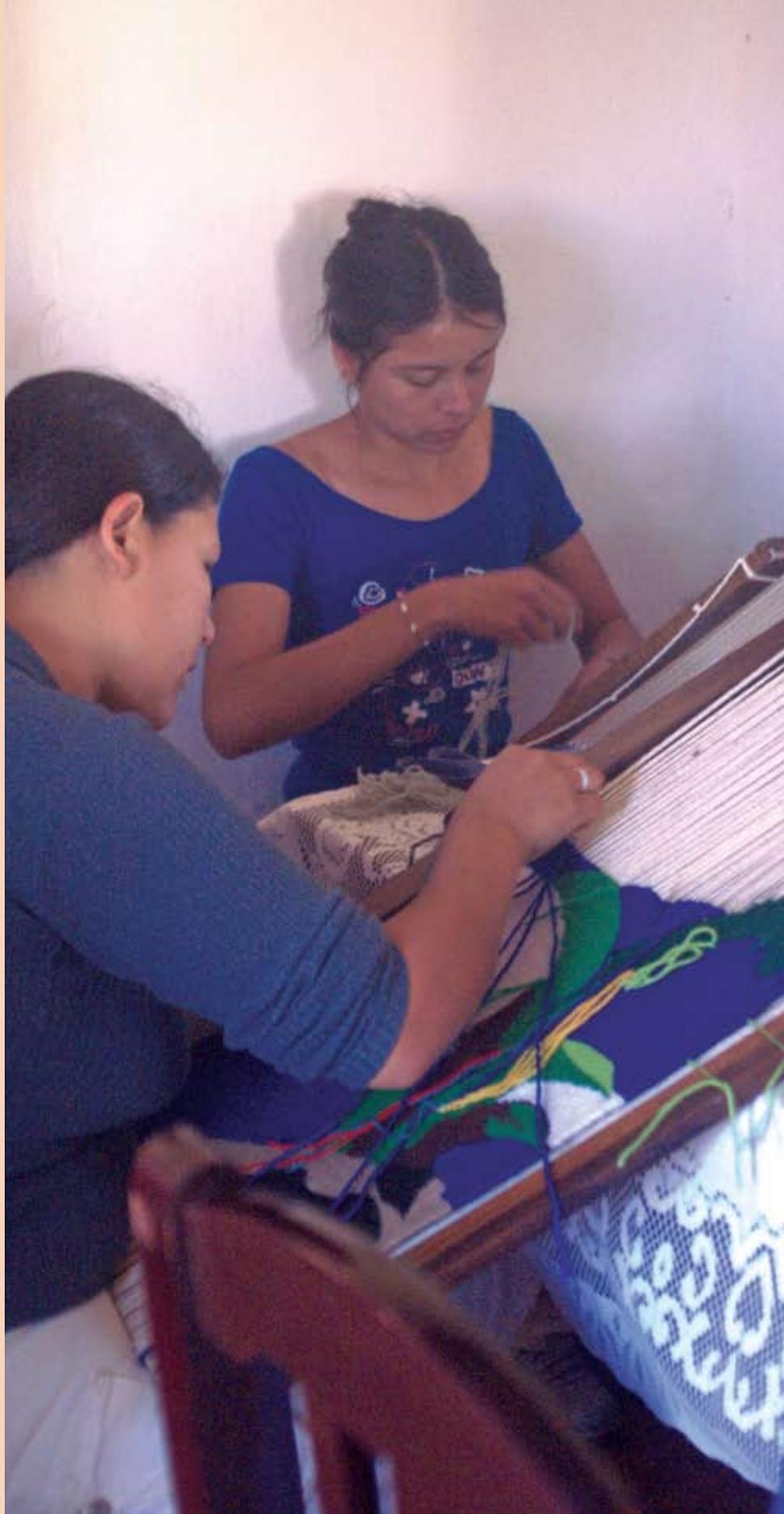
Desenvolvimento de Base estava presente quando Mónica Gómez falou às autoridades municipais acerca do trabalho da Mundo Afro com 30 artesãs, na maioria mães solteiras, que vivem da assistência do governo e estão aprendendo a tecer tapetes. A sobrinha de Gómez, María del Rosário Ferreira, formada no excelente instituto de artesanato desenvolvido em Artigas pela União Européia, ensina em grupos de oito na casa de um vizinho, enquanto as crianças brincam do lado de fora

ou estão com elas. “Três vezes por semana estudam têxteis de lã e duas vezes leitura e escrita”, disse Ferreira. “Agora todas podem escrever o nome. Estão sempre na hora e nunca faltam”.

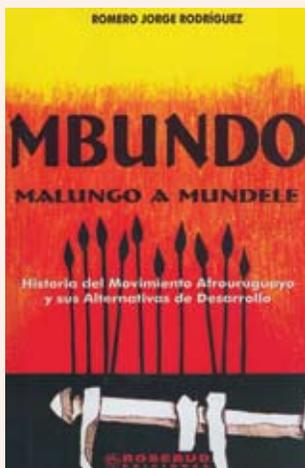
Antes de Gómez sair da Prefeitura da cidade, os funcionários lhe ofereceram um espaço para a primeira exposição de artesanato. ✨



María del Rosario Ferreira.



Artesãs aprendendo.



Mbundo Malungo a Mundele: Historia del Movimiento Afrouruguayo y sus Alternativas de Desarrollo

De Romero Jorge Rodríguez

*Rosebud Ediciones:
Montevideo, 2006*

Disponível em espanhol

Este livro de Romero Jorge Rodríguez conta a complexa e sugestiva história dos afro-uruguaios desde a chegada de seus antepassados a Montevideo em 1608. Organizado em capítulos curtos, é uma referência excelente sobre acontecimentos específicos e oferece uma visão enciclopédica da experiência afro-uruguaia. Movimentos sociopolíticos, revistas, instituições educacionais e tradições culturais dos negros são todos expostos nesta publicação, lançando luz sobre muitos líderes não reconhecidos e seu importante papel na respectiva comunidade.

Uma análise muito breve da história africana enquadra a discussão mais ampla. Rodríguez enfoca seu material como acadêmico apaixonado da história afro-uruguaia e participante ativo em seus episódios mais contemporâneos. Apesar desta direta participação, o autor apresenta uma perspectiva equilibrada, ocasionalmente crítica das lutas internas afro-uruguaias com a questão de classe, que deu surgimento, por exemplo, às distinções na comunidade negra entre o status de um respeitável “*negro usted*” (senhor negro) em contraposição a um decididamente infeliz “*negro ché*” (você, negro), que aparecem recentemente em um documentário argentino. [Nota da Redatora: Ver o artigo de Miriam Gomes na página 66].

Embora o livro esteja repleto de referências históricas e culturais, a maior parte do texto concentra-se nos movimentos políticos afro-uruguaios. Segundo Rodríguez, estes começaram em 1872 com o Movimiento Negro Uruguayo, o qual foi seguido por diversas ondas de candidaturas políticas e pela fundação da Casa de la Raza, um centro cultural focado nas importantes contribui-

ções de afrodescendentes no Uruguai. No fim da década de 1940, o Círculo de Intelectuales Artistas y Periodistas Negros (CIAPEN) surgiu para promover os meios de divulgação e a expressão cultural afro-uruguaios. Várias destas estruturas desapareceram, mas foram fundamentais em sua época para consolidar a idéia de uma identidade afro-uruguaia e serviram como fundamento de muitos avanços políticos significativos, alcançados nos últimos anos.

O último capítulo do livro é dedicado à situação contemporânea dos afro-uruguaios, incluindo a fundação de Mundo Afro, em 1989, que expôs ao mundo os hiatos socioeconômicos e a discriminação existente no Uruguai. O processo de documentar as desigualdades socioeconômicas no país tem contribuído enormemente para o desenvolvimento de políticas que abordam essas desigualdades e tem produzido um crescente interesse na história e cultura afro-uruguaias. Os apêndices incluem mais detalhes sobre os avanços políticos, raça e realizações no sistema educacional e programas comunitários específicos. Embora o autor, Romero Rodríguez, tenha estado e continue a estar no centro da ação, ele não dá ênfase ao próprio papel significativo e atribui as mencionadas realizações aos grupos contemporâneos da sociedade civil, bem como a uma longa história de ativismo afro-uruguaio, iniciada há séculos.—*Judith Morrison, Diretora Regional da IAF para América do Sul e Caribe*



Romero Jorge Rodríguez.

Cortesia: Diálogo Interamericano



Rosemarie Moreken

Epsy Campbell:

Sua apaixonada luta pela inclusão

*Epsy Campbell,
da Costa Rica.*

De Darío Elías

Uma dupla marginalização, como afrodescendente e como mulher, define o âmbito em que Epsy Campbell trabalha pelos direitos humanos. Economista de profissão, política por vocação e mãe de duas meninas, Epsy foi deputada nacional. Para colocar isso na devida dimensão, é preciso considerar o contexto: “Sou uma das pouquíssimas mulheres afrodescendentes que estão dentro da estrutura de poder na América Latina, onde hoje em dia há 11 deputadas e senadoras e menos de 70 deputados negros, homens e mulheres, entre 4.200 legisladores”.

Sua luta pela igualdade começou quando ela, ainda menina, questionava em casa a diferenciação de tarefas e responsabilidades segundo gênero entre seus irmãos e irmãs. Como jovem ativista Epsy não tinha interesse em concorrer a um cargo público por considerá-lo um campo de confrontações com exigências pessoais. No entanto, com o surgimento do partido Ação Cidadã viu a oportunidade de lutar por um âmbito novo que lhe era receptivo. “Entre para a política decidida a fazer mudanças e convencida de que eram possíveis”. De acordo com Epsy, seu partido subscreve a nova política: “Há paridade de gênero em todos os órgãos deliberativos, 50% mulheres e 50% homens; todos os cargos, todas as cédulas eleitorais incluem homens e mulheres; há uma agenda de proteção ambiental como parte da agenda estrutural; está proibido fazer promessas em campanha política; e não podemos desperdiçar bens públicos de espécie alguma”.

Sua boa receptividade, percebeu ela, transcendia o partido: “Eu sempre tinha considerado a Costa Rica como uma sociedade racista na qual a mulher não tinha espaço”, afirmou, “mas o país me surpreendeu. Os políticos e a elite acadêmica às vezes têm muitos mais preconceitos do que o povo comum”. Sua entrada na política a levou à presidência de seu partido e à Câmara de Deputados, onde se distinguiu como a “melhor legisladora” de acordo com seus colegas e pesquisas de opinião pública. Em 2006 quase

chegou à Vice-Presidência de seu país, perdendo por uma margem muito pequena. Ela poderia descansar sobre esses lauréis, mas insiste em que sua luta não terminou e ainda resta muito a fazer.

“A história esqueceu que o pior holocausto jamais presenciado pela humanidade foi o tráfico transatlântico de africanos. Milhões foram tratados como animais; milhões de quem se tirou absolutamente tudo e que ainda assim, buscando forças não sei donde, conseguiram ser parte da própria liberação e tornaram-se livres 200 anos depois”. Mas as desigualdades persistem, acrescenta. “Em muitos lugares nascer negro é nascer pobre e as crianças negras nascem com a certeza quase fatal de ir para a prisão em vez de terminar a escola e poder ser úteis. Somente em 2000 a Conferência Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial reconheceu que somos 150 milhões, cuja maioria é totalmente excluída. Nessa conferência obtivemos compromissos dos governos, produto de um esforço realmente imenso de décadas de luta pelos direitos civis e direitos humanos dos afrodescendentes”.

Para ela 2000 foi um ano-chave quando iniciou sua tarefa de coordenação por cinco anos da Rede de Mulheres Afro-Caribenhas e Afro-Latino-Americanas, vinculando mais de 200 organizações com o objetivo de inserir a mulher afrodescendente na agenda internacional. Também recorda a criação na Costa Rica, no mesmo ano, da Aliança de Líderes Afrodescendentes das Américas e em 2003 o início de um processo liderado por deputados negros da região para criar o Parlamento Negro das Américas, concretizado em 2005, e que, conforme ela explica, desencadeou outras iniciativas para coordenar os legisladores negros do Continente. Uma preocupação compartilhada é a assombrosa ausência de atestado de nascimento entre indígenas e afrodescendentes: “As crianças não registradas ao nascer não têm identidade legal e lhes são negados todos os direitos da

cidadania. Assim, no Parlamento Negro das Américas consideramos o registro de nascimentos como uma reivindicação básica”.

Epsy afirma que as realizações na luta pela igualdade poderão ser garantidas e crescer se as pessoas no poder coordenarem com as bases a adoção de uma agenda de inclusão social. “Eu creio que para falarmos de uma mudança na política do século XXI, as organizações de base já não podem estar isoladas da organização política. As organizações de base devem transformar-se em uma prioridade para os partidos políticos. A nova dinâmica requer um diálogo, estruturado e institucionalizado. Os responsáveis pela tomada de decisões devem reunir-se com os representantes das organizações de base para definir prioridades. Quem conhece melhor as necessidades da comunidade? Há organizações que são parte da comunidade e trabalham todos os dias como interlocutores. A formulação de uma agenda é feita com pessoas comuns que estão na comunidade resolvendo problemas de escola, de saúde, de emprego, de produção, de fome”. Acrescenta que os partidos políticos continuarão a ser “a instância por excelência para assumir o poder político”. Não obstante, insiste repetidas vezes em que “a agenda está nos programas das organizações de base e nos movimentos sociais” e que “seus representantes podem estabelecê-la sem passar pelos partidos políticos”. Um valor agregado deste enfoque seria, a seu ver, a eliminação, em grande parte, do clientelismo político tradicional e seus privilegiados.

A responsabilidade social das empresas tem um papel em sua visão de um mundo mais equitativo: “Os líderes empresariais do século XXI entendem que suas próprias prioridades devem abranger a inclusão das pessoas destituídas”. Epsy afirma que a desigualdade social é algo insustentável no tempo na América Latina. “Não podemos continuar a concentrar a riqueza nas mãos de uns poucos e deixar que os outros permaneçam na lei da selva. Dar lugar a quem precisa ter lugar é também a única forma de erradicar a corrupção galopante que se verifica nos países da América Latina. Considero isso como uma mudança política substantiva”. E tudo retorna à base. “Se as organizações e os líderes de base não assumirem responsabilidades nem implementarem os mecanismos de prestação de contas, de transparência e de eficiência exigidos pelos cidadãos e cidadãs, realmente não estamos construindo democracia”.

Consultada sobre quais eram, a seu ver, suas principais contribuições, Epsy descartou toda consideração sobre fórmulas, metodologias ou componentes tangíveis de seu trabalho social: “Creio que minha contribuição é o tipo de liderança que incentivo. Estou convencida de que isso tem a ver não só com a razão, mas também com o coração. Quando começo a lutar penso nas pessoas e o faço porque tenho ainda um coração ao qual dói olhar a quem que nada têm. Faço isso, de fato, e creio que essa é a minha contribuição qualitativa. Quando digo que sou economista de profissão é apenas para afirmar que tenho uma ferramenta com que contribuir em termos de conteúdo; mas tenho também um compromisso social com uma agenda coletiva. A gente sempre poderia estar em melhor situação se tivesse uma agenda individual, mas eu opto por uma agenda coletiva. Não se pode fazer mudança sem outras pessoas. Minha vida deve ser dedicada à transformação social. Também creio que minha contribuição é revestir isso de muita alegria, muita disposição e muito otimismo. E motivar as pessoas”.

Epsy recorda emocionada quando uma mulher peruana de um povoado remoto lhe enviou uma mensagem dizendo que a tinha ouvido em uma entrevista e que ela a tinha inspirado. “Eu penso que inspirar alguém é algo impressionante. Muita gente me tem inspirado e nunca aspirei a inspirar ninguém. Mas creio que tanto em meu país como em outros as pessoas se surpreendem de que uma mulher negra, que parece muito mais jovem do que certamente é, possa fazer tantas coisas, com segurança, sem pedir autorização, sem procurar causar dano a ninguém, mas convencidíssima de que é preciso caminhar para frente. Eu penso que minha contribuição tem a ver com minha paixão de nunca estar satisfeita. O dia em que eu descansar desta luta pela inclusão será o dia em que morrerei. Antes vou procurar utilizar o máximo de minhas energias, levando comigo minhas filhas, a minha família, a gente que me quer e seguindo muita mais gente no caminho, porque isso não se pode fazer só. E, a meu ver, essa é também uma contribuição: entender que não estamos sós. Somos muitos e temos que transformar-nos em uma equipe para que em 50 anos possamos olhar para trás e dizer: Que bom! Fizemos o que tínhamos a responsabilidade de fazer!”

Dário Elias, jornalista profissional, tem a seu cargo as traduções da IAF.

Uma trilha na floresta: 15 anos de gestão florestal comunitária no México

De David Bray

Ao tomar o café da manhã à sombra do frondoso *Zócalo*, a praça da cidade de Oaxaca, famoso por seu encanto, eu não fazia a mínima idéia de que Sergio Madrid e Fernando Melo estavam a ponto de mudar a minha vida profissional. Sergio e Fernando, líderes de uma ONG de Oaxaca, falavam-me sobre o seu trabalho com as comunidades florestais da Sierra Norte, cujos profundos declives cobertos de árvores surgiam abruptamente logo ao norte da cidade. Eu estava começando como representante da IAF para o México, após três anos no Cone Sul – onde, para minha surpresa, fiz um bom uso do meu doutorado em antropologia no financiamento de cooperativas rurais e indígenas no Paraguai e em outras partes.

Mas eu sabia pouco sobre florestas ou silvicultura florestal. À medida que Sergio e Fernando falavam, eu comecei a compreender vagamente o que estava acontecendo naquelas montanhas. Quinze anos depois, minha compreensão ainda é um tanto vaga, mas não por falta de esforço.

Depois do café da manhã fomos para o frio das elevadas florestas de pinho e carvalho de Sierra Norte para ver uma série de aldeias de indígenas Zapotec. Primeiro visitamos uma pequena comunidade com o longo nome de San Mateo Capulálpam de Méndez, que com o tempo ganharia a reputação desproporcionada de boa gestão florestal. Sergio vinha trabalhando com as pessoas de Capulálpam há 10



Mark Catiedo

Operação comunitária de corte de árvores em Quintana Roo.

anos, primeiro como estudante assessorando comunidades florestais rebeldes na mobilização contra concessões madeireiras concedidas pelo governo em suas terras e mais tarde como co-fundador, com o colega estudante e ativista Francisco Chapela, da Estudios Rurales y Asesoría (ERA), uma das primeiras ONGs florestais do México. O ERA também tinha trabalhado com várias outras comunidades indígenas na mesma matéria, bem como com a aldeia Chinantec mais remota de Santiago Comaltepec, na direção das florestas nubladas e saturadas de chuva no lado leste de Sierra Juárez.

Embora eu tivesse pouco conhecimento da silvicultura florestal, sabia o suficiente para pasmar com o que eu via. Essas comunidades estavam realmente organizadas. Seus líderes caminhavam com um passo confiante, cortando árvores em terras de propriedade de todos os residentes legais da comunidade, seguindo planos de gestão cuidadosamente traçados que obedeciam às leis florestais mexicanas e dirigindo os negócios comunitários, verticalmente integrados desde um tronco de árvore à serraria e oficina de fabricação de móveis. Como antropólogo, eu tinha lido como os pequenos agricultores latino-americanos estavam sendo econômica e culturalmente pulverizados por forças além de seu controle, seus breves relâmpagos de desafio geralmente seguidos de derrota enobrecedora. Essas comunidades não tinham absolutamente nada disso. Descer dessas comunidades florestais não chegava a ser como descer uma estrada pessoal de Damasco, mas mesmo assim fui envolvido por uma nova visão para a carteira da IAF e para meus próprios interesses profissionais.

Começando com Sergio e depois consultando as redes de nossos donatários no México, comecei a fazer perguntas sobre essas comunidades que pareciam estar atuando de forma extraordinária. Isso foi no fim da década de 1980 e a atenção da mídia no desmatamento tropical estava no auge. Chico Mendes, o dirigente sindical brasileiro transformado em herói do meio ambiente, tinha sido assassinado em 1988 e a “queimada da Amazônia” brilhava nas manchetes. As comunidades florestais do mundo inteiro eram mostradas como angajadas em atos desesperados de resistência à derrubada de árvores ou levadas pela pobreza a destruir a própria base de recursos. Mas não havia relatos de comunidades que estivessem lenta e dolorosamente fazendo importantes progressos no sentido da integração da

conservação e do desenvolvimento nas florestas que possuíam. Uma questão importante era a seguinte: “Há outras comunidades semelhantes no México ou isso está apenas acontecendo em Oaxaca?” A resposta de muitas pessoas foi: “Está acontecendo em Quintana Roo, em Guerrero, em Michoacán, Durango, em todo o México.”

Deslumbrado, visitei mais comunidades. Descobri para minha surpresa que não havia quase nada publicado em espanhol ou inglês sobre gestão florestal comunitária no México. Comecei a encher arquivos com materiais publicados informalmente: relatórios internos, documentos técnicos, manuscritos inéditos e relatos de jornais. Com aprovação de meus supervisores da IAF expressa em documentos anuais sobre estratégia, comecei a construir uma carteira com projetos sobre silvicultura comunitária.

Por que?

Também comecei a entrevistar os dirigentes comunitários freqüentemente enquanto transitava por caminhos madeireiros tortuosos na profundidade da mata, e consegui desenredar parte da história e as atuais dificuldades do setor. Meu artigo intitulado “The Struggle for the Forest: Conservation and Development in the Sierra Juárez” (A luta pela floresta: conservação e desenvolvimento em Serra Juárez) apareceu na publicação Desenvolvimento de Base em 1991, o primeiro artigo publicado sobre este tema tanto em inglês como em espanhol, como pude confirmar depois de 15 anos de revisão bibliográfica minuciosa. O artigo foi seguido por uma sucessão contínua de teses de mestrado, dissertações de doutorado, e obras acadêmicas elaboradas por uma variedade de acadêmicos mexicanos e norte-americanos. Esta onda de interesse atingiu o máximo com a publicação da obra “As Florestas Comunitárias do México” (impressa pela Universidade do Texas em 2005) revisada por mim e alguns colegas, com um convite para ir a Pequim em setembro de 2006 para informar aos funcionários chineses sobre a silvicultura comunitária no México, e uma apresentação ao Banco Mundial, em novembro próximo passado.

O que há de tão significativo na silvicultura comunitária mexicana que atrai assim a atenção mundial? Em poucas palavras, trata-se do seguinte: a maioria das florestas do mundo em desenvolvimento pertence aos governos, 98% das da Índia, por exemplo. Isto significa que as comunidades florestais



Um residente de Corales, estado de Guerrero, mede o volume de troncos derrubados para o mercado.

não têm direito aos produtos das florestas que habitam há milênios. Vêm-se excluídas por completo, ou limitadas a buscar e coletar produtos não madeireiros de pouco valor, tendo que lutar constantemente com os guardas florestais e as burocracias. Governos corruptos ficam com a maior parte do valor das florestas. O desmatamento, a pobreza e o conflito social são o resultado. Esta dura realidade, é geralmente justificada com o argumento que as comunidades locais não têm a capacidade para administrar suas florestas, e muito menos uma operação industrial complexa como é a produção de madeira. Mas no México, graças à revolução mexicana de 1911-1918, uma grande percentagem do território florestal foi outorgado às comunidades, quase como uma idéia de última hora, como anexo às terras agrícolas. As comunidades mexicanas lutaram para obter o controle efetivo de suas florestas, já que o governo, devido à constituição, continuava a afirmar seu direito de outorgar concessões madeireiras, deixando às comunidades apenas contribuição por direito de usufruto, perdido em contas governamentais de difícil acesso. Mas mediante uma combinação de ativismo adicionado à sensibilidade de certos burocratas florestais ante esta situação, na década dos setenta, as comunidades mexicanas começaram a demonstrar

que, apesar de pobre e dos baixos níveis educacionais, seus residentes podiam aprender a produzir e a vender madeira, gerar recursos e, segundo comprovado mais tarde, deter o desmatamento.

Meu artigo de 1991, tratava de uma questão perene na controvérsia sobre o destino das matas em todo o mundo em desenvolvimento: pode a floresta ser explorada e conservada ao mesmo tempo? Ou será que todo uso, com exceção da investigação científica e da recreação controlada, levam à degradação porque os seres humanos simplesmente não são de se confiar? Neste caso, somente a proteção estrita de “parques” ou núcleos de “reservas de biosfera” pode preservar as matas e sua biodiversidade. Mas e se fosse possível podar as árvores, avançar o bem estar humano e, ao mesmo tempo, manter-se a biodiversidade e outros valores do meio ambiente? Para encontrar um caminho na floresta desta controvérsia, no meu artigo de 1991, concentrei-me na comunidade chinanteca de Santiago Comaltepec e no surgimento de uma organização inter-comunitária: a Unión Zapoteco-Chinanteca (UZACHI).

Uma trilha nas florestas

No fim da década de 1980 e início da de 1990, Santiago Comaltepec era um campo de batalha obscuro na guerra entre conservação e desenvolvimento

na questão do uso da terra. Assessores externos procuravam conseguir que Comaltepec cooperasse na criação de uma reserva biosférica com suas florestas ricas em espécies, o que poderia limitar consideravelmente as atividades extrativas. A ERA, por outro lado, apoiava o corte de árvores nas florestas de pinheiro de Comaltepec para alimentar a serraria comunitária de acordo com planos aprovados pelo governo. Os debates comunitários sobre reservas e corte de árvores ficou enredado na política municipal e, quando o artigo foi publicado em abril de 1991, a serraria acabava de reabrir após um ano de fechamento em consequência dos conflitos. O artigo menciona a fundação em 1989 da UZACHI, constituída de quatro comunidades Zapotec e uma comunidade Chinantec. Em agosto de 1990, em um evento que assinalaria a maturidade do capital humano das comunidades, Jesús Hernández, silvicultor recém-formado que crescera trabalhando nas brigadas florestais em Xiacuí, um dessas comunidades, se tornaria o primeiro indígena nomeado Diretor Florestal, cargo técnico chave incumbido da gestão florestal.

Desde 1991, segui outros caminhos e o mesmo sucedeu à silvicultura florestal mexicana. Deixei a IAF em 1997 para reiniciar minha carreira acadêmica como Presidente do Departamento de Estudos Ambientais na Florida International University em Miami. Por volta de 1999-2000, eu tinha conseguido financiamento da Hewlett Foundation e da Ford Foundation para uma série de projetos de pesquisas sobre a silvicultura florestal mexicana. Além disso, uma nova geração de pesquisadores, alguns inspirados pelo artigo de 1991, tinha começado a tratar do assunto de forma mais sistemática. Nesse ínterim, o debate sobre como salvar as florestas do mundo intensificava-se sem lançar muita luz e eu decidi começar a testar o que eu chamava de “hipótese da floresta comunitária”. Defensores da silvicultura comunitária vinham argumentando há anos que devolver o controle das florestas às comunidades que dependiam delas para sobreviver era a melhor forma de prevenir o desmatamento. Os defensores dos parques insistiam principalmente naquilo que o antropólogo Dan Brockington chama de modelo de “conservação do forte”, ou seja, manter as pessoas do lado de fora, ao mesmo tempo procurando intermitentemente compensar isso com “projetos integrados de conservação e desenvolvimento” freqüentemente mal concebidos que procuravam incentivar projetos

de pequena escala compatíveis com o meio ambiente nos limites dos parques. Até pouco tempo a maior parte da pesquisa concentrava-se em defender a eficácia dos parques. Entretanto, estudos recentes de gestão comunitária de madeira, área em que o México é certamente o líder global, oferecem base firme para a hipótese da silvicultura comunitária. Ao mesmo tempo, uma nova geração de liderança está surgindo das próprias comunidades, assegurando a sustentabilidade do setor no México e as ONGs de primeira geração e líderes comunitários exercem agora cargos de influência no governo e na sociedade civil.

Um pouco de história

Durante minha ausência da IAF de 1993 a 1994, aproveitei um subsídio da Fulbright para estudar a política florestal em Oaxaca e descobrir como um setor tão grande e tão significativo tinha surgido no México. Conforme observado, a Revolução Mexicana resultou na distribuição, de forma intermitente, de grandes parcelas da terra privada e pública a pequenos agricultores. À medida que avançava o século, quase acidentalmente nesse processo, as florestas foram também distribuídas por meio de doações coletivas de terra, conhecidas como *ejidos* ou, se dadas em consequência de reivindicações dos indígenas, comunidades. No entanto, a constituição mexicana permitiu que o governo continuasse a reivindicar direitos de usufruto. Assim, especialmente de 1940 a 1976, o México, tal como muitos outros países em desenvolvimento, fizeram concessões de corte de árvores a empresas privadas e paraestatais, deixando às comunidades apenas a taxa sobre toras cortadas mencionada anteriormente.

Entretanto, a Revolução Mexicana tinha criado uma visão alternativa irresistível de comunidades não somente com terras agrícolas, mas com as próprias florestas para gerenciar. Nas décadas de 1960 e 1970 as comunidades começaram a protestar contra a falta de controle sobre suas florestas e guardas florestais, com formação universitária e compreensivos, começaram a infiltrar as fileiras da Subsecretaria Florestal do governo. De 1974 a 1986, esses reformadores uniram-se às comunidades mobilizadas contra as concessões em favor do desenvolvimento das próprias companhias florestais. Os membros da comunidade formaram equipes de cortadores de árvores, negociaram com compradores e aprenderam a dirigir uma indústria madeireira. Ironicamente, as comunida-

des onde tinha havido concessões avançaram mais rapidamente porque tinham experiência em corte industrial de árvores e freqüentemente tinham as florestas melhores e mais acessíveis.

Em breve surgiram os benefícios financeiros do controle comunitário direto sobre o corte de árvores. A madeira é um produto básico com um mercado disponível e que paga bom preço. Comunidades mais bem organizadas puderam rapidamente se capitalizar e, com os lucros do primeiro ou segundo ano de operação, conseguiram integrar-se verticalmente, adquirindo equipamento especializado que podia levar toras maciças da floresta para lâminas rotativas de serrarias e daí para o consumidor final. Algumas comunidades subiram mais ainda na cadeia de valor agregado e verticalmente integrada, secando a madeira para melhorar a qualidade, estabelecendo oficinas para fabricar móveis e molduras e até mesmo abrindo fábricas de madeira compensada.

Abrigado nos círculos acadêmicos em 1997, com dinheiro do subsídio para recrutar outros acadêmicos, uni-me a pesquisadores mexicanos de destaque, tais como Alejandro Velásquez, perito em sensoria-mento remoto e mudança no uso da terra; sua então aluna Elvira Durán; Juan Manuel Torres Rojo, um dos principais economistas florestais do México; e a antropóloga Leticia Merino e Camille Antinori, da University of California em Berkeley. Começamos fazendo novas perguntas sobre a silvicultura florestal mexicana. Quantas comunidades de corte de árvores havia no México? Eram lucrativas? Estavam preservando as florestas? A silvicultura florestal pode aliviar a pobreza? E o que vem a ser realmente uma empresa de silvicultura florestal?

Uma floresta de novos dados

Disseram-nos inicialmente que, segundo estimativas, havia no México 700 comunidades autorizadas a cortar árvores, mas ninguém sabia a cifra exata. A maior parte dos dados estavam nos arquivos de repartições estaduais do órgão federal do meio ambiente, que dispunham de engenheiros florestais responsáveis pelos planos de corte de árvores. Uma equipe de pesquisadores entrevistou a maioria dos engenheiros dos escritórios federais dos 10 estados mais importantes—uma tarefa gigantesca—e coligiu informações básicas de outras fontes. Descobrimos que a cifra era mais do que três vezes a estimativa original: em 2002

cerca de 2.400 comunidades em todo o México estavam cortando árvores.

Apesar da frustração de serem dados incompletos, eles ofereceram um vislumbre da magnitude e das características da silvicultura comunitária mexicana. Permitiram-nos classificar as comunidades de acordo com o seu grau de integração vertical a fim de vender sua madeira como produto mais acabado. Não era de surpreender que menos de 10% das comunidades que poderiam ser classificadas tinham serraria, pois isso requer altos níveis de organização e capital. Mas só pouco mais de 20% tinham equipamento de extração, o que lhe permitia agregar valor à sua madeira. A maior parte das outras comunidade vendiam na base do tronco cortado ou não estava classificada. Aparentemente há uma alta correlação entre tamanho da floresta e integração vertical: comunidades com serraria têm, em média, uma área florestal três vezes maior do que a das outras. Quanto menor a floresta com relação à população da comunidade, tanto menor se torna a probabilidade de integração vertical.

Além de um mapeamento inicial do maior setor de floresta comunitária do mundo, administrada para a produção de madeira, fizemos progresso importante no sentido de compreender o impacto da silvicultura florestal sobre o alívio da pobreza, redução do desmatamento e até mesmo redução considerável da violência rural. As pesquisas mais recentes sobre desenvolvimento econômico, florestas tropicais e alívio da pobreza têm sido desalentadoras. Há quase duas décadas, os pesquisadores se têm concentrado como enxame de abelhas na estratégia mais moderna que oferece incentivo suficiente para impedir a derrubada de florestas para criar pastagens para o gado: produtos florestais não relacionados com a madeira, ecoturismo e agora pagamento por serviços ambientais. A madeira ainda produz o mais alto valor, mas, em âmbito mundial, as comunidades mais interessadas não têm acesso a ela. No México as comunidades têm acesso e algumas parecem estar, de forma segura, fora da pobreza, mas não há cifras para confirmar esta asserção.

Um primeiro passo modesto neste sentido vem de Rick Tardanico, colega da FIU, e de meu estudo de seis comunidades florestais no estado tropical de Quintana Roo. O que descobrimos, depois que nossa equipe que falava a língua dos maias entrevistou membros de 200 domicílios, foi surpreendente. Tínhamos formulado a hipótese de que as comunida-

des que colhiam altos volumes de mogno não seriam pobres e, de fato, percebemos que uma comunidade de mestiços que cortava árvores em alto volume era relativamente próspera, especialmente para o México rural. Uma segunda comunidade, que colhia dois terços do volume do mogno da primeira, deveriam também gozar de relativa prosperidade, mas estava atolada na pobreza. Qual era a diferença? Sem dúvida alguma, a primeira comunidade tinha uma serraria e a madeira serrada impõe um preço dos troncos duas vezes maior. Outros fatores, inclusive altas taxas de monoglotismo do idioma maia, menor participação de adultos na força de trabalho assalariada, distância das estradas principais e maiores famílias, também se uniram para manter pobre a segunda comunidade. Caobas, outra comunidade também mestiça e com uma serraria, estava quase oficialmente fora da pobreza, apesar de seu baixo volume de mogno, e estava usando sua renda para lançar outros negócios relacionados com a floresta, tais como oficinas de carpintaria, sugerindo que o bem-estar pode melhorar mesmo se os recursos florestais forem mais limitados. Portanto, concluímos que a gestão florestal comunitária pode aliviar a pobreza, mas somente se houver outras condições.

Retornando à questão se a gestão florestal comunitária reduz o desmatamento, a resposta parece ser contra-intuitiva para muitos diversos ecologistas que associam qualquer forma de corte de madeira à destruição da floresta. Entretanto, a maioria das comunidades do México cortam árvores de maneira seletiva, de acordo com planos aprovados pelo governo, de modo que o distúrbio causado ao ecossistema é relativamente baixo. O primeiro estudo concluiu que uma região do centro de Quintana Roo, dominada por florestas administradas pela comunidade, tinha a taxa mais baixa de desmatamento de qualquer região do sudeste tropical do México registrada nas últimas décadas, período em que grande parte das florestas tropicais de baixadas foi devastada pela colonização agrícola. Além disso, uma pesquisa dos materiais publicados indicou que as taxas de desmatamento eram mais baixas do que nas regiões dominadas por áreas protegidas, tais como reservas biosféricas, sugerindo que uma silvicultura comunitária pode proteger as florestas tão bem ou melhor do que estabelecendo áreas protegidas. Um estudo seguinte, de Elvira Duran e outros colegas, examinou comunidades florestais específicas no centro de

Quintana Roo e em comunidades florestais da zona temperada do estado de Guerrero na costa do Pacífico e encontrou taxas igualmente baixas em comparação com a amostra nacional de áreas protegidas.

Intrigados por essas apurações, tentamos uma comparação mais rigorosa focada na “Floresta Maia” que se estende através do sul do México, Petén da Guatemala e a Belize. A vasta Reserva Biosférica Maia na área norte de Petén, um complexo de cerca de 10 parques e 12 “concessões florestais comunitárias”, continha os dois regimes de posse da terra que queríamos estudar e as concessões comunitárias apresentavam um contraste especialmente convincente com relação às comunidades do México. Muitas das comunidades florestais do México se tinham assentado há décadas, até mesmo há séculos, contando assim com vantagens históricas quando começaram a desenvolver empresas florestais e a maior parte da colonização tropical de grande escala no México tinha terminado no início da década de 1990. A Reserva Biosférica de Calakmul, no estado sulista de Campeche, tinha sido declarada em 1989 como superposta a partes de ejidos existentes, mas na década de 1990 também estava sob pressão relativamente baixa da colonização. Em contraste, a situação em Petén era caótica, à medida que intensas pressões de colonização ameaçavam comunidades em crescimento de agricultores no âmbito das áreas protegidas e em outras parte da reserva biosférica. Com apoio significativo de doadores internacionais, o Governo guatemalteco, quase em desespero, tentou uma experiência em larga escala com subsídios de concessões de 25 anos para corte de árvores a comunidades em vez da indústria. A maioria dessas comunidades foi formada por colonos recém-chegados, não sendo normalmente um local promissor para uma empreendimento que requer altos graus de organização.

Porém, dado o enorme incentivo do acesso à madeira de alto valor, as comunidades guatemaltecas responderam organizando-se, em grau diverso e a seu próprio modo desorganizado, para administrar uma empresa florestal e implementar um plano de gestão. Jogando tudo isso na mistura analítica, dedicamos a comparar as reservas biosféricas e as regiões de florestas comunitárias do México que sofreram pouca pressão da colonização, com áreas da Guatemala que representavam uma situação de alta pressão. Por um lado, nossas conclusões, ainda em versão preliminar, são tais como presumíamos. No México, tanto

Calakmul como as comunidades florestais apresentaram taxas muito baixas de desmatamento; em Petén, descobrimos que algumas áreas de parques protegidos estão rapidamente caindo nas mãos dos colonos. Mas a situação era diferente nas concessões, onde as comunidades de composição demográfica semelhante às dos parques receberam direitos a todos os produtos da floresta, bem como assistência técnica e organizacional no corte de árvores. Essas comunidades encontram mais valor na floresta em pé do que no subsolo e a maioria quer proteger sua base econômica, resultando em desmatamento relativamente pouco.

Mas, como sempre, as coisas não são tão simples. Alguns parques remotos e desabitados da Reserva Biosférica Maia também apresentam taxas de desmatamento muito baixas e algumas concessões habitadas podem aproximar-se das taxas de desmatamento dos piores parques. Isso sugere que nenhuma forma única de “bala mágica” do uso da terra, uso sustentável ou proteção funcionarão em todos os casos e as pessoas preocupadas com as florestas tropicais precisam ter enfoques muito mais flexíveis. E aqui é preciso levar em conta outro fator, o qual, assim esperamos, leve alguns pesquisadores a se interessarem. Até agora, temos focado os impactos sobre a cobertura florestal. Porém, o que dizer dos benefícios para as comunidades de baixa renda? Já vimos que o corte de árvores tirou alguns da pobreza em Quintana Roo. Um estudo em Petén mostrou que os domicílios das concessões florestais comunitárias têm renda quase três vezes superior à norma para a região. O único benefício proporcionado pelos parques, conforme atualmente administrados lá, é o acesso a seu solo—não exatamente o conceito de um parque—e alguns parques estão sendo devastados para se chegar ao solo. Mas as concessões comunitárias de corte de árvores praticam a conservação, com certas advertências já assinaladas.

Portanto, uma nova onda de pesquisas está revelando um pouco das complexidades da gestão florestal comunitária no México e além. Sugere que essa estratégia pode funcionar se forem atendidas certas condições. No entanto, à medida que os acadêmicos aprofundam seus conhecimentos sobre gestão florestal comunitária da madeira, uma nova geração de líderes está ampliando as fronteiras do potencial das empresas florestais comunitárias, mesmo quando a geração mais velha assume funções proeminentes na sociedade civil e no governo.

Novos líderes e novas visões

Sergio Madrid, que me levou primeiro às comunidades florestais mexicanas, vem dirigindo nos últimos 12 anos o Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura

Sostenible, A.C. (CCMSS) uma organização não-governamental da Cidade do México que representa uma coalizão de ONGs de base florestal de todo o país. No mundo freqüentemente polêmico das ONGs, Sergio tem conseguido manter unida essa coalizão e tem desempenhado papel importante em muitos debates recentes sobre política. Francisco Chapela, seu colega da ERA, é há vários anos diretor do Projeto Conservación de la Biodiversidad por Comunidades Indígenas (COINGIO), iniciativa financiada pelo Banco Mundial para identificar e inventariar os usos sustentáveis da biodiversidade. Jesús Hernández, identificado acima como o primeiro Diretor Florestal da Unión Zapaoteca-Chinanteca (UZACHI) cuja foto aparece em meu artigo de 1991, manteve esse cargo de 1990 a 1998, quando as comunidades começaram seu avanço contínuo. Hoje ele trabalha para o Programa de Desarrollo Florestal Comunitario (PROCIMAF), em Oaxaca, também financiado pelo Banco Mundial e pelo Governo mexicano.

Refletindo sobre a história da UZACHI, Hernández observa que sua relação com a ERA de certa forma serve de modelo para o tipo de apoio que o PROCYMAF está procurando proporcionar. “Sentíamos que era uma sinergia”, afirmou ele. “Antes havia comunidades isoladas com projetos diferentes e, se não houvesse acompanhamento, estariam perdidas. A relação entre a ERA e a UZACHI foi um modelo interessante e é isso exatamente o que estamos tentando fazer.” Em 1991, como assinalei, Comaltepec era um comunidade problemática e que seria abalada pela violência em meados da década de 1990, mas hoje tudo está em paz, a serra está funcionando e a comunidade está ampliando as fronteiras da conservação florestal comunitária. Eusebio Roldán Félix, nativo de outra comunidade Chinantec de Sierra Norte que assessora Comaltepec como Diretor Técnico Florestal da UZACHI, observou recentemente que Comaltepec declarou milhares de hectares como área protegida e está recebendo pagamento do Governo federal por serviços de proteção à bacia hidrográfica.

Um estudo mencionado anteriormente fez referência ao estado de Guerrero. Lá, uma das comunidades mais bem gerenciadas é El Balcón, nome que indica sua posição de comando escarranchada no topo densamente coberto da cadeia de montanhas de Sierra Madre. El Balcón passou por um período caótico na década de 1980, havendo quase um colapso de um negócio comunitário apesar dos esforços hercúleos da primeira geração de líderes da comunidade ao assumirem a tarefa intimidadora de dirigi-la. Com o correr do tempo, foi trazido um gerente profissio-



Jesús Hernández em seu escritório em Oaxaca. Em 1990, ele se tornou o primeiro Diretor Florestal indígena da UZACHI.

nal honesto. Ele salvou os negócios, estabeleceu boas relações com a comunidade e foi sucedido por outro profissional. Em 2004 ocorreu uma transição notável. Durante os anos de liderança profissional, a comunidade de El Balcón decidiu investir parte de seus lucros no próprio capital humano, fornecendo bolsas de estudo completas a jovens brilhantes para terminarem a escola de segundo grau e seguirem estudos universitários. Esse investimento produziu frutos e agora esses universitários diplomados, de 20 a 30 anos de idade, exercem todos os cargos de liderança da empresa de El Balcón.

Recentemente eu me reuni com esses líderes em seus escritórios no seu complexo de processamento, uma serraria que foi chamada de a mais sofisticada do México, com fornos de secagem importados de Portugal, situada em Tecpán de Galeana, uma cidade de calor opressivo na Costa do Pacífico, ao se descer da montanhosa El Balcón. “Sou diplomado em economia e agora sou assessor do *ejido*”, afirmou Álvaro Atanacio López, cujos estudos secundários e universitários foram custeados pela empresa comunitária e que está a ponto de receber o mestrado. “Em ano anteriores figuravam entre os líderes pessoas que não eram membros da comunidade, mas agora, por meio do nosso projeto educacional comunitário, estamos distribuídos em todas as áreas. Francisco González

López, Diretor-Geral, é um jovem profissional; Gildardo Atanacio López, Diretor Adjunto, é membro da comunidade e advogado. Paulino Atanacio López, Chefe de Recursos Humanos, é também um jovem com curso superior. Nosso *ejido* é o nosso povo.” O fato de os mesmos sobrenomes aparecerem muitas vezes é um reflexo do fato de que El Balcón é basicamente uma grande família estendida. E a família tem agora visões mais amplas. Atanacio López mencionou o plano de construir uma fábrica de móveis e, em conformidade com um acordo assinado com o governo estadual, as crianças em idade escolar de Guerrero se sentarão a carteiras feitas de madeira certificada como colheita sustentável.

Uma luz no fim nas trevas?

Em outras partes, as notícias dos trópicos têm sido sombrias. A ecologista Deborah Clark, da University of Missouri-St.Louis, afirmou recentemente que o ecossistema amazônico

“está caminhando em uma direção horrível.” Mas o futuro parece promissor pelo menos para algumas florestas de gestão comunitária do México e nossa experiência sugere que o modelo poderá apresentar uma alternativa a dois enfoques extremos: áreas estritamente protegidas, por um lado, e transformação de densos grupos de árvores em pastagens, por outro. Nem todas as comunidades florestais estão se saindo bem como Santiago Comaltepec e El Balcón, porém mais do que algumas poucas estão, demonstrando que o potencial liberado pelo acesso à madeira pode resultar em educação, sobrevivência sustentável e florestas repletas de vida silvestre. Uma geração emergente de profissionais com mestrado em negócios, provenientes das comunidades, está levando as empresas a outro nível. E eu continuo no mesmo caminho por onde Sergio Madrid e aquela primeira visita a Capulálpam me levaram há 15 anos, procurando compreender como o setor chegou tão longe e tão rapidamente e como outras comunidades do México e de outras partes estão conseguindo os mesmos resultados.

David Bray dirige o Institute for Sustainability Science in Latin America and the Caribbean na Florida International University em Miami e ensina no Departamento de Estudos Ambientais.

Desenvolvimento e Herança em Cusco, Peru

De Patrick Breslin



Todas as fotos de Patrick Breslin

Desenvolvimento econômico nem sempre significa aprender novas aptidões e técnicas. Algumas vezes ele se origina, surpreendentemente, na redescoberta de uma maneira antiga de trabalhar. Por todos os Andes, onde uma das culturas de tecelagem mais ricas do mundo prosperou por séculos, está sendo revitalizada uma arte que esteve em decadência nas últimas décadas. Os programas que a IAF financia desde a década de 1970 incluem algumas tentativas pioneiras de resgatar tanto essa herança têxtil quanto os esforços contemporâneos.

Muitos fatores corrompem a tradição da tecelagem andina: O lançamento de fios e corantes sintéticos; a produção em massa de vestimentas e outros produtos têxteis; a intromissão do mundo moderno, por intermédio da televisão; as pressões econômicas que levaram as pessoas das comunidades das montanhas para as grandes cidades, ou vice-versa. Ironicamente,



O fio é fabricado com fibras de carneiro, lhama e alpaca. Os corantes são feitos de plantas e insetos, inclusive a cochonilha que vive nos cactos e é moída para produzir roxos e vermelhos vibrantes.

até a popularidade da tecelagem gerou um problema. Turistas de mochila compraram tantas peças em algumas comunidades, que restaram poucos modelos para inspirar os novos tecelões.

Em 1996, Nilda Callañaupa fundou no Peru o Centro de Produtos Têxteis Tradicionais de Cusco (CTTC), donatário da IAF desde 2003, para promover a tecelagem andina e gerar mais renda para as comunidades de tecelões. Os peritos do CTTC trabalham com os tecelões locais para ajudá-los a resgatar técnicas tradicionais e a aprimorar a qualidade estética da tecelagem. Isso

permitiu à organização comercializar os produtos acabados como arte e a impor preços mais elevados, tanto no Peru quanto no exterior.

Uma boa parte da comercialização do CTTS é feita por meio de seu museu e de sua loja na cidade de Cusco, a poucos passos da praça principal. Por ser a antiga capital inca e o ponto de par-



Antonia Callañaupa trabalha com um dos corantes naturais vegetais utilizados nas tecelagens de Chinchero. As panelas atrás dela são para ferver os corantes.

Yenny Quillahuaman Huarhua captura as cores da Terra, do céu e dos telhados em seu trabalho exibido sob o sol quente da comunidade de Chinchero, uma cidade que os incas chamavam de "lugar de nascimento do arco-íris".



Técnicas tradicionais, tais como a separação dos fios coloridos, contribuem para a qualidade estética.



Da esquerda para a direita, Guadalupe Alvarez, Fidelia Callañaupa e Engacia Quispe no pátio do centro CTTC em Chinchero. As tecelagens levam até 30 dias para serem concluídas e as famílias as consideram objetos de valor material.



Lucio Illa Condori, um dos muitos homens tecelões, movimenta a lançadeira em seu tear no centro de Chahuaytiri.



A comercialização de muitos artesanatos é feita através do museu e da loja do CTTC em Cusco. O CTTC comercializa as tecelagens como trabalho de arte para impor preços mais elevados em Cusco e outros lugares.

tida para viagens a Machu Picchu, Cusco é uma das atrações turísticas mais concorridas da América do Sul. Isso garante um fluxo regular de compradores potenciais que podem observar os tecelões em ação e aprender sobre estilos e técnicas e a respeito do papel central que o artesanato desempenha na cultura andina. O centro oferece ainda espaço para programas de treinamento em tecelagem, bem como em liderança e gestão. Outros canais de vendas incluem o website da organização, em inglês e espanhol, e as feiras e exposições internacionais de comércio. Nilda Callañaupa sempre faz palestras sobre a tecelagem andina nos Estados Unidos.

Os programas do CTTC abrangem hoje cerca de 350 tecelões, homens e mulheres, em nove comunidades andinas, cada uma com sua própria tradição de desenho. Eles trabalham com lã de carneiro, lhama e alpaca, parte retirada de seus próprios animais e

parte comprada. A tecelagem é uma atividade comunitária para a qual os tecelões se reúnem todos os dias em seu centro comunitário. Algumas vezes aparecem compradores por lá, mas a maior parte da produção é despachada para Cusco uma vez por mês e vendida através do CTTC. O aumento da renda—em muitos casos os tecelões tornaram-se as principais fontes de renda de seus domicílios—está exercendo impacto na educação. “O dinheiro é para nossos filhos”, disse uma mulher tecelã em Chahuaytiri.

“Os preços da agricultura estão baixos, mas com a renda da tecelagem podemos comprar roupas para nossos filhos e eles podem estudar além das primeiras séries do ensino fundamental disponíveis aqui. Agora podemos enviá-los a uma escola de ensino médio, algo que não podíamos pagar anteriormente.” ☀

Relembrando a IAF: Lições sobre valor

De Deborah Szekely

Pode parecer estranho, mas os anos que passei como presidente da Fundação Interamericana, de 1984 a 1991, foram uma experiência de crescimento para mim. Eu era jovem – apenas 60 anos! – e ousada. Ávida por aprender, fascinada pela nova responsabilidade, eu estava animada com a perspectiva de dispor de pessoal e de dinheiro para mudar a vida das pessoas. Com grande alegria eu vi que a IAF ajudava pessoas muito pobres a galgar a escada para uma vida mais decente e que realmente ajudava a democracia de base a consolidar-se. Logo ficou claro para mim que a abordagem da IAF poderia funcionar em casa. Quando deixei a IAF, estava decidida a empregar no meu próprio país as importantes lições que a IAF havia aprendido durante 20 anos, investindo com sabedoria milhões de dólares dos contribuintes dos EUA.

Trazer a IAF para casa

Em 1940, meu marido Edmond e eu lançamos o conceito do spa moderno: “tornar pessoas saudáveis ainda mais saudáveis” era o lema do Rancho La Puerta. Quando meu filho graduou-se em Cornell e voltou para assumir nosso negócio, me senti desnecessária e me aposentei. Já havia passado toda uma vida como empresária e a aposentadoria para mim significava uma mudança, uma nova carreira e novos começos. Como eu havia reclamado muito sobre Washington, decidi ir até lá para fazer bom uso das minhas aptidões. Meu primeiro emprego foi na Agência de Informações dos Estados Unidos, onde me adaptei bem graças à experiência que havia obtido como voluntária comunitária. A reformulação e a redução de 18 para 11 comissões assessoras foi comparativamente fácil. Enquanto eu estava lá, para minha felicidade, soube que a IAF estava procurando um novo presidente. Minhas aptidões empresariais nos EUA e México, meu conhecimento do idioma espanhol e o conhecimento sobre a América Latina pesaram na balança a meu favor. Tornar-me Diretora Executiva da IAF lançou-me no empreendedorismo social.

Levei a sério as lições que aprendi com os parceiros da IAF na América Latina e Caribe e, com esse

conhecimento, iniciei dois experimentos: as *Eureka Communities* em 1991 e, 10 anos mais tarde, o New Americans Immigration Museum and Learning Center (Museu da Imigração de Novos Americanos e Centro de Aprendizagem). Eureka inspirou-se na prática da IAF de financiar doações para viagens para que os proponentes visitem e aprendam com os grupos que já desenvolvem projetos semelhantes. Por 15 anos, a Eureka ofereceu programas de instrução entre pares para líderes de organizações não-governamentais de Los Angeles, Boston, Detroit, San Francisco, San Diego e outras cidades. Perguntamos a esses Diretores Executivos das comunidades o que eles queriam aprender. Centenas de todas as partes dos Estados Unidos responderam que eles queriam observar e participar de organizações que tivessem excelência nas atividades que eles queriam desempenhar. Por meio de “doações para viagens sabáticas” de duas semanas, reforçadas por reuniões mensais de pares, nós lhes oferecemos a oportunidade de ver o futuro e explorar as melhores formas de chegar até lá. Eles visitaram e interrogaram outros responsáveis pela tomada de decisão. Tinham um grande número de perguntas—sobre angariação de fundos, trabalho com diretorias, como chegar até jovens em gangues, treinamento de pessoas para trabalhos melhores. A Eureka, de forma semelhante à IAF, criou redes e sistemas de apoio de modo que as lições de projetos de desenvolvimento e de combate à pobreza urbana pudessem ser compartilhadas de forma mais ampla. O êxito de nossos clientes, crescimento e sustentabilidade, provaram que estávamos no caminho certo.

A IAF é ao mesmo tempo um estímulo e companheira para o New Americans Immigration Museum and Learning Center de San Diego, hoje com cinco anos. Oferece programas de boas-vindas aos novos membros e ajuda-os a contribuir com o trabalho em constante andamento desses Estados Unidos. Ajuda também os nativos a apreciar a coragem, a desenvoltura e as contribuições dos imigrantes. O apaixonado debate atual sobre imigração ingenuamente esquece as contribuições econômicas dos recém-chegados à nossa sociedade, os benefícios da diversidade cultu-



Deborah Szekeley, Presidente da IAF de 1984 a 1991.

ral e a importância das remessas para seus países de origem. Mais do que os nativos, os imigrantes sabem que a solução de longo prazo ideal para a pobreza seria trabalho, oportunidade e um futuro promissor para seus filhos que estão em casa—sem traumatizar ou desfazer famílias por meio de viagens arriscadas e penosas para terras distantes.

O esplêndido Desenvolvimento de Base de 2006, com foco no desenvolvimento transnacional, conta as histórias de associações para o desenvolvimento da cidade natal e do investimento no desenvolvimento de base por antigos migrantes. A IAF participa de iniciativas internacionais desde a década de 1980. O Desenvolvimento de Base nos fez lembrar o projeto dos agricultores do Arizona que investiram as contri-

buições feitas pelos agricultores de cítricos e vaqueiros em projetos de desenvolvimento econômico, melhorando a vida de agricultores migrantes no altiplano de Sierra Gorda, região central do México. Para alguns, isso significou abandonar o circuito de migração e ficar em casa. É um dos muitos experimentos que demonstram a criatividade de pessoas divididas entre os fatores de repulsão, como a necessidade desesperada, e os fatores de atração de melhores empregos.

Desconfio que a conferência do Museu em 2003 sobre remessas reforçou o foco da IAF nesse processo. Há mais de três anos, o Museu, graças a Gaspar Salgado, reuniu em San Diego líderes de organizações de desenvolvimento da cidade natal

“Admiro profundamente o engenho organizacional dos grupos de base que ensinam a trabalhar para alcançar soluções pacíficas e sociedades mais civis”.

com acadêmicos e representantes de agências de desenvolvimento internacional (inclusive David Valenzuela e Jill Wheeler da IAF e Donald Terry do Banco Interamericano de Desenvolvimento) para explorar o potencial das remessas na aceleração do desenvolvimento sustentável. O volume para a região ultrapassou no ano passado os US\$45 bilhões — uma mudança considerável. Todos agora, desde as empresas de transferência até os bancos de investimento e desenvolvimento estão observando esses fluxos, cada um tentando obter uma parcela da ação.

A Eureka e o Museu podem ser produção minha, mas têm o DNA da IAF. Ajudei a lançá-los, inspirada na forma como a IAF ajudou as pessoas ao sul da fronteira, e empreguei pessoas oriundas da IAF. Houve muitos intercâmbios internacionais. Assim, o enfoque receptivo da IAF de ajuda externa na base produziu esforços para melhorar o tecido social dos EUA.

Impacto externo

Os congressistas Dante Fascell e Brad Morse defenderam a legislação que criou a Fundação Interamericana em 1969. Reconheceram uma necessidade e traçaram metas de longo alcance: “fortalecer os vínculos de amizade e compreensão entre os povos do hemisfério”, “apoiar a auto-ajuda”, estimular “uma participação mais ampla e o crescimento das instituições democráticas”. Essas palavras encantadoras iniciaram relacionamentos, não de retórica, mas reais e duradouros que a IAF, assim como o Corpo da Paz, consegue manter vivos em todos os níveis da sociedade, especialmente na base.

Gostaria de defender minhas convicções a respeito do impacto da IAF na região.

A IAF ajuda a criar democracia e melhores condições de vida nas comunidades. Estou profundamente impressionada pela criatividade organizacional dos grupos de base que ensinam às pessoas como trabalhar juntas para obter soluções pacíficas e mais sociedades civis. Sua energia é de baixo para cima, suas organizações, posicionadas no meio, orientam sua energia e suas redes fornecem respaldo junto

aos que estão no topo. Quando as necessidades de sobrevivência são atendidas, as oportunidades para a educação estão abertas e há trabalhos decentes disponíveis, a pobreza pode ser superada.

Por meio do desenvolvimento sustentado e receptivo, a IAF cria valor para os EUA, internamente e no exterior. Minha experiência no setor privado tornou-me uma forte defensora da criação de valor. Aprendi que, da mesma forma que a inovação nos negócios, o desenvolvimento sustentável é uma longa escalada, mas a IAF ajudou-o a acontecer. Mencione um país e eu lhe falarei sobre os grupos que visitei, as xícaras de chá ou de café que tomei e os sonhos que compartilhamos. Os projetos em toda a América Latina e Caribe me surpreenderam e encantaram por seus benefícios inovadores, sustentados e alcançáveis.

“Nosso pagamento vai diretamente para as barrigas de nossos filhos”, disse uma mulher jamaicana usando um chapéu rígido que aparece em um de nossos vídeos trabalhando em um projeto de construção para mulheres. Lembro-me de meia dúzia de pescadores na Costa Rica que viviam nas condições mais primitivas, acorados em cabanas de pau-a-pique no delta contaminado de um rio, que não tinham nada a não ser seus filhos. O aluguel do barco e as compras de gelo reduziam o pagamento que levavam para casa para apenas um quarto do valor da pesca. Uma doação da IAF permitiu-lhes construir seus próprios barcos, obter motores e, um ano depois, comprar uma máquina de gelo. Mais tarde, abriram uma loja que vendia produtos de necessidade básica e depois formaram uma cooperativa, compraram um barco equipado com sonar e um caminhão refrigerado e passaram a vender peixes frescos para restaurantes de San José.

Em Honduras, um grupo que dependia de fabricar e vender carvão vegetal para intermediários, percebeu que seus lucros eram pequenos e que, em breve, sua região seria desmatada. Receberam recursos da IAF para comprar um caminhão para poderem vender seu carvão de porta em porta nas ruas de Tegucigalpa. Em seguida compraram um prédio de escola e convence-

ram o governo a fornecer um professor. Lembro-me também de ter visitado os impenetráveis arbustos no Chaco da Argentina, onde os *campesinos* sobreviviam da criação de cabras. Seu sonho era plantar algodão, uma aptidão que haviam adquirido como trabalhadores no campo. Com a doação que receberam, compraram um trator. Procuraram e conseguiram doações de terras do governo, quitaram suas parcelas, cuidaram bem do trator e cultivaram a difícil semente. Eles sonharam e fizeram o trabalho. Nossos fundos ajudaram a desencadear um processo de autêntico desenvolvimento, não de caridade, para ajudá-los a alcançar um novo patamar.

A IAF nos ensina a permanecer abertos a eurecas e surpresas dos amigos. Na IAF, eu costumava guardar 15% de nossa alocação anual na caixa dois do presidente, como alguns a chamavam, que era usada exclusivamente para idéias brilhantes, solicitações extraordinárias e, algumas vezes, empreendimentos incomuns originados por mim e pela “Eureka!” entusiasmada dos funcionários. Lembro-me também de organizações corajosas, como a FINCA e a ACCION. Elas recebiam doações de sementes para suas afiliadas e mais tarde tornaram-se atores importantes no campo do microcrédito. ASHOKA e SYNERGOS foram parceiros importantes no estímulo a empreendedores sociais. Acredito no desenvolvimento que reconhece o valor da união, organização para vidas melhores, geração de confiança e as redes hoje conhecidas como capital humano e social. O valor desse investimento não pode ser calculado porque quanto mais é usado, mais aumenta o seu valor. Da mesma forma, acredito que não há segurança sem amigos íntimos e confiáveis em nossa volta. Isso também tem valor real!

Minha viagem pela IAF

Em Washington, passei muito tempo com o congressista Fascell. Ele me contou a história da IAF e me contagiou com seu entusiasmo e com a visão edificadora dele próprio e do Congresso dos Estados Unidos de “amizade entre os povos por todo o hemisfério”. Nem todos os latino-americanos estavam preparados para acreditar na amizade com um órgão do governo dos Estados Unidos, mas a IAF, por construir um sólido histórico de excelente trabalho, pouco a pouco conquistou credibilidade na década de 1970, sob a inspirada liderança de seu primeiro presidente, Bill Dyal. A ideologia tomou o lugar de muitas amizades durante a agitação da década de 1980. Muitos se pre-

ocuparam com a IAF, com seu futuro, sua autonomia sob uma nova administração que pedia a renúncia do presidente da IAF, Peter Bell. Eu fui empossada e também naveguei por mares revoltos com minha diretoria e enfrentei conflitos na região. Na minha visão, os latino-americanos, com razão, questionaram as operações militares em Honduras e na Nicarágua e Washington parecia obcecado com ameaças reais ou imaginárias vindas do sul, inclusive líderes devidamente eleitos. Mas o forte apoio da IAF veio de muitos lugares e nós pudemos continuar nossa caminhada. Nossa diretoria e nosso pessoal decidiram que tínhamos que seguir nossa missão e continuar com nossos critérios de concessão de doações, divulgando quem estávamos financiando e o que eles estavam fazendo. O Congresso, o Escritório de Gestão e Orçamento e até o Conselho de Segurança Nacional estavam totalmente de acordo com nosso enfoque na base.

Alguns funcionários, diante do clima ideológico, encolheram-se com uma espécie de idéia de perseguição, preferindo manter a discricção. Mas eu queria que a IAF saísse da sua concha. Estava convencida de que a IAF era uma jóia e que minha principal missão como presidente seria aumentar sua visibilidade, tanto nos EUA quanto na América Latina e Caribe. A transparência me pareceu ser a melhor abordagem. “Estes somos nós”, queria dizer. “Isto é o que fazemos. Vejam.” Minha história profissional me faz tender a fazer marketing e o bom marketing parte de fatos, não de propaganda, e no fornecimento de produtos sólidos, não em bazófia. Pouco a pouco, o pessoal concordou. Sempre acreditei em manter contato com meus amigos e concordei inteiramente com a ordem do Congresso de “fazer amigos no hemisfério”. A transparência e a persistência pareceram ser a melhor forma de fazer e manter amigos.

Em vez de temer que os embaixadores dos EUA infringissem nossa autonomia, nós lhes fornecíamos informações detalhadas antes que partissem para suas designações. Nós os visitávamos regularmente, informando-os e os representantes dos governos anfitriões sobre nossos projetos. Quando eles passavam a nos conhecer melhor, deixavam-nos sós, respeitando inteiramente nossa autonomia. Graças à minha boa sorte, pude gastar uma parcela considerável de meu salário em eventos de formação de redes. Tomávamos café da manhã com líderes de desenvolvimento dos setores público e privado em Washington, não apenas para termos visibili-

“Eu vi o impacto causado por pequenas somas de dinheiro do governo, quando investidas no lugar, na hora e com o propósito certos”.

dade, mas para trocarmos informações e coordenar melhor nossos esforços. Eu tinha a impressão que nossos donatários frequentemente ficavam afastados, pouco comunicativos ou competitivos e, assim, eu também promovia reuniões no estrangeiro para seus representantes. As redes se expandem, no estilo teia-de-aranha. Mais tarde criamos equipes de apoio de contratados nacionais que podiam apoiar os donatários, se comunicarem com eles, fornecer rapidamente fundos de emergência e nos ajudar a monitorar programas e facilitar o aprendizado.

Nós nos divertimos bastante chamando a atenção em vez de ficarmos quietos. Multiplicamos as publicações e houve um ano em que até imprimimos quatro edições do Desenvolvimento de Base. Lançamos uma esplêndida série de livros que incluía volumes resumindo o trabalho da IAF com seus parceiros na Colômbia e no Uruguai. Ampliamos muito nosso Programa de Bolsas de Estudos apoiando a pesquisa feita por universitários da América Latina, Caribe e Estados Unidos (estou encantada de saber que a IAF está reativando seu Programa de Bolsas de Estudos. Alguns dos melhores pesquisadores das Américas foram produzidos com doações da IAF). Com base nessa pesquisa, bem como em estudos da sociedade civil e colaboração dos governos urbanos de toda a região, compilamos volumes publicados em inglês, espanhol e português. Produzimos vídeos premiados sobre os Projetos da IAF no México, Honduras, Jamaica e Peru, e os disponibilizamos para escolas e redes de televisão. Éramos conhecidos.

Quando olho para o passado, percebo a importância dos anos que passei na capital de nossa nação. A pessoa que escreve este artigo é muito diferente daquela que saiu de San Diego. Vi o quanto um bom governo pode fazer. Aprendi a dar valor à dedicação do servidor público comum, comprometido com um propósito maior: um mundo melhor para todos. Vi o impacto de pequenas somas em dinheiro do governo investidas no lugar certo, na hora certa, com o objetivo certo. Vi que aptidões profissionais não só podem ser transferidas para o governo, como são muito neces-

sárias. A prova disso é que o manual de gestão do Congresso, *Setting Course* (Definindo o caminho), que concebi em meu primeiro ano em Washington, está hoje em sua 10ª edição revisada, evitando que os novos membros da Câmara e do Senado reinventem a roda.

Para entender o governo, perdoá-lo e aprimorá-lo é preciso tornar-se parceiro. Desejaria que as pessoas que estão pensando em uma mudança em suas carreiras pensem seriamente em levar suas aptidões para Washington, D.C. Como eu, elas descobrirão que essa é a carreira mais gratificante de todas. A adaptação foi um desafio. Foram muitas noites sem dormir e os dias eram sempre fascinantes, estimulantes e nunca, nunca, aborrecidos. Os novos amigos que fiz estão tão comprometidos hoje quanto estavam naquela época em levar a mudança a todos os níveis da sociedade. Vemos as cabeças pensantes do mundo como cada uma fazendo seu próprio trabalho, mas todos trabalhando no sentido de alcançar os mesmos objetivos: um planeta saudável e pessoas livres para buscar a felicidade.

Conheço apenas algumas das muitas coisas boas que aconteceram nos anos seguintes. A ênfase da IAF em parcerias de investimento social dá continuidade ao seu espírito de inovação e superação. Os Fundos Fiduciários de Progresso Social complementaram o orçamento da IAF durante alguns anos de grande austeridade. Diretorias novas e solidárias foram nomeadas e elas também foram contagiadas pelo entusiasmo. A IAF tem um ser humano maravilhoso e altamente qualificado na figura de seu presidente, o Embaixador Larry L. Palmer. Minha grande esperança durante este período em que as Américas foram negligenciadas por causa de guerras e boatos de guerras, medos e boatos de medos é que perceberemos que nossos melhores amigos são também nossos vizinhos, e que um hemisfério repleto de amigos é a melhor garantia de segurança que poderemos encontrar. Se fizermos isso, a Fundação Interamericana surgirá como um dos melhores investimentos que o governo dos Estados Unidos já fez. ✨



Patrick Breslin

Quispe em Harvard

Rosario Andrada de Quispe, fundadora da donatária da IAF Warmi Sayajsunqo e uma indígena coya, foi palestrante de destaque na Conferência Internacional sobre Construção de Pontes da Universidade de Harvard realizada no dia 28 de fevereiro. O assunto foi o modelo de microfinanças que a Warmi utiliza com êxito para melhorar as condições das comunidades coya no noroeste da Argentina. Compartilhou o palanque com Quispe, Mary Kondo, do Zumbábue, que transformou o distrito de Mt. Darwin em seu país treinando as mulheres na diversificação de safras e posterior processamento.

Quispe, na foto de acima, fundou a Warmi com mais oito mulheres coyas em 1995. Com a doação que recebeu da IAF em 2001, o grupo ampliou seu programa de microcrédito e desenvolvimento empresarial por meio do lançamento de mais de 20 bancos comunitários, um sistema de informações para gerenciar o programa de crédito e empreendimentos tão diversos como um *cyber-café* e um posto de gasolina. Os bancos atualmente concedem microempréstimos a 3.000 famílias.

A cobertura da palestra de Quispe em Harvard pelo importante jornal *Clarín* detalhou as primeiras manifestações políticas de Quispe como a ativista de 19 anos preocupada com a relação entre a mineração local e a elevada incidência de câncer de útero entre as mulheres coyas. A antropóloga Agustina Roca, da Warmi, citada no prestigioso *La Nación*, disse que a organização “colocou as questões indígenas na agenda pública”.—*Gabriela Boyer, representante da IAF para Argentina*

ONU: exclusão derrotada

Após oito rodadas de exaustivas negociações, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou o texto da Convenção para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência em 13 de dezembro de 2006. Espera-se que a Convenção elimine a discriminação contra os portadores de deficiência por meio de requerimento aos países-membros da ONU em todo o mundo para que adaptem seus códigos de leis aos padrões da Convenção. O certo é que o processo que levou à aprovação energizou o movimento sobre deficiências.

Conforme relatado no *Desenvolvimento de Base* em 2004 e 2006, Oscar Ruiz, hoje estudante de direito em Porto Rico, e eu representamos a IAF nas negociações da Convenção em 2003 e eu compareci às duas últimas rodadas em 2006. Aquela rodada de 2003 preparou o terreno para a versão final da Convenção, quando 25 representantes de facções aparentemente desorganizadas uniram-se na Convenção Internacional de Deficiência (IDC). O grupo aumentou e passou a representar mais de 70 organizações e redes. Embora as organizações da sociedade civil não pudessem votar durante as negociações, podiam expressar suas preocupações, e por intermédio da IDC, os grupos que representavam as pessoas com deficiência do mundo, uniram-se em uma só voz. “Nada sobre nós, sem nós”, o slogan da IDC expres-

Eduardo Rodríguez-Frías



A ativista Rosa Salgado Álvarez assessorou a delegação da Nicarágua na sessão de negociação da Convenção das Nações Unidas sobre Pessoas com Deficiência.

sava o anseio por um tratado que os incluísse desde a versão preliminar até a implementação. Ironicamente, a marginalização tornou-se uma vantagem. O protocolo ditava que os representantes da sociedade civil se sentassem separados dos delegados da ONU, mas a falta de áreas acessíveis inviabilizou essa exigência. Obrigados a partilhar seu espaço, os diplomatas ficaram expostos aos desafios dos ativistas, bem como às suas capacidades. Desenvolveram-se relações de trabalho colegial.

Para abordar a participação das nações em desenvolvimento, o Inter-American Institute for Disabilities, em coordenação com a Handicap International, lançou o Proyecto Sur, uma associação de representantes de organizações de pessoas com deficiência que trabalham com a IDC. A IAF ofereceu doações para que 30 latino-americanos comparecessem às duas rodadas finais de negociações e o Proyecto Sur trouxe seis ativistas da Ásia, África e do Oriente Médio. Os ativistas trabalharam muitas vezes até meia-noite para assegurar a Convenção que desejavam. Eles participaram de comissões que debateram versões preliminares, algumas vezes falaram em nome da IDC, realizaram um evento para apresentar seu trabalho e fizeram *lobby* junto às delegações, inclusive para o idioma, constatando a dupla discriminação sofrida pelos indígenas com deficiência.

Em 31 de março de 2007, a Convenção foi oficialmente assinada por 81 países mais a Comissão Européia. Está agora sendo analisada para a ratificação necessária para o reconhecimento como lei internacional. A próxima luta será exigir o seu cumprimento.— *Eduardo Rodríguez-Frías, assistente de operações da IAF*

Mulheres do SEM avançam

A *Salvadoreños en el Mundo* (SEM), uma organização baseada nos EUA cuja missão é desenvolver e promover uma agenda comum para centenas de grupos salvadoreños nos EUA definiu um novo padrão para a inclusão de mulheres em seus eventos quando promoveu sua quarta convenção em San Salvador, no final de novembro de 2006. “Não queremos ser apenas um enfeite: queremos influenciar a organização e ajudar as mulheres pobres,” disse Coney Rodríguez, presidente do comitê consultivo das mulheres da SEM, o Comité Consultivo de Mujeres, que ao ajudar a planejar a convenção havia garan-

tido a participação de mulheres em todos os painéis. Seu comitê havia organizado também um dos painéis mais populares da convenção, sobre os desafios apresentados pelo gênero nas questões de desenvolvimento transnacional.

O presidente Antonio Sacra e outras autoridades salvadoreñas compareceram ao evento de abertura da convenção em que o embaixador dos EUA, Douglas Barclay, deu as boas-vindas aos 500 participantes, 200 dos quais haviam viajado dos EUA. Eles representavam um amplo grupo de organizações preocupadas com o desenvolvimento, entre eles grupos culturais, instituições educacionais e associações para o desenvolvimento da cidade natal (HTAs) que apóiam projetos de infra-estrutura em pequena escala e oferecem ajuda humanitária em situações de crise.

Entre eles estavam 16 mulheres salvadoreñas vindas de Boston, Washington, San Francisco, Los Angeles, Memphis, Long Island, Las Vegas e de várias cidades da Flórida, cujo comparecimento foi financiado pela IAF. Embora com histórias e grupos etários diferentes, todos esses beneficiários de doações para viagem estavam interessados em melhorar as condições das mulheres salvadoreñas nos Estados Unidos e em El Salvador. Uma delas representava uma associação para desenvolvimento da cidade natal criada há 25 anos por 30 mulheres que se encontram hoje na casa dos 80 e dos 90 anos e que, ano passado, levantaram US\$11.000 para financiar projetos em El Salvador.

A cada uma das três convenções anteriores da SEM, realizadas em Los Angeles, Washington e Boston, respectivamente, haviam comparecido até 20 mulheres cuja participação foi financiada pela IAF. As mulheres são fundamentais para os esforços de angariação de fundos das HTAs e sua participação nas quatro convenções foi parte de uma estratégia para estimulá-las a buscar posições de liderança em suas organizações. Os beneficiários de doações para viagem aproveitam as oportunidades proporcionadas pelos *workshops* para formarem redes, que alguns reconhecem com sua suposição de maior responsabilidade em HTAs. O próprio SEM elegeu recentemente uma mulher como presidente, Merlin Pena.

Rosemary Vargas-Landaus, coordenadora de políticas do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), ficou tão impressionada com o comprometimento das mulheres que compareceram à convenção de Boston em 2005, que as incentivou a participarem em grupo do programa do FIDA em El

Salvador. Desde então, o grupo já apresentou uma proposta, apoiada pela contraparte HTA, de apoio aos projetos econômicos de mulheres em uma das regiões mais pobres de El Salvador. Além de ir adiante com a proposta, Rodríguez diz que os próximos passos incluem entrar em contato com mulheres salvadorenhas em outros países e com mulheres indígenas em El Salvador para desenvolver um programa de bolsas de estudo universitárias para mulheres.—*Kathryn Smith Pyle, ex-Representante da IAF para El Salvador*

Prevenção de crime

Os jovens com menos de 25 anos constituem 60% da população da América Central. Infelizmente, muitos deles foram deixados à deriva por uma história de emigração e guerra civil e pela falta de oportunidades de educação e emprego. As gangues prometem um sentimento de participação e, muitas vezes, uma carreira no submundo. O número de jovens filiados a gangues é calculado hoje em mais de 100.000 e muitos crimes violentos são atribuídos a esses adolescentes. A resposta oficial em El Salvador, Honduras e Guatemala tem sido uma política de pulso forte, baseada na prisão preventiva dos membros de gangues suspeitos e sentenças severas.

Mas os 25 peritos que discursaram na *La violencia juvenil en la región: un diálogo pendiente*, uma conferência realizada em San Salvador em outubro de 2006 e patrocinada pela Coalición Centroamericana para la Prevención de la Violência Juvenil (CACPYV), criti-

caram duramente aquela abordagem para a crise na segurança pública e ofereceram alternativas mais eficazes. Segundo esses palestrantes, a partir dos EUA, México, Honduras, Guatemala e El Salvador é possível evitar a violência, *intervir* onde a violência ocorrer e *reintegrar* os criminosos. Jarrett Barrios, do senado de Massachusetts, disse que a política rigorosa de repressão do seu estado na realidade causou um aumento dos índices de criminalidade, da mesma forma que o pulso forte, segundo confirmam as pesquisas. Desde então, Massachusetts adotou um programa integrado de prevenção, melhoria do policiamento e aprimoramento do sistema judicial.

Os membros do painel da conferência eram oriundos do governo, de empresas e organizações da sociedade civil, entre elas a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e o Washington Office on Latin America (Escritório de Washington sobre a América Latina) (WOLA), ambos membros da CCPJV. Entre os 350 participantes da conferência havia oito pessoas representando novos donatários da IAF que estão trabalhando para tratar do crime em El Salvador, um dos países mais violentos do mundo. Mesmo antes de ouvirem os peritos, as donatárias Fundación Salvadoreña para la Reconstrucción y el Desarrollo (REDES), Comité de Reconstrucción y Desarrollo Económico-Social de Comunidades de Suchitoto (CRC) e Asociación Local para la Prevención de Desastres y el Desarrollo en el Bajo Lempa-Bahía de Jiquilisco (Asociación Mangle) já estavam apoiando iniciativas baseadas nas comunidades e lideradas por jovens que desenvolvem líderes e produzem empregos e educação.

“Não se trata apenas de violência, a verdadeira questão é descobrir o que os jovens necessitam e desejam”, disse Josué Esquivel, presidente do Youth Business Club (Clube de Negócios para Jovens) que participa do projeto de desenvolvimento econômico da REDES. Lupe Barrera Guevara, do CRC, trabalha em uma região que foi afetada por intenso conflito e emigração nas duas últimas décadas. Ele coordena um consórcio de grupos de jovens que oferece treinamento em comunicações e programas de museus, criando oportunidades econômicas ligadas à história e à identidade da comunidade. “Nosso grupo está ajudando a solucionar esse problema”, observou.—*Kathryn Smith Pyle*

Cortesia: Asociación Mangle



Kathryn Smith Pyle com o pessoal do Mangle e jovens beneficiários.

Repensando a diáspora afro

Todos sabemos que os afro-latino-americanos existem. Então, que devemos fazer agora? Como podemos realçar seus problemas? Estas perguntas deram início à “Beyond Visibility: Rethinking the African Diaspora in Latin America” (além da visibilidade: nova conceituação da diáspora africana na América Latina), uma conferência realizada em 1º e 2 de março, organizada pelo Grupo de Trabalho Afrolatino da Universidade de Califórnia em Berkeley, e patrocinada pelo Programa Andrew Mellon e a IAF.

Uma audiência de mais de 250 pessoas presenciou um dinâmico painel inaugural seguido pelo poeta afro-portorriquenho, Ayan de León, pelo grupo de dança haitiana Rara Tou Limen e pelo Grupo Cacique y Kongo em um espetáculo de tambores. A animada exposição dos ativistas e acadêmicos Elizabeth Martinez e Carlos Muñoz exortaram a uma democracia multi-racial nos EUA e convidaram os afro-latinos, que pertencem a duas culturas, a tomar a iniciativa. Falando sobre a situação dos afro-colombianos, Claudia Mosquera, da Universidade de Cartagena, advertiu que as atuais investigações universitárias não abordam a magnitude dos desafios e problemas. Os “culturalistas” que buscam a presença da África na Colômbia, disse ela, passam por altos as difíceis circunstâncias sociais e econômicas, que incluem a pobreza, o deslocamento e a marginalização forçados por causa da guerra civil. A audiência mostrou-se visivelmente surpreendida ao ouvir a opinião de Mosquera, de que os conservadores políticos da Colômbia entendem o problema racial do país melhor que a guerrilha, que só o ignora.

Stephen Small, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, deu as boas-vindas a cem acadêmicos, ativistas e estudantes a uma sessão que incluiu estudos avaliados por um júri sobre a diáspora na América, apresentados por 12 estudantes de pós-graduação, selecionados dentre 60 realizados em todo os Estados Unidos. Suas investigações exploraram temas tão variados como os afro-brasileiros na Argentina, os quilombos e a conservação no Brasil, a pan-latindade, a identidade garifuna em Honduras e a representação dos negros na arte do cartaz cubano por volta de 1970. Outros cinco estudantes desenharam cartazes relacionados com alianças de afro-colombianos e afro-norte-americanos, a identi-

dade ambivalente dos cabo-verdianos do Brasil e dos afro-latinos dos EUA.

As monografias dos estudantes geraram uma animada sessão de perguntas e respostas e comentários de estudiosos como Mark Sawyer e Eduardo Telles, da Universidade de Califórnia em Los Angeles (UCLA), o doutor Peter Wade, da Universidade de Manchester, e os doutores Juan Flores e Miriam Jiménez-Román, da Universidade de Nova York, - todos eles encantados com o trabalho acadêmico da nova geração, que destrói o mito da democracia racial na América Latina e no Caribe de língua espanhola.

A Universidade da Califórnia em Los Angeles ofereceu-se para hospedar a conferência do próximo ano.

Já há uma publicação planejada. Para obter informações adicionais, visite <http://www.clas.berkeley.edu:7001/Research/workinggroups/groups/afrolatino.html>.—Linda B. Kolko, Vice-Presidente da IAF, Escritório de Operações

Reunião de educadores afros

“Fiquei surpreso de encontrar afro-descendentes da Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia. Achei que não houvesse nenhum nesses países.” Essa era uma reação frequente no Equador ao Grupo Barlovento, que havia escolhido o país como o local de seu *workshop* realizado entre 24 de março e 1º de abril com o patrocínio da Fundação Interamericana.

O Grupo Barlovento, coordenado por Sheila Walker dos Estados Unidos e Jesus “Chucho” García da Venezuela, conta, realmente, com representantes afro-descendentes de todos os nove países de língua espanhola da América do Sul. Seu objetivo é que os afro-latino-americanos contem histórias de suas comunidades e das contribuições do seu povo para suas respectivas nações a partir de uma ótica “interna” e criar materiais educacionais sobre suas comunidades no contexto da diáspora africana nas Américas. O pesquisador afro-equatoriano Juan García, cujo trabalho pioneiro no campo contou com o apoio da IAF, desenvolverá um currículo para complementar o volume de textos que deverão ser publicados na Venezuela.

Irma Bautista da National Confederation of Afro-Ecuadorians (Confederação Nacional dos Afro-Equatorianos) coordenou atividades que incluíram visitas a projetos financiados pela IAF em Guayaquil, Vale Chota/Mira e Esmeraldas. Incluíram também um



A Vice-Presidente da IAF, Linda Borst Kolko, no centro, juntamente com membros do Grupo Barlovento. A partir da esquerda: Juan Pedro Machado, da Mundo Afro; Lucía Molina, da Casa de la Cultura Indo-Afro-Americana da Argentina; Oswaldo Bilbao Labatón, do Comité de Desarrollo Étnico do Peru; Sheila Walker e Daniel Garcés Aragón, da Colômbia.

seminário com pesquisadores do Fondo Documental Afro-Andino da Universidad Andina Simón Bolívar, em Quito, e uma conferência sobre etno-educação que reuniu mais de 60 participantes, inclusive um especialista em currículo do Ministério da Educação do Equador. O presidente da IAF, Larry Palmer, abriu a conferência sobre etno-educação e também foi o anfitrião da reunião de café da manhã do grupo com o Ministro da Cultura Antonio Preciado, primeiro oficial de gabinete de descendência africana do Equador.

Os membros do Grupo Barlovento foram nomeados cidadãos honorários de Esmeraldas por Ernesto Estupiñán Quintero, o primeiro prefeito afro-equatoriano da cidade, que os elogiou pelo seu trabalho de ajudar a revelar as riquezas das sociedades multiculturais das Américas.—*Sheila S. Walker, diretora executiva da Afro Diaspora, Inc.*

Afro-Latinas no Poder

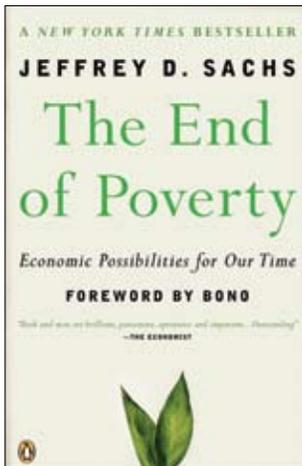
A Segunda Conferência sobre Mulheres no Poder, realizada de 20 a 24 de março e dividida entre Nova York e Boston, realizou três painéis sobre ativismo afro-latino destinado a melhorar as condições dos afrodescendentes e de seus países. Entre as painelistas apoiadas pela IAF figuravam Epsy Campbell e Shirley Campbell-Barr, da Costa Rica; Ana Irma Rivera Lassén e Maria Elba Torres Muñoz, de Puerto Rico; Yvette Modestine, panamenha residente em Boston; e Evelyne

Laurent-Perrault, haitiano-venezuelana que participou juntamente com duas brasileiras e uma uruguaia.

O propósito da conferência, organizada pelo Franklin H. Williams Caribbean Cultural Center African Diaspora Institute (CCADI) e pela Global Afro Latino and Caribbean Initiative (GALCI), do Hunter College, era destacar as realizações dos afrodescendentes e continuar a aumentar sua visibilidade. Uma audiência entusiasta em ambas as cidades parecia inspirar-se nas discussões, mesmo ao fazer perguntas difíceis, inclusive o que os políticos profissionais do painel tinham feito por seus eleitores. A Segunda Conferência sobre Mulheres no Poder ofereceu aos painelistas a oportunidade de manter contatos durante um almoço em Nova York e uma reunião em Boston com um consórcio de estudos sobre a mulher do Massachusetts Institute of Technology. Está sendo planejado um livro sobre as afro-latinas ativistas participantes e outras, bem como um DVD, e os organizadores da conferência desejam compartilhar os relatos das atividades com organizações comunitárias e com universidades. A cidade de Boston homenageou o evento com uma resolução declarando 23 de março como Dia da Liderança Afro-Latina e da Ativista.—*Rosemarie Moreken, Especialista da IAF em Análise e Avaliação.*

O que falta a Sachs

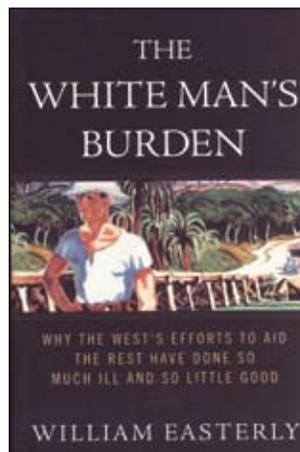
De Patrick Breslin



The End of Poverty, Economic Possibilities for Our Time (“O fim da pobreza, possibilidades econômicas para a nossa época”)

De Jeffrey D. Sachs

Penguin, 2005



The White Man's Burden, Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good (“O fardo do homem branco: por que os esforços do Ocidente para ajudar o resto do mundo têm causado tanto mal e tão pouco bem”)

De William Easterly

Penguin, 2006

Na introdução ao livro *The End of Poverty* de Jeffrey Sachs, Bono, roqueiro irlandês, resume o argumento do livro com a afirmação que a geração atual sabe erradicar a pobreza extrema no mundo inteiro e dispõe dos meios financeiros para fazê-lo. Em um livro de proposições retumbantes, porém duvidosas, isto precisa ser analisado detalhadamente.

A mais discutível das duas idéias correlatas é o fato de sabermos o modo de erradicar a pobreza. Se isso fosse certo, o segundo argumento—gastar mais dinheiro—passaria a ser mais moral do que financeiro. Por isso é preciso insistir na primeira idéia antes de fazer *lobby* em prol da segunda.

Bono, um *lobbyist* de classe mundial para os pobres do mundo é, neste caso, o aquecedor que prepara a audiência para a verdadeira estrela da economia do desenvolvimento, Jeffrey D. Sachs, atual Diretor do Earth Institute da Columbia University e anteriormente professor de Harvard, consultor de governos assolados pela inflação e assessor especial de Kofi Annan, ex-Secretário-Geral da ONU, nas Metas de Desenvolvimento do Milênio aceitas por 191 Estados membros da ONU e destinadas a reduzir a pobreza pela metade até 2015. Sachs é, conforme ele mesmo diz, confiante de muitos dos dirigentes do mundo. Conteí 13 presidentes ou primeiros-ministros em seus agradecimentos, para não

mencionar chefes de organismos internacionais. O que lhe falta é um único ativista de base contra a pobreza em sua lista de VIPS. Em todo este livro, às vezes brilhante, essa figura ausente, como um fantasma, põe em dúvida reiteradamente os argumentos de Sachs e a convicção de Bono.

Em *The White Man's Burden*, William Easterly também relaciona duas idéias, ambas contradizendo Sachs categoricamente. Easterly pensa, primeiro, que, em vez de demasiado pouco, se tem gastado demais no desenvolvimento, dados os resultados obtidos, e, segundo, uma vez que peritos como Sachs realmente não sabem erradicar a pobreza, muito desse dinheiro—US\$2,3 trilhões nos últimos 50 anos, segundo seus cálculos—foi desperdiçado.

Easterly une-se a este debate com uma carreira em desenvolvimento, grande parte da qual foi como economista pesquisador principal do Banco Mundial. Atualmente Professor de Economia na Universidade de Nova York e acadêmico sênior do Center for Global Development (Centro de Desenvolvimento Mundial) de Washington, suas experiências o tornaram cético, inclusive desdenhoso, a respeito dos objetivos ambiciosos, dos planos globais e dos “planejadores” que os formulam. O contraste entre seu livro e o de Sachs abre um profundo debate sobre o desenvolvimento.

O livro de Sachs poderia ser o último toque de clarim para a estratégia de cima para baixo, formulada e dirigida por peritos, a qual vem dominando o pensamento e a prática do desenvolvimento há mais de meio século. Suas notas inspiradoras evocam visões de um futuro utópico em que a pobreza desesperada foi vencida pela ciência e tecnologia, lideradas por uma maior ajuda externa, conduzindo inexoravelmente a mais benefícios para as pessoas de baixa renda do mundo. As metáforas familiares aí estão: os degraus da escada para sair da pobreza que evocam as etapas do desenvolvimento econômico de Walt Rostow na década de 1960; o perito em desenvolvimento como sábio médico que diagnostica rapidamente as causas locais específicas da pobreza e escreve uma receita que trará alívio às sociedades que lutam para progredir.

Ao contrário de Easterly, Sachs chegou ao desenvolvimento tarde. Um interesse acadêmico na hiperinflação conseguiu-lhe um convite em 1985 para ajudar o Governo da Bolívia que na época enfrentava o que os latino-americanos sardônicos costumavam chamar de “inflação madura” de quase em 3.000% ao ano. Ao relatar suas aventuras em La Paz e em capítulos sobre a Polônia e a Rússia, Sachs oferece uma visão das altas finanças nacionais e internacionais, sob a perspectiva de um conhecedor do assunto. Afirma ter desempenhado papel-chave no controle da inflação na Bolívia e no êxito da Polônia com a conversibilidade de sua moeda e, não

realidades econômicas subjacentes em momentos de transição na China e na Europa Oriental e contém uma rápida demolição da idéia de que uma cultura defeituosa condena os pobres à pobreza.

Mas a essência do livro de Sachs é seu plano para pôr fim à situação difícil desse um sexto da humanidade que vive na pobreza extrema—um bilhão de pessoas—e para assegurar que todas as pessoas de baixa renda do mundo, inclusive as que vivem em condições de pobreza moderada, cujas necessidades básicas podem ser mal-e-mal atendidas, tenham a oportunidade de subir a escada do desenvolvimento. Sua data projetada para pôr fim à pobreza é 2025 e um importante marco é reduzi-la pela metade até 2015 (com base nos dados de 1990).

Pode-se conseguir isso, afirma Sachs, com investimentos muito maiores e mais enfocados, precedentes do mundo rico, que promovam o processo de acumulação de capital, crescimento econômico e aumento da renda familiar. Em seu plano, as Nações Unidas supervisionariam um esforço coordenado de seus organismos, os quais trabalhariam com planos de desenvolvimento formulados pelos governos dos países pobres. Os organismos bilaterais orientariam grande parte de seus fundos por esta estrutura e concentrariam o restante em projetos de menor escala e assistência técnica.

Trata-se de um plano completo, detalhado e totalmente irreal. Supõe um nível de altruísmo internacional para o qual há precedentes escassos. Ignora

“O livro de Sachs poderia ser o último toque de clarim para a estratégia de cima para baixo estruturada e dirigida por peritos, que domina o desenvolvimento há mais de meio século”.

é de surpreender, um papel mais marginal em um fracassado processo de reforma quando a Rússia caiu no cleptocapitalismo. Saiu convencido de que estava adquirindo um entendimento de primeira mão do subdesenvolvimento. Seu trabalho subsequente, em um papel mais modesto de consultor dos Governos da China e da Índia, ofereceu-lhe uma exposição maior à pobreza abjeta e material para dois dos melhores capítulos deste livro. Outro capítulo, “Mitos e balas mágicas”, é uma comparação fascinante das

as rivalidades e os auto-interesses burocráticos e nacionais. Comete o erro de confundir o êxito em combater doenças específicas, a única área em que a ajuda externa de cima para baixo tem dado resultado, com o êxito no desenvolvimento em geral. Os programas de vacinação são soluções de aplicação universal e os recursos e a vontade política podem ser utilizados no curto prazo para implementá-los. Talvez devamos tratar o tema da saúde independentemente da discussão sobre a eliminação da pobreza,

“Easterly protesta contra a tendência dos planejadores de ajuda de estabelecer objetivos generalizados, tais como pôr fim à pobreza ou promover o crescimento econômico”.

porque distorce a discussão. Os desafios de desenvolvimento mais gerais da pobreza—uma mescla de fatores econômicos, ambientais, culturais, históricos, sociais, políticos e pessoais—são muito mais difíceis de resolver. Por último, Sachs ignora o fato de que tudo o que ele promete já foi prometido antes, em todas as décadas dos últimos 50 anos, como alegremente assinala Easterly.

E é possível que mesmo Sachs tenha perdido um pouco de fé. No prefácio da edição em brochura, ele parece afastar-se dos elogios excessivos aos dirigentes políticos em seus agradecimentos originais. Agora afirma: “Quando chegar o fim da pobreza, serão os cidadãos em um milhão de comunidades e não uns poucos dirigentes políticos que terão gerado a mudança”. Todos esses presidentes e primeiros-ministros e chefes de importantes organismos e bancos internacionais, descritos de forma tão elogiosa, são agora reduzidos a “uns poucos dirigentes políticos” aparentemente limitados a observar sem ação ineficaz. O que aconteceu? Possivelmente o fato de não ter cumprido as promessas de mais fundos e a implementação de mais planos?

Mas se Sachs deposita sua confiança nos milhões do mundo, é justo perguntar o que ele realmente sabe a respeito deles. A julgar pelas visitas à zona rural do Quênia e à zona urbana da Índia, a única vez em todo o livro em que encontramos os pobres, Sachs demonstra ingenuidade a respeito da maneira como o desenvolvimento funciona no campo. No Quênia visita uma aldeia pobre, como anjo auxiliador, anunciando que arrecadou fundos para os moradores. Admira-se com o fato de os moradores decidirem organizar-se para gastá-los e não parece perceber que poderia obter o mesmo resultado em uma reunião comunitária na zona noroeste de Manhattan.

Em Bombai ele se depara com a realidade da pobreza urbana do terceiro mundo ao visitar as pessoas que vivem em abrigos de papelão, a 3 metros da estrada de ferro. Percebe as condições deploráveis, mas também a eficácia da organização que criaram para proteger seus direitos. A seu favor, consegue

notar como são impressionantes suas realizações, mas por algum motivo não se dá conta das implicações de seu grande plano.

Há diversos pontos que revelam a distância entre Sachs e as pessoas que ele se propõe salvar da pobreza. Nunca ficamos sabendo o nome de ninguém nas poucas instâncias em que está rodeado de gente pobre em vez de colegas economistas e líderes mundiais. Inclusive nas fotografias amadoras do livro, os pobres estão sempre à distância e não são identificados. E quando Sachs não vacila em mencionar exemplos da rapidez com que uma inovação de desenvolvimento poderá trazer melhoras, às vezes se equivoca nos detalhes. Por exemplo, sugere uma mudança do cultivo tradicional de milho para o de baunilha, mas crê que a baunilha cresce nas árvores, quando na realidade a planta é uma videira. Afirma que haveria uma colheita rentável de baunilha em um ano, quando leva três anos depois da plantação da semente até a fava se desenvolver. Em seu capítulo sobre “economia clínica”, onde oferece uma lista de verificação de sete partes para ajudar o perito em desenvolvimento a diagnosticar a pobreza, não há uma única pergunta sobre os pobres como seres sociais. Eles são apenas objetos.

O livro de William Easterly é o oposto ao de Sachs em quase todos os sentidos. Põe em questão diretamente a idéia do “grande impulso” para aumentar consideravelmente a ajuda externa a fim de lançar um ataque generalizado contra a pobreza. Descreve as diversas encarnações deste enfoque desde a década de 1950: o ciclo de planos anunciados com grande alarde, a frustração e desilusão graduais, o eventual acordo tácito na comunidade do desenvolvimento de educadamente olhar para o outro lado quando o fracasso é evidente—tudo isso seguido, cerca de uma década mais tarde, de apelos a um novo grande impulso. A preferência que demonstram os políticos e burocratas pelos grandes planos, diz Easterly, reforçada pela convicção da superioridade dos ricos com relação aos pobres, é o que impulsiona este ciclo. Observa também—e até se diverte

com isso—o padrão trazido invariavelmente por cada volta do ciclo de apelos para duplicar a ajuda externa a fim de pôr fim à pobreza mundial. É parte da obsessão dos planejadores com o montante a ser gasto em vez dos resultados a serem obtidos.

Easterly ataca duas enormes suposições integrais à estratégia do grande impulso: que devem ser criados mercados livres e instituições democráticas para a assistência ser eficaz e que ambos se fortalecerão com o desenvolvimento bem-sucedido. Em dois capítulos concisos, repletos de percepções decorrentes de uma ampla gama de pesquisas antropológicas, políticas, históricas e econômicas, Easterly explica de forma convincente duas conclusões importantes: tanto os mercados livres como a democracia claramente funcionam. Nenhum dos dois pode ser bem-sucedido se for imposto de fora.

Mais que qualquer outra coisa, Easterly protesta contra a tendência dos planejadores de ajuda de estabelecer objetivos generalizados, tais como pôr fim à pobreza ou promover o crescimento econômico. Por outro lado, argumenta em favor de objetivos concretos e mensuráveis: combater a malária, por exemplo, fornecendo mosquiteiros às aldeias por intermédio de canais comprovados ou aumentar a renda ajudando os agricultores a vender seus produtos. Não gosta dos esforços coordenados de grande escala nos quais diversas entidades compartilham a responsabilidade de alcançar os objetivos do desenvolvimento. Quando muitas entidades são responsáveis, indica Easterly, nenhuma se responsabiliza individualmente. Outra observação importante é o fato de haver poucas opiniões obtidas dos supostos beneficiários da ajuda externa implementada mediante a estratégia do grande impulso, opiniões que poderiam servir como advertência antecipada da escolha de maus caminhos ou pelo menos permitir mudar o curso durante a implementação.

O livro de Easterly é uma leitura agradável. Cada capítulo, por mais teórico que seja o tema, está repleto de gente real em lugares reais. Enquanto Sachs descreve um agricultor mítico que muda do cultivo do milho para o da baunilha, Easterly fala de inovadores reais que fizeram mudanças reais e obtiveram resultados reais. Por conseguinte, capítulos como *You Can't Plan a Market* (Não se pode planejar um mercado) são uma excursão vívida através de complicados acordos sociais e institucionais que apóiam os mercados e, ao mesmo tempo, a apresentação de alguns indivíduos

fascinantes nos mercados de determinados países. O livro contém dezenas de relatos e anedotas tirados das pesquisas ou das próprias viagens de Easterly. As pessoas que ele conhece têm nome e estão empenhadas em resolver os próprios problemas. E nelas Easterly vê uma alternativa. Desdenhoso dos planejadores com suas noções de eliminação da pobreza por meio de estratégias de cima para baixo, Easterly sugere, em vez disso, procurar e apoiar mais estes “desbravadores” —empresários sociais.

Mas não é claro que o próprio Easterly esteja consciente da força significativa que seus “desbravadores” já constituem. Ele parece um tanto ansioso ao sugerir que “é preciso um estudo mais profundo dos mecanismos que atribuem o controle dos recursos de ajuda diretamente às pessoas de baixa renda e que lhes permitem escolher o que mais desejam e necessitam... Isso não é fácil, mas, a meu ver, esse será o futuro da ajuda externa”.

De fato, especialmente na América Latina, a infra-estrutura de liderança para o desenvolvimento de baixo para cima já surgiu. É constituída por milhares de grupos de base e organizações não-governamentais, muitos deles com uma longa trajetória de progresso contra a pobreza generalizada da região. Lutam contra os mesmos desafios enfrentados pelos programas internacionais de ajuda externa há mais de meio século, mas obtêm resultados. Não há necessidade de esperar o futuro para canalizar eficazmente uma parcela muito maior da ajuda externa por meio dessa infra-estrutura de desenvolvimento.

Por último, nem Sachs nem Easterly parecem conscientes de que seu diálogo é um eco de outro mantido há 35 anos, quando a publicação de *We Don't Know How: An Independent Audit of What They Call Success in Foreign Assistance* (Não sabemos como fazê-lo: Uma auditoria independente do que denominam êxito na ajuda externa), de William e Elizabeth Paddock, que relata os fracassos da ajuda externa, foi seguida de *They Know How* (Eles Sabem), o livro da Fundação Interamericana baseado em seus primeiros cinco anos de financiamento flexível das organizações de base. Mas a repetição desse debate hoje e, em especial, a dolorosa acusação de Easterly contra a ajuda externa de cima para baixo, poderia finalmente levar os doadores a fazerem um investimento sério naquilo que a IAF sempre chamou de desenvolvimento de base. ✨

Os Afro-argentinos em foco: Três filmes



Miriam V. Gomes.

Afroargentinos

Jorge Fortes e Diego Ceballos: 2002

Sodad

Lorena Fernández: 2005

Negro Che

Alberto Masliah: 2006

Depois do regresso à democracia na Argentina em 1983, os africanos e descendentes de africanos, cuja existência no país tinha sido negada durante décadas, começaram a revitalizar e reconfigurar suas organizações. Os concei-

tos sobre os direitos humanos foram ampliados para incluir a luta contra a discriminação e assim foi possível articular o racismo sofrido. Acesso aos meios de divulgação, diálogo com o governo e intercâmbios com instituições de todo o continente trouxeram reflexão, uma presença pública e crescimento organizacional.

As comunidades afro-argentinas formaram-se em três períodos da história:

- Durante o comércio de escravos africanos no século XVI e sua consolidação nos séculos XVII e XVIII, centenas de milhares de africanos entraram pelo porto de Buenos Aires como trabalhadores escravos.
- Do final do século XIX até meados do século XX, imigrantes de Cabo Verde chegaram à Argentina fugindo da fome, pobreza extrema e falta de oportunidades sob uma administração colonial. Esta comunidade eleva-se agora a 15.000 pessoas.
- Na segunda metade do século XX, especialmente na década de 1990, fatores econômicos e políticos criaram uma nova onda de imigrantes do Senegal, Nigéria, Mali, Serra Leoa, Libéria, Gana e Congo.

O primeiro Teste-Piloto para Medir a População de Afrodescendentes, uma pesquisa financiada pelo Banco Mundial, foi realizada em 2005 pelo Instituto Argentino de Estadísticas y Censos (INDEC), pela Universidad Nacional 3 de Febrero e dois consultores da Cámara Argentina de Organizaciones Africanas (Lucia Molina, Presidente da Casa de la Cultura Indo-Africana-Americana de Santa Fe e Miriam Gomes, Vice-Presidente da Sociedad de Cabo Verde de Buenos Aires). O teste-piloto revelou que de 5% a 6% dos indivíduos pesquisados se identificavam como afrodescendentes. Anteriormente, pesquisadores da *Oxford University* tinham estimado que essa população seria de cerca de 5%, baseando-se em uma análise de marcadores genéticos dos bancos de sangue dos hospitais públicos. Outro estudo da Universidade de Buenos Aires demonstrou que até 10% dos habitantes do porto e zonas urbanas da Argentina têm antepassados africanos.

O impressionante salto dos afro-argentinos para a visibilidade incluiu o desenvolvimento de produções e representações culturais, entre as quais figuram três filmes onde aparece a comunidade negra da Argentina.

Em 2002, Jorge Fortes e Diego Ceballos fizeram a estréia de seu documentário *Afroargentinos* (75 minutos) no Teatro Municipal General San Martín. *Afroargentinos* ganhou o primeiro prêmio no Festival CINESUL do Brasil (2003) e uma distinção do Movimento Internacional de Diretores de Filmes Documentários para Miriam Gomes na categoria de Mulheres em Filmes Documentários. O filme apresenta depoimentos sobre o racismo e a discriminação sofridos na Argentina. Um relato comovedor tem como protagonista Patrício Andrade, um boxeador de Cabo Verde, que teve uma brilhante carreira como boxeador amador no Exército Argentino. Quando chegou o momento de sua promoção, porém, recebeu baixa da instituição porque—segundo seus superiores—“um negro não pode dar ordens aos brancos”. O filme ressalta o contraste desse depoimento com as palavras de alguns dos mais conhecidos pensadores argentinos, como Manuel Belgrano, Domingo F.

Sarmiento e Juan B. Alberdi, que demonstram o pensamento eurocêntrico.

Em dezembro de 2005, Lorena Fernández, do Centro para la Investigación Cinematográfica de la Universidad de Lomas de Zamora, estreou seu documentário de curto metragem *Sodad* (24 minutos) sobre os imigrantes de Cabo Verde que se assentaram perto do porto e trabalham em atividades portuárias. Os relatos emocionais desses habitantes das ilhas falam sobre sua vida e reconstruem sua percepção de “sodad”, palavra que vem do termo português saudade, que significa nostalgia ou melancolia. No idioma de Cabo Verde a palavra tem conotações múltiplas e até contraditórias, o desejo de ficar quando se precisa partir, o desejo de partir mas a impossibilidade de fazê-lo, anelos pelo que se deixou para trás mas felicidade por tê-lo tido durante certo tempo. O filme mostra a solidariedade que une a comunidade, a preservação de seus ritos e a recriação das tradições das ilhas de sua terra longínqua. *Sodad* foi selecionado para ser exibido no Festival Internacional de Cinema de Amiens, França; no Primeiro Festival Internacional de Trabalho Audiovisual do Chile; e no Festival do Cinema Antropológico e Social do Museo de Ciencias Naturales de La Plata, Argentina. Ganhou o prêmio de melhor documentário do Centro Cinematográfico de Investigación Argentino.

Em outubro 2006, o diretor Alberto Masliah estreou sua primeira produção de *Negro Che* (95 minutos) no Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires (MALBA). Este documentário pinta um quadro de um período na vida social e cultural dos descendentes do primeiro grupo de africanos que chegaram à Argentina, os *negros criollos* ou afroargentinos. Na tradicional sociedade afro-portenha, o termo *negro che* designava o estereótipo do homem negro pobre, ainda apegado à dança e aos tambores, elementos que tinham muito pouco prestígio na sociedade europeizada. O termo *negro usted* era aplicado ao negro com pretensões literárias, aspirações de elevar seu status e desejo de tornar-se mais “branco”. O trabalho de *Negro Che* está estruturado ao redor de gravações filmadas de um apelo a reviver as danças do legendário Shimmy Club da Casa Suíza de Buenos Aires, lugar de reunião dos afro-argentinos durante mais de cinco décadas. Além de mostrar os preparativos para o evento comemorativo realizado em 23 de julho de 2005, relata-se como se formou o grupo argentino de *candombe* “Familia Rumba Nuestra”, composto

por Horacio Delgadino (irmão de Maria “Poucha” Lamadrid, fundadora da organização Africa Vive! e matriarca de uma família prototípica de afro-argentinos) e seus filhos. *Negro Che* continua relatando as experiências de outros afro-argentinos e de membros da comunidade argentina de carbo-verdianos como afrodescendentes.

O historiador argentino Ricardo Rodríguez Mola confirmou que a palavra “tango” provém do idioma Kiluba e do vasto complexo lingüístico Bantu e inicialmente significava sociedade, congregação e, por extensão, lugares de reunião. Os negros congo-angolanos reuniam-se nas “casas e lugares de tango”, mas gradualmente, durante os séculos XVIII e XIX, optaram por fazê-lo em academias de baile. Em 1865, apareceram as primeiras estrofes de tango em forma escrita, juntamente com os nomes dos autores. Um dos tangos mais populares é *El Entrerriano*, de autoria do afro-argentino Rosendo Mendizábal. *Negro Che* inclui cenas encantadoras e muito relevantes de tango dançadas pelo bailarino profissional afro-argentino Facundo Posadas e sua mulher Kelly. Facundo, descendente de uma linha de compositores e músicos dedicados ao tango desde suas origens, explica em palavras e demonstra com movimentos como a cultura africana renasceu e foi recriada na música e na dança do Rio de la Plata.—Miriam V. Gomez é Professora de Estudos Americanos da Universidade de Buenos Aires.

Bibliografia sugerida

- Andrews, George Reid., *The Afro-Argentines of Buenos Aires*, University of Wisconsin Press, 1980.
- Frigerio, Alejandro, *Cultura Negra en el Cono Sur: Representaciones en conflicto*, Ediciones de la Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, 2000.
- Maffia, Marta, “Algunas consideraciones sobre la familia y la inmigración caboverdeana en la Argentina, Parecidos y Diferentes”, *Revista de Culturas Lusófonas*, No. 2, 1994.
- Picotti, Dina (ed.), *El Negro en la Argentina: Presencia y Negación*, Editores de América Latina, Buenos Aires, 2001.
- Rodríguez Molas, Ricardo, “Presencia de África Negra en Argentina,” *Revista Desmemoria*, Vol. 6, Nos. 21-22. 1999.
- Solomianski, Alejandro, *Identidades secretas: la negritud argentina*, Beatriz Viterbo Editora., Rosario, 2003.*
- Uya, Okon Edet, *Historia de la esclavitud negra en las Américas y el Caribe*, Editorial Claridad, Argentina, 1989.

*Crítica literária de Robert J. Cottrol em “Beyond Invisibility: Afro-Argentines in Their Nation’s Culture and Memory,” (Além da Invisibilidade: Os Afro-argentinos na cultura e memória de seu país) *Latin American Research Review*, Vol. 42, Nº 1, fevereiro de 2007.



Más allá de los Promedios: Afrodescendientes em América Latina

Editado por Josefina Stubbs e Hiska N. Reyes

Banco Mundial: Washington, D.C., 2006

Disponível em espanhol

Calcula-se que os afrodescendentes constituam aproximadamente uma quinta parte da população da América Latina e são desesperadamente pobres. Mas informação exata sobre dados demográficos e condições de vida deste grupo é escassa. Sem ela, sua pobreza, invisibilidade e vasta desigualdade que enfrentam não podem ser enfocadas com eficácia. Esta série de cinco volumes de livros em brochura, do Banco Mundial, documenta a inclusão de afrodescendentes em censos e pesquisas domiciliares nacionais na Argentina, Colômbia, Equador, Honduras e Peru.

De 2003 a 2005, equipes constituídas por pessoal de serviços do censo e representantes de grupos de afrodescendentes nos cinco países trabalharam para coletar alguns dados concretos. Não foi fácil obtê-los, primeiro, dada a dificuldade de formular perguntas e categorias de pesquisa em um contexto inegável de discriminação racial anterior e, segundo, em vista do estigma associado a auto-identificar-se como afrodescendente. Cada equipe enfrentou estes desafios à própria maneira. Os dados socioeconômicos detalhados resultantes em cada país variam segundo as ferramentas respectivas de coleta de dados e as práticas do censo e isso impede uma comparação entre os países no tocante a indicadores específicos. Não obstante, a série assinala um começo para a coleta e

a coleta melhorada e as comparações futuras deverão ser possíveis.

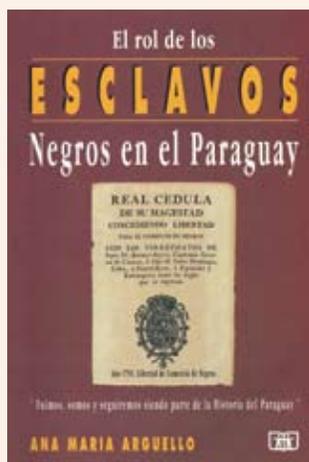
O volume sobre Argentina detalha uma pesquisa experimental de afrodescendentes, os quais não tinham sido incluídos em nenhum censo desde 1887. Concentra-se na equipe envolvida, treinamentos-piloto e testes de validação realizados, bem como no material desenvolvido. O volume sobre Peru, que não tinha absolutamente nenhuma estatística sobre seus afrodescendentes, abrange um estudo que utiliza a auto-identificação para pesquisar a cinco comunidades afro-peruanas. Os métodos baseados na raça ou no idioma, que talvez tenham demonstrado serem úteis em outra parte, não foram aplicáveis ao Peru devido à maior mescla racial e aos contínuos efeitos da urbanização e da migração sobre a distintividade cultural e social.

A entrada em vigor da Lei 70 da Colômbia, em 1991, a respeito dos afrodescendentes, estabeleceu sua inclusão no censo de 1993— a primeira vez que foram incluídos desde 1918. Este volume abrange o censo melhorado de 2004, o qual incluiu uma pesquisa de qualidade de vida que permitiu uma comparação da avaliação que os afro-colombianos faziam de suas necessidades e priorização por gênero, idade e residência urbana e rural. O Equador começou a incorporar perguntas específicas a afro-equatorianos em 2000 e o volume sobre o Equador inclui dados recolhidos sobre educação, emprego, saúde e recomendações compartilhadas dos participantes para melhorar censos futuros.

O volume sobre Honduras abrange um censo de 2001 e uma pesquisa de domicílios de 2002, a qual, além das cifras de população, incluía dados socioeconômicos sobre afrodescendentes. O Banco Mundial

recomenda continuar incluindo a pertinência étnica em censos e pesquisas domiciliares futuras em Honduras. No entanto, devido à crescente aculturação das gerações mais jovens, alguns dos indicadores padrão são inadequados. Portanto, para melhorar a exatidão dos resultados, o Banco Mundial sugere acrescentar perguntas sobre o idioma (até a geração dos avós) e sobre alimentos especiais, que pudessem indicar melhor a descendência africana. Há também a necessidade de recolher dados sobre Mosquita e Islas de La Bahía, áreas anteriormente não incluídas nas pesquisas domiciliares.

Esta rica série deverá ser interessante não apenas para os indivíduos que trabalham em censos e pesquisas em outros países da América Latina e do Caribe, mas também para qualquer indivíduo ou organização que deseje trabalhar com populações de afrodescendentes.—*Rosemarie Moreken*



El rol de los Esclavos: Negros en el Paraguay

*De Ana María Argüello
Martínez*

*Centro Editorial
Paraguayo: Assunção,
1999*

Disponível em espanhol

Este livro documenta as contribuições dos afrodescendentes no Paraguai desde a fundação da República em

1811 e apresenta um panorama para entender suas origens no país, inclusive antes.

O primeiro escravo negro a respeito do qual há antecedentes no Paraguai, chegou com seu proprietário português em 1613, segundo um relato escrito na época pelo General Francisco González de Santa Cruz, e outros 1.087 negros chegaram pouco depois. Em 1683, o governo espanhol proibiu a importação de escravos africanos e afrodescendentes para o Paraguai. O contrabando transformou-se então em um problema. Em dado momento, a Espanha negociou com Portugal a devolução de um grupo de escravos, juntamente com o contrabando de açúcar, tabaco, vinho e bebidas alcoólicas. Apesar da inter-

dição, Argüello documenta a venda evidente de africanos no mercado aberto em 1694.

Os escravos enfrentaram obstáculos legais para casar-se e o matrimônio inter-racial era desencorajado por um complexo de regulamentações solidificado ao longo de 200 anos, as quais exigiam que marido e mulher fossem da mesma raça e classe. Na década de 1780, uma lei espanhola de aplicação irregular garantiu asilo no Paraguai para os africanos que fugiam da escravidão em outra parte, levando ao estabelecimento de cidades como Pueblo de Mulatos de Tabapy. O fato de o comércio de escravos continuar mesmo assim é apoiado pelo registro de vendas e transferências de propriedade que datam de 1820 a 1855.

A Lei do Ventre Livre do Paraguai, que estabelecia a futura liberdade dos filhos nascidos de mães escravas, foi decretada em 1842, como maneira gradual de abolir a escravidão. Embora os escravos de propriedade de estrangeiros que os tivessem registrado antes de um prazo específico estivessem isentos mais tarde, os que não foram registrados a tempo podiam solicitar ao Estado ou à polícia uma declaração de liberdade, a qual proibia ao dono reivindicar compensação. A partir de 1865, afrodescendentes escravos foram recrutados pelo exército paraguaio ou doados ou vendidos por seus donos para lutar em guerras contra países vizinhos. Em um ano seu número se elevava a 10.000 soldados. Em reconhecimento de sua contribuição para a guerra, o Governo paraguaio declarou a abolição da escravidão em 2 de outubro de 1869.

Argüello examina a situação dos escravos no Paraguai por meio de relatos que descrevem experiências individuais e abrange regiões inteiras, tais como Villarrica, cujos afrodescendentes constituíam, na década de 1680, 15% da população. Ela também utiliza taxas de fertilidade e estatísticas regionais para apoiar suas conclusões quanto à qualidade de vida precária dos escravos. As mais valiosas são as cópias escaneadas de documentação original sobre o comércio de escravos no Paraguai: listas de africanos e afrodescendentes livres e escravizados, legislação, castigos e informações demográficas.—*Judith Morrison*



De Negros a Afros: Ley 70, Poder, e Identidades en el Pacífico Sur de Colombia

De Luís Fernando Botero Villegas

Editorial Novo Milênio: Medellín, 2005

Disponível em espanhol

A aprovação da Lei 70 em 1993 representou o primeiro reconhecimento legislativo das comunidades afrodescendentes da Colômbia desde a abolição da escravidão em 1851. A Lei 70 reconhece os afro-colombianos como grupo étnico e estabelece seus direitos a possuir título de propriedade coletiva sobre suas terras tradicionais; em 2003, as comunidades afro-colombianas que atendiam aos requisitos tinham recebido título de propriedade sobre 5 milhões de hectares. Em *De Negros a Afros: Ley 70, Poder, e Identidades en el Pacífico Sur de Colombia*, Luis Fernando Botero Villegas examina a história dos movimentos sociais e de identidade afro-colombianos, estudando a história e implementação da Lei 70 na Costa do Pacífico Sul da Colômbia.

Botero Villegas afirma que a Lei 70 não foi “um presente do Estado”, mas o produto de anos de trabalho no nível comunitário. Ele remonta a história aos movimentos de conscientização negra das décadas de 1970 e 1980 e sua evolução para organizações ativistas com planos de ação econômicos, políticos e culturais. Atribui-se a estas organizações ter assegurado que os direitos das comunidades afro-colombianas tenham sido incluídos no artigo Transitório 55 da Constituição de 1991, o qual requeria a redação de um projeto de lei sobre os direitos culturais e territoriais dos afro-colombianos. No decorrer dos dois anos seguintes, as organizações comunitárias, com o apoio da diocese católica de Tumaco, trabalharam diligentemente para elaborar a Lei 70 e a partir de então têm sido as partes mais ativamente envolvidas em sua implementação.

O autor não vacila em criticar a Lei 70. Ela, por exemplo, não reconhece um território afro-colombiano contíguo, como foi a intenção original. Em

compensação, concede título de propriedade coletiva às comunidades individuais que podem verificar seus direitos sobre a terra. O financiamento, por parte do governo, da extensa organização, planejamento e documentação necessários para fazer reivindicações em virtude da lei foi quase inexistente, devendo assim o procedimento depender em grande parte do apoio de doadores internacionais. Mais da metade dos afro-colombianos vive em zonas urbanas e sua situação precária não está prevista na Lei 70; e os direitos sobre a terra pouco servem às comunidades rurais, onde o narcotráfico e o conflito armado continuam desalojando os residentes à força. Decididamente, Botero Villegas afirma que a Lei 70 é “um meio para ajudar-nos a alcançar nossos objetivos, não um objetivo em si mesma”. Apesar de tudo o que já se conseguiu, afirma, muito ainda resta a ser feito.

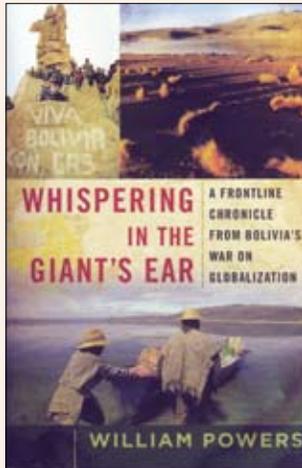
Esta discussão em *De Negros a Afros* está organizada em uma análise extensa dos escritos pertinentes—publicações, cartas, materiais de treinamento, atas de sessões, etc., que documentam essa história. Talvez a percepção mais interessante oferecida pelo autor seja decorrente de sua análise do uso dos termos *afro* e *negro*. Afirma que *afro*, por si só ou como prefixo (afrodescendente, afro-colombiano, afro-americano, etc.), costuma ser empregado principalmente em ambientes acadêmicos ou elitistas; na maioria os colombianos negros, insiste, definem-se simplesmente como *negros*. Botero Villegas considera que esta distinção é importante: o termo *afro* não leva em conta o patrimônio multiétnico da maioria dos colombianos negros, ao passo que *negro* pode abranger a diversidade da experiência negra na Colômbia e em toda a diáspora.

Segundo Botero Villegas, os afro-colombianos recém-começam o processo complexo e dinâmico de criar uma identidade étnica. Observa as realidades muito diferentes das enfrentadas pelas comunidades urbanas e rurais; a história específica dessas comunidades formadas por escravos foragidos ou *cimarrones* e as fundadas após a abolição da escravidão; e uma série de lealdades políticas e geográficas. Um sentido coesivo de identidade, sustenta ele, deve basear-se nos atributos sociais e culturais mantidos em comum e levar em conta essa diversidade.

De Negros a Afros oferece ao leitor uma boa base na história da Lei 70—talvez minuciosa demais. As numerosas e interessantes percepções muitas vezes se perdem em na enfadonha pormenorização da discus-

são. Ao mesmo tempo, deixa o leitor desejando mais informações sobre estas fascinantes comunidades colombianas.—*Theresa Logan, Assistente de Programas da IAF*

Whispering in the Giant's Ear



De William Powers

Bloomsbury: New York, 2006

Disponível em inglês

O novo livro de William Powers, *Whispering in the Giant's Ear: A Frontline Chronicle from Bolívia's War on Globalization* (Murmurando no ouvido do gigante: Uma crônica de fronteira extraída da guerra da Bolívia contra

a globalização), abrange quatro anos (2001–2005) da vida de um ativista ambiental que trabalha nas trincheiras das zonas rurais acidentadas da Bolívia. A Bolívia tem somente nove milhões de habitantes, mas abriga o sexto bosque tropical maior do mundo e uma grande extensão de biodiversidade em diversos parques, zonas protegidas e territórios indígenas. Abriga também alguns dos povos indígenas mais politicamente mobilizados do mundo. Ambos os temas interessam a Powers e o autor produz uma narrativa enérgica para conectá-los. O resultado é uma mistura bem-sucedida—em parte memórias, em parte relação de viagem, em parte história e em parte jornalismo político—que oferece uma introdução excelente e elegantemente redigida a esta fascinante nação no momento em que seus cidadãos indígenas se estão levantando para reivindicar seus direitos e mudar por completo o curso da história.

O relato de Powers começa no alto da cidade andina de La Paz, onde a angústia que sente por seu estilo de vida e condições de trabalho como funcionário privilegiado de ajuda externa em um mar de pobreza o leva a aceitar um cargo mais ativo com uma organização boliviana que empreendia um projeto de conservação em um parque nacional do

Departamento de Santa Cruz. Seu novo emprego o coloca em contato com filântropos internacionais ricos que financiavam o seqüestro de carbono, uma estratégia de “globalização ecológica”. Entre outros estavam profissionais bolivianos, um economista ambiental internacional e os indígenas chiquitanos, cujos interesses e direitos territoriais são essenciais à estratégia de conservação. Segundo revela Powers, a Bolívia é conhecida entre os ecologistas como o local onde se realizam projetos esplendidamente inovadores para proteger o Amazonas e sua própria organização está na vanguarda.

Com bom olho para os detalhes e prosa animada, Powers deleita o leitor com descrições memoráveis da vida silvestre, paisagem e povo—dando vida a personagens intrigantes tanto ricos como pobres. Sua narrativa também produz reflexões e meditações sobre o desenvolvimento social e econômico, Amazonas e outros desafios ambientais globais. Oferece opiniões francas sobre tudo, desde a política antidroga dos Estados Unidos até o novo e crescente “movimento dos sem terra” da Bolívia que desafia as injustiças na posse da terra. Divertidas anedotas sobre o “estrangeiro no terceiro mundo” incluem um relato sobre tirar jipes da lama em estradas de chão batido em lugares remotos e do pânico avassalador provocado por um enxame de abelhas que somente desapareceu depois que os chiquitanos locais acalmaram seus nervos e lhe deram conselhos práticos. O leitor visita programas de capacitação para os chiquitanos e percebe o fascínio e o desafio do trabalho, juntamente com a ambivalência do autor sobre as próprias inadequações. Powers também tem muito a dizer e observar sobre os benefícios dos locais populares ecoturísticos da Bolívia, entre os quais figura os dos Andes para onde o levam suas viagens. Aproveita muito as ricas expressões culturais da Bolívia quando as encontra, algo que ocorre com muita frequência.

Powers, o ativista ambiental, entende o poder que exercem as empresas madeireiras, pecuaristas, narcotraficantes e agrárias de Santa Cruz. O cultivo da soja durante diversas décadas, resultando na destruição das florestas tropicais e degradação de frágeis terras de cultivo e vias fluviais, é o lado escuro do “bem-sucedido” desenvolvimento regional e da globalização econômica. É um exemplo de como a interseção de interesses políticos e comerciais determina a gestão de recursos naturais na Bolívia e também degrada os indígenas bolivianos a cidadãos



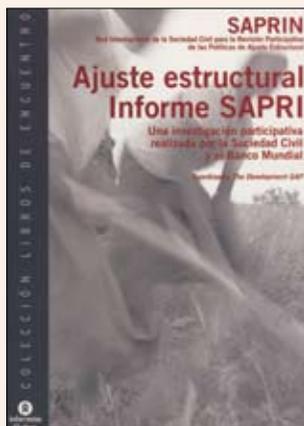
Cortesia APCOB

Marcelo Surubí, indígena chiquitano que é técnico florestal e, como tal, trabalha com o donatário da IAF Ayuda para el Campesino Indígena del Oriente Boliviano (APCOB), ao lado de sua mãe Ana Hurtado García.

de segunda classe, deixando-lhes os benefícios insignificantes da economia de gota a gota.

No entanto, ao continuar o relato, a narrativa passa para a mobilização dos povos indígenas e seus aliados através deste vasto país para protestar o fato de a água e o gás estarem em mãos de empresas multinacionais e os efeitos decepcionantes das reformas neoliberais clássicas sobre sua renda e possibilidades de emprego. Salvador, companheiro ativista chiquitano de Powers, é o fio que une o tema ambiental ao movimento de justiça social mais amplo. As manifestações pacíficas gerais captaram a imaginação de cidadãos admirados de todo o mundo, quando os indígenas bolivianos bloquearam as ruas, marcharam e empregaram outras táticas para paralisar as atividades do Estado e a economia e levar a eleições que

transformaram o panorama político. Conseguiram substituir democraticamente uma classe dirigente elitista com Evo Morales, o primeiro presidente indígena da Bolívia e uma agenda audaz de reformas sociais, econômicas e políticas. Embora Powers termine seu relato antes do triunfo eleitoral, seu livro oferece uma perspectiva nova, abrangente, informada e bem redigida de alguns dos acontecimentos mais importantes que levaram a esse triunfo e colocando a Bolívia em uma nova era.—*Kevin Healy, Representante da IAF para Bolívia e autor de Llamas, Weavings and Organic Chocolate, Multicultural Grassroots Development in the Andes and Amazon of Bolívia (Lamas, Têxteis e Chocolate Orgânico, Desenvolvimento de Base Multicultural, nos Andes e no Amazonas da Bolívia)*



Ajuste estrutural: Relatório SAPRI

*Da Rede Internacional de
Revisão Participativa do
Ajuste Estrutural*

*Palgrave Macmillan: New
York, 2004*

*Intermón Oxfam:
Barcelona, 2005*

*Disponível em inglês e
espanhol*

Ajuste estrutural: o termo tem sido uma panacéia para alguns e uma maldição para outros. Dirigentes políticos e peritos em desenvolvimento o têm elogiado e condenado, mas poucos têm medido seu impacto em todos os setores da economia de um país. A Rede Internacional de Revisão Participativa do Ajuste Estrutural (SAPRIN), uma coalizão de organizações da sociedade civil de nove países em quatro continentes, dispôs-se a fazê-lo. O esforço total foi coordenado pelo Development GAP (Grupo de Desenvolvimento de Políticas Alternativas) de Washington D. C., sob a direção de Steve e Doug Hellinger.

A iniciativa começou com o apoio e a participação do Banco Mundial. “O que busco—e para o que solicito sua ajuda—é uma maneira diferente de trabalhar no futuro”, James Wolfensohn, Presidente do Banco, escreveu à SAPRIN em 1996, quando o grupo estava no início. Mas o espírito de cooperação não duraria até finalizar o estudo. O Banco retirou-se oficialmente antes do término e não ofereceu nenhum comentário sobre o relatório final da SAPRIN.

Este livro é leitura obrigatória para todos os profissionais do desenvolvimento. Os pesquisadores contribuintes examinaram os documentos e as estatísticas, pesquisaram os atores interessados locais e realizaram revisões participativas mediante as quais os indivíduos afetados de diversos setores sociais compartilham suas experiências. Os resultados foram compilados em relatórios de países que, a seguir, foram condensados, sintetizados e publicados como o relatório com o título revelador de *Structural Adjustment: The Policy Roots of Economic Crisis, Poverty and Inequality* (Ajuste estrutural: Raízes políticas da crise econômica, da pobreza e da desigualdade). Destilando as informações colhidas dos membros de 3.500 organizações de base, o relatório mede como

as políticas de ajuste estrutural influenciam todos os níveis da sociedade, mas, em especial, as pessoas mais afetadas: trabalhadores urbanos, agricultores, pequenos empresários, grupos indígenas, mulheres e jovens. País por país, o relatório expõe a disparidade existente entre os objetivos estabelecidos para gerar poupanças e divisas abrindo mercados e reduzindo o papel do Estado na economia e a repercussão prática sobre o cidadão comum.

As conclusões não são de surpreender. O que atrai a atenção é sua relação com muitos temas políticos e econômicos objeto de discussão nos países desenvolvidos. A migração de trabalhadores não-documentados, a fuga de cérebros, o reaparecimento de doenças consideradas erradicadas e a destruição do meio ambiente têm repercussões nocivas tanto no Norte como no Sul. Em vez de poderem ser corrigidas com políticas de ajuste estrutural, indica o relatório, estas circunstâncias debilitantes são o resultado direto da implementação de tais políticas.

Para os puristas da economia, as conclusões do relatório não são apoiadas por análise estatísticas rigorosas e dependem demasiadamente de pesquisas qualitativas, avaliações não-científicas e percepções individuais. Segundo os autores, um grande número de dados estatísticos está em arquivos públicos e do Banco Mundial. O propósito do livro, afirmam, é apresentar o impacto do ajuste estrutural sobre as pessoas não levadas em consideração quando se reuniram os resultados.

Estas conclusões influenciarão o pessoal de direção do Banco Mundial e do FMI e os funcionários públicos de países que negociam uma assistência financeira durante uma crise econômica? Em um último capítulo, os autores observam: “A falta de disposição do Banco Mundial de não ser incluído em um fórum participativo e de elaboração de políticas públicas deste tipo, com prestação de contas integrada, é um comentário revelador da recusa constante da instituição de considerar novas vias da política nacional, inclusive quando se produzem importantes mudanças políticas e inovações no pensamento econômico em toda a América do Sul”. Embora não seja uma resposta à pergunta, o comentário não inspira otimismo.—
Wilbur Wright, Representante da IAF para o Peru

Publicações da IAF ainda disponíveis



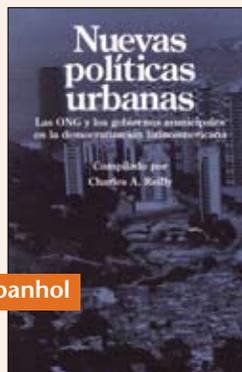
Em espanhol

Em inglês

O Congresso dos Estados Unidos criou a IAF em 1969 para atender às necessidades das pessoas de baixa renda. Oito anos mais tarde, o pessoal da IAF refletiu

sobre sua experiência com o desenvolvimento de auto-ajuda e produziu o livro *They Know How* (“Eles Sabem”). O título refere-se ao trabalho *We Don't Know How* (Não Sabemos), uma exposição anterior de falhas da ajuda externa. Utilizando as relações da IAF com 94 donatários, esse livro sustenta que as pessoas de baixa renda organizadas são os peritos em melhoria das condições da respectiva comunidade e podem responsabilizar-se pelos próprios projetos de auto-ajuda. Obra clássica da literatura sobre desenvolvimento, o trabalho foi reeditado em 1991.

Em espanhol



Nuevas Políticas Urbanas, uma série de estudos editados por Charles A. Reilly, ex-Diretor de Pesquisas e Estudos Temáticos da IAF, capta a relação do governo com o terceiro setor em vários países. Embora os estudos tenham sido concluídos em 1990 e 1991, ainda são relevantes para o debate a respeito de quem deveria prestar os serviços sociais e como pagar por eles. O livro assinala que 72% dos latino-americanos vivem em cidades. Convida as ONGs a se unirem, em vez de se oporem, ao governo municipal no atendimento das necessidades desses habitantes da zona urbana.



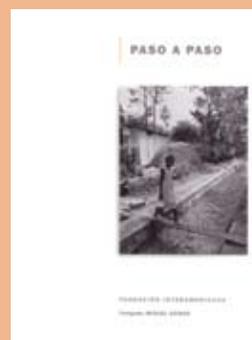
Em espanhol

Em inglês

Antes de ser suspenso em 2000, o programa de bolsas de estudo para o doutorado apoiava candidatos a esse grau nas universidades dos Estados Unidos em seus estudos sobre temas cuja diversidade se reflete em *Investigaciones sobre el desarrollo de base* (Pesquisas sobre o desenvolvimento de base). William Glade, na época acadêmico sênior do

Woodrow Wilson International Center; Charles A. Reilly, então Diretor of de Estudos Temáticos da IAF; e Diane Bendahmane, então Diretora Técnica de Serviços de Informação do *International Science and Technology Institute*, uniram forças e publicaram em 1993 esta coletânea de relatórios sobre aspectos do desenvolvimento e alívio da pobreza.

OFERECIMENTO ESPECIAL



O livro de fotografias *Making Their Way* (Passo a passo), de Miguel Sayago, está disponível em espanhol, inglês, português e créole haitiano e pode ser obtido gratuitamente da IAF

enquanto não se esgotar. Ver descrição na página 75.

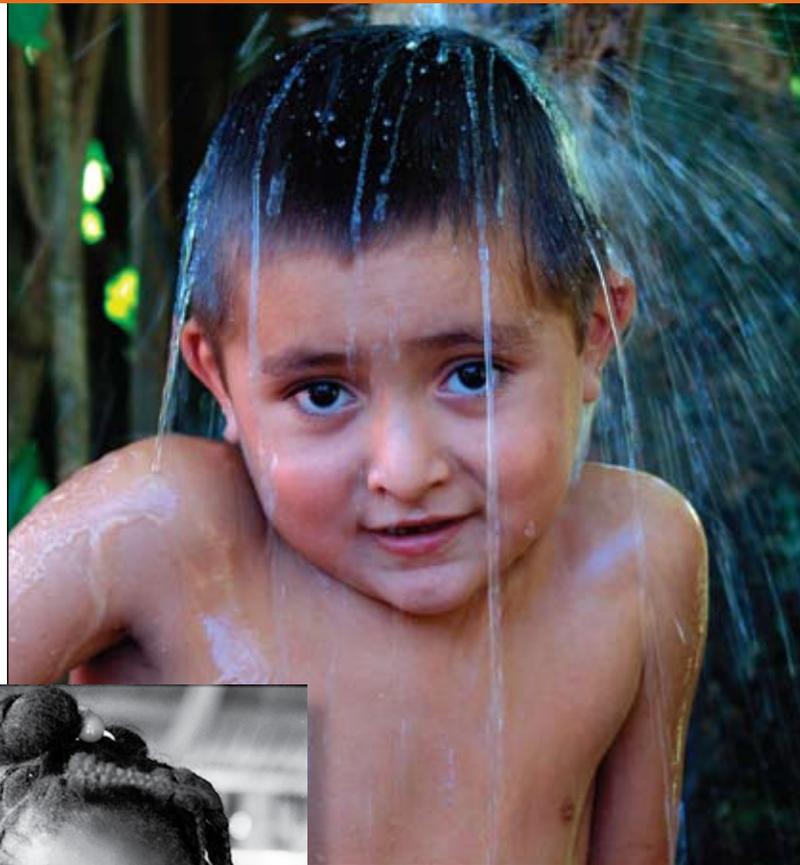
Para receber gratuitamente um exemplar, favor enviar e-mail a info@iaf.gov. Este oferecimento limita-se apenas às publicações desta página. Todos os demais recursos resenhados devem ser obtidos de outras fontes.

Fotografias da IAF para exposições

Antônio, um criança hondurenha, observa de uma cascata de água limpa. Raymonde Louis, estudante haitiana, olha atentamente a câmara. Lizabeth Caravelo Valenzuela, indígena mexicana yaqui, descansa na cozinha de sua casa aconchegante. Estas são apenas algumas das fotografias oferecidas em três exposições itinerantes que compartilham experiências de alguns de mais de 4.600 projetos financiados pela IAF nos últimos 38 anos:

- *Changing Lives* (Mudando vidas). O premiado fotógrafo britânico Sean Sprague vem captando para a IAF o desenvolvimento de base em ação desde 1977. Com instintos artísticos impecáveis, retrata os beneficiários no lar, na escola, bairro e local de trabalho e faz a realidade falar por si mesma.
- *Passo a Passo*, do fotógrafo chileno Miguel Sayago, capta tanto o trabalho da IAF como a diversidade de nosso continente: enclaves de pesca e populações de montanha, povoados urbanos e comunidades rurais, bem como indígenas e afrodescendentes que constituem um percentual desproporcionadamente elevado das pessoas de baixa renda da região.
- *On the Border* (Na fronteira), de Mark Caicedo, retrata empreendimentos de auto-ajuda ao longo da fronteira Estados Unidos-México, onde a IAF e suas ONGs associadas ajudam os residentes a enfrentar os desafios da proximidade, entre os quais figuram migração, emprego, degradação ambiental e segurança.

Para ter acesso a fotos selecionadas e a ensaios fotográficos, favor consultar o site www.iaf.gov. Para organizar uma exposição, contatar a IAF enviando e-mail a info@iaf.gov. A pedido, a IAF pode oferecer expositores para discutir o desenvolvimento de base.



Raúl Enrique Bidart, Visionário do desenvolvimento de base

A IAF e a comunidade do desenvolvimento perderam um colega e amigo inteligente e sumamente criativo ao falecer Raúl Bidart em 15 de agosto de 2006. Nascido no Uruguai, Raúl foi um cidadão do mundo. Suas contribuições para o desenvolvimento de base são visíveis e muito apreciadas em todo o Cone Sul e em lugares distantes como Washington e a França.

No início da década de 1970, quando a IAF começava seu trabalho, Raúl era Diretor do Instituto de Promoción Económico-Social del Uruguay (IPRU), uma ONG fundada em 1965 para ajudar os setores desfavorecidos a desenvolver a liderança e formular as estratégias que permitam aos grupos de jovens, pequenos agricultores e mulheres exercerem seus direitos como cidadãos para a edificação de uma sociedade mais justa. Como um dos primeiros donatários da IAF, o IPRU prestou assistência técnica a duas organizações donatárias subsequentes de produtores de laticínios, a Sociedad de Fomento Rural de Durazno e a Sociedad de Fomento Rural de Paysandú, bem como à Comisión Nacional de Fomento Rural, uma associação que representa cooperativas de pequenos agricultores. Durante quase duas décadas, Raúl e o IPRU contribuíram para criar o programa da IAF no Uruguai.

Raúl foi um dos primeiros a apoiar Manos del Uruguai e desempenhou um papel-chave na fundação da Central Lanera Uruguay, que este ano comemora 40 anos de serviço aos pequenos agricultores. Quando a IAF estava considerando conceder uma doação de US\$1 milhão à Central Lanera, ainda a maior doação outorgada pela IAF a uma organização uruguaia, Raúl sugeriu que os fundos fossem considerados um empréstimo “reembolsável” em 10 anos a uma nova instituição financeira que estava criando: a Fundación Uruguaya de Cooperación y Desarrollo Solidarios (FUNDASOL).

Raúl foi o propulsor da FUNDASOL, embora outros dirigissem a instituição. Conseguiu capitalizá-



la com os “reembolsos” da doação e, graças a um importante subsídio obtido da Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit (GTZ), a agência de ajuda externa da Alemanha, a FUNDASOL estruturou e administrou um dos primeiros programas de crédito e desenvolvimento para a pequena empresa do Uruguai. Os esforços de Raúl ajudaram a FUNDASOL a ser considerada uma líder entre as ONGs que prestam serviços aos pequenos e microempresários.

Em meados da década de 1990, a IAF contratou Raúl e outros dois profissionais uruguaio para prestarem serviços locais a seus donatários e proponentes. Com o advento do MERCOSUL no fim da década, Raúl e contratantes da IAF da Argentina, Paraguai e Brasil trabalharam juntos para apoiar criação da Coordinadora de Productores Familiares del MERCOSUR (COPROFAM). Uma doação da IAF financiou as pesquisas, as reuniões transfronteiriças e a capacitação, conseguindo com o tempo que a COPROFAM fosse reconhecida oficialmente e participasse de reuniões do MERCOSUL de nível ministerial. Até hoje, a COPROFAM defende ativamente os interesses das famílias dos pequenos agricultores em questões relacionadas com a integração regional. O trabalho de Raúl levou recentemente à Fondation pour le Progrès de l’Homme (FPH), da França, a reconhecer e apoiar a COPROFAM, e, menos de um mês antes de seu falecimento precoce, estava ajudando a COPROFAM a redigir um plano para seu desenvolvimento e consolidação institucionais.

Raúl, um verdadeiro visionário, era muito estimado pelos uruguaio de todas as camadas sociais e econômicas. Raúl Bidart deixa Beatriz, sua esposa de 29 anos de casamento; sua filha Carola e Gerardo, marido dela; e a luz de sua vida, sua neta Agustina. — Cynthia Ferrin, *Corpo da Paz dos Estados Unidos, ex-Representante da IAF para o Uruguai*



www.iaif.gov

Conteúdo

Cartas de nossos leitores

Enfoque: Os afrodescendentes e o desenvolvimento

A luta dos afro-latinos pela igualdade e reconhecimento

Robert J. Cottrol

As lições dos idosos: Juan García e a tradição oral dos afro-equatorianos

Patrick Breslin

Mais opções em Esmeraldas

Marnie Schilken

Terras e autonomia em Quilombo Santana

Miriam Euclides Brandão

Portobelo, Panamá: Excursões, artesanato e Congos

Paula Durbin

Afro-Paraguaios: Identidade, sinergia e censo

Paula Durbin

Organizações da Mundo Afro do Uruguai

Paula Durbin

Epsy Campbell: Sua apaixonada luta pela inclusão

Darío Elías

SOLUÇÕES E ESTRATÉGIAS

Uma trilha na floresta:

Gestão florestal comunitária no México

David Bray

Desenvolvimento e herança em Cusco, Peru

Patrick Breslin

NA IAF

Relembrando a IAF: Lições sobre valor

Deborah Szekely

A marcha do desenvolvimento

Resenha-Ensaio: O que falta a Sachs

Patrick Breslin

Recursos

In Memoriam